

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ANA PAULA AROSI

A VÍTIMA COMO CATEGORIA POLÍTICA:

um estudo etnográfico sobre os Movimentos de Familiares de Vítimas de
Violência no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro

PORTO ALEGRE

2013

ANA PAULA AROSI

**A VÍTIMA COMO CATEGORIA POLÍTICA: um estudo etnográfico sobre os
Movimentos de Familiares de Vítimas de Violência no Rio Grande do Sul e no
Rio de Janeiro**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrice Schuch

PORTO ALEGRE

2013

ANA PAULA AROSI

**A VÍTIMA COMO CATEGORIA POLÍTICA: um estudo etnográfico sobre os
Movimentos de Familiares de Vítimas de Violência no Rio Grande do Sul e no
Rio de Janeiro**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título mestre em Antropologia Social.

APROVADA EM: __/__/2013

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Patrice Schuch (orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS

Prof^a. Dr^a. Claudia Lee Williams Fonseca

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ UFRGS

Prof^a. Dr^a. Ceres Victora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ UFRGS

Prof^a. Dr^a. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que de alguma forma estiveram envolvidos nesta dissertação. Poderia ter sido um trabalho solitário, mas tive muito apoio de familiares e amigos. Um agradecimento especial deve ser feito a Jonas Castilhos, meu bravo companheiro, que me aguentou nos momentos mais difíceis dessa jornada. A ele todo meu agradecimento e amor. Também devo agradecer especialmente a amigas como Roberta Grudzinski e Luciana Pêss, pelas tarde e noites de estudos, pelas madrugadas e angústias compartilhadas, obrigada a vocês que tornaram as tarefas menos pesadas. À Patrícia Kunrath que foi uma companheira de estudos para alcançar o objetivo do doutorado e esteve sempre próxima fazendo comentários sobre a dissertação e apoiando atentamente. Agradeço à Emanuelle Maia que sempre esteve por perto e foi fundamental nos momentos de descontração. Agradeço também aos vários colegas que compartilhavam sua vida comigo através das redes sociais, nos intervalos de escrita ou no dia a dia durante o mestrado, em especial ao Plynio Nava que esteve sempre presente.

Agradeço à minha família por entender minha ausência nesses anos de formação acadêmica. O apoio vindo de vocês também foi fundamental. Agradeço à minha mãe pelas orações, pela torcida e pelo carinho. Agradeço ao meu irmão pela ajuda financeira em vários momentos de necessidade, principalmente quando ainda não tinha bolsa no primeiro ano de mestrado, agradeço a ele também pelo apoio e torcida. Agradeço à minha cunhada e ao meu irmão pela compreensão na quase ausência dos primeiros meses de vida da Duda, minha sobrinha. Espero que ela também possa entender minhas ausências quando for sua vez de trilhar caminhos na vida. Agradeço a eles por terem dado à família a Duda que fez com que minha vida se tornasse mais alegre e cheia de sentido. Agradeço à minha cunhada também pelo apoio e motivação. Agradeço aos meus tios Cezar e Benjamim por estarem sempre disponíveis a me ajudar nos momentos ruins.

Agradeço ao CNPq pela concessão de bolsa de estudos para o curso de mestrado no segundo ano de estudos. Agradeço ao PPGAS e aos professores pelos inúmeros aprendizados. Agradeço à secretaria pela resolução sempre atenta das pendências. Agradeço de forma especial à minha orientadora, Patrice Shuch, pela paciência, dedicação e orientação. Também agradeço aos colegas do Núcleo de

Antropologia e Cidadania – NACI. Agradeço às minhas colegas de trabalho na ONG Themis, Elisiane Pasini, Rúbia Abs da Cruz, Guaneci Ávila, Vera Lúcia Pereira, Léia Foscarini e Janaína Bujes, por terem me aguentado no primeiro ano de mestrado e terem me apoiado tanto em um momento tão delicado quanto foi estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Cada segundo foi precioso. Obrigada também às Jovens Multiplicadoras de Cidadania pelo apoio e amizade. Agradeço a minha ex-chefe Miriam Chagas com quem trabalhei como estagiária de antropologia durante a graduação no Ministério Público Federal, pelos conselhos, incentivo e ideias.

Agradeço ao meu pai, que mesmo não estando mais entre nós, se faz presente durante todo esse trabalho, visto que elaborei o trabalho tendo-o como inspiração. Agradeço aos meus interlocutores de pesquisa que fizeram esse trabalho possível. Por fim, agradeço a todos e a todas que de alguma maneira contribuíram durante a minha trajetória para que eu chegasse ao mestrado e o concluísse.

RESUMO

A partir de entrevistas e observação participante de eventos, esta dissertação versa sobre a construção social da “vítima” e a articulação do sofrimento e dor como elementos de mobilização e luta política. O trabalho tem como universo empírico os movimentos e familiares de vítimas de violência politicamente organizados no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Tais movimentos e familiares, reunidos pela dor, empreendem uma árdua luta na busca por “justiça”, que envolve heterogêneas configurações de elementos contingentes, tais como “violência”, “Estado”, “vida”, “humanidade” e “justiça”. É objetivo principal deste trabalho compreender, de uma maneira antropológica, (i) as formas de construção dessa gramática moral da figura da “vítima” como modo de ação política; (ii) os modos de efetivação das denúncias públicas cujos fundamentos se referem à dor e ao sofrimento causados pela violência e, por fim, (iii) os aspectos subjetivos – menos visíveis – das narrativas sobre violência e dor que conformam os testemunhos de familiares implicados em eventos considerados violentos. Foi possível perceber que vítima e algoz constroem-se em relação e que a denúncia pública da dor é feita através de uma linguagem relacional do sofrimento, explicitando uma tensão entre tal linguagem e a linguagem individualista do trauma. A dor é um elemento que ultrapassa a esfera da denúncia pública, abrangendo o cotidiano dos familiares de vítimas em suas estratégias de inserção política e de administração do sofrimento.

Palavras-chave: sofrimento; vítima; denúncia

ABSTRACT

Bearing on interviews and participant observation of meetings, this work focuses on the social construction of the "victim" and the articulation of suffering and pain as components of political mobilization and struggle. This study takes as its corpus groups of politically organized relatives of victims of violence and related movements based in Rio Grande do Sul and Rio de Janeiro. Brought together by their members' similar experiences of suffering, such movements and groups of relatives undertake an arduous struggle in the course of their pursuit of "justice", which involves heterogeneous configurations of contingent elements, such as "violence", "State", "life", "humanity" and "justice." Our main purpose is to understand, from an anthropological perspective, (i) their ways of constructing this moral grammar of victimhood as a mode of political action; (ii) their ways of bring about public denunciations against the offenders by means of referring to their own pain and suffering caused by violence; and, finally, (iii) the subjective and less visible aspects of their narratives on violence and pain that are built into the testimonies of family members involved in events considered violent. We observed that both victim and perpetrator are relationally constituted as such and that the public denunciation of pain is produced through a relational language of suffering, thus highlighting a tension between that language and the individualistic language of trauma. Pain is an element that goes beyond the sphere of public denunciation, covering the everyday lives of victims' family members both in their strategies of political membership-avowal and in their coping with suffering.

Key-words: suffering; victim; denunciation

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1:	Um dia por ti.....	75
------------------	--------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSG	Brasil Sem Grades (ONG)
CONVIVE	Comitê Nacional de Vítimas de Violência
FAVIC	Fundo de Assistência às Famílias de Vítimas de Crimes Dolosos
FUNAV	Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
MOVA	Movimento Verde Amarelo
MOVIDA	Movimento pela Vida de Belém do Pará
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PRP	Partido Republicano Progressista
SUSEPE	Superintendência de Serviços Penitenciários
UDVV	União em Defesa das Vítimas de Violência

SUMÁRIO

1 Introdução: Trajetos de pesquisa	13
1.1 Tema e Objeto	13
1.2 Sobre os Movimentos Estudados	14
1.3 Motivação de Pesquisa	17
1.4 Objetivos da pesquisa	18
1.5 Metodologia de pesquisa	19
1.6 A entrada em campo	20
1.7 Organização dos Capítulos	21
2 A construção social da categoria vítima	23
2.1 Os Movimentos, Associações e Frentes Estudadas: politização dos sentimentos e as possibilidades de construção da “vítima” como figura política	24
2.1.1 A iniciativa das Frentes Parlamentares em Defesa das Vítimas de Violência: direitos humanos para “todos”	24
2.1.2 A Crítica ao Estado, a expansão da categoria como forma de ação política	29
2.1.3 O Recorte Regional da Pesquisa e outras Formas de Mobilização	32
2.1.3.1 Rio de Janeiro.....	32
2.1.3.1.1 Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência	32
2.1.3.1.2 Gabriela Sou da Paz	33
2.1.3.1.3 ONG Com Causa.....	34
2.1.3.2 Rio Grande do Sul.....	36
2.1.3.2.1 ONG Brasil Sem Grades	36
2.2 Distinções e Divisões: um campo multifacetado	37
2.3 Diferentes posturas frente aos direitos humanos	45
2.3.1 Direitos Humanos e Políticas da Vida	47
2.4 A Vida em Foco	48
2.4.1 Políticas da Vida.....	49
2.5 Considerações finais sobre o capítulo: hierarquizando vidas e sofrimentos	53
3 A construção da denúncia pública da dor	55
3.1 O modelo da denúncia pública e algumas discussões sobre o modo de construção da “vítima”	56
3.1.1 A Construção das denúncias públicas.....	56
3.1.2 O direito pelo corpo.....	58

3.1.3 Trauma <i>versus</i> perspectiva relacional do sofrimento.....	59
3.1.4. Agência e Risco.....	61
3.2 Construindo moralmente a denúncia pública: os eventos analisados.....	63
3.2.1. A caminhada pela paz.....	63
3.2.1.1 Reflexões.....	69
3.2.2 Ato Pela Paz e Contra a Impunidade.....	70
3.2.2.1 Reflexões.....	73
3.2.3. Um dia por ti.....	74
3.2.4 Missa de três meses da Chacina da Chatuba.....	76
3.2.5 As Frentes Parlamentares em Defesa das Vítimas de Violência.....	78
3.2.6 A instalação da frente parlamentar no Rio Grande do Sul.....	80
3.2.7 O lançamento do Rio de Janeiro.....	81
3.3 Considerações finais sobre o capítulo.....	84
4 Além da denúncia pública: subjetividade e vivência cotidiana da dor.....	86
4.1 Rio de Janeiro.....	89
4.1.1 Mães de vítimas de violência do Estado.....	89
4.1.1.1 Luciene da Silva: “A militância está no meu sangue”.....	89
4.1.1.1.1 O direito dos outros.....	91
4.1.1.1.2 Os filhos e os projetos sociais para jovens.....	92
4.1.1.2 Elizabeth Medina Paulino – A descoberta de uma outra violência.....	94
4.1.1.2.2 “Aí a pessoa que já tá sangrando não aguenta mais...”.....	97
4.1.1.3 Marizete Rangel.....	99
4.1.1.3.1 “Eu vivi para isso”.....	100
4.1.1.3.2 Outras questões.....	101
4.1.2 Outros familiares de vítimas de violência do Estado.....	102
4.1.2.1 Patrícia de Oliveira da Silva: A Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência.....	102
4.1.2.1.1 Quem pode falar?.....	103
4.1.3 Familiares de vítimas de violência civil.....	104
4.1.3.1 Renata Lúcia.....	104
4.1.3.1.1 As outras famílias e a religião.....	105
4.1.3.1.2 Onde encontrar forças.....	106
4.1.3.1.3 Anjos de Cabral.....	107
4.1.3.2 Carlos Santiago Ribeiro.....	108
4.1.3.2.1 O abaixo assinado.....	109

4.1.3.2.2 Gabriela.....	111
4.2 Rio Grande do Sul	112
4.2.1 Alexandre Almeida – “nunca mais tive uma noite de sono”	112
4.2.1.1 A militância	113
4.2.1.2 Correndo risco de morte	114
4.2.2 Eduardo da Silva Rodrigues e Cléia Regina Rodrigues	116
4.2.2.1 As causas.....	117
4.2.2.2 Direitos Humanos e os Acusados	118
4.2.3 Adão Moreira da Silva e Rejane Herman da Silva	120
4.2.3.1 O caso	120
4.2.3.2 O esforço de limpeza moral.....	122
4.2.3.3 O inesperado	123
4.2.4 Luiz Fernando Oderich	124
4.3 Considerações finais sobre o capítulo.....	126
5 Considerações Finais	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
APÊNDICE	135

1 Introdução: Trajetos de pesquisa

1.1 Tema e Objeto

“(...) a nossa luta é árdua, a nossa dor é a mesma” (Eduardo Rodrigues, pai de um jovem assassinado durante um assalto em 2009, 17/10/2012)

Este trabalho versa sobre a construção social da “vítima” e a articulação do sofrimento e dor como elemento de mobilização e luta política. O universo empírico da pesquisa empreendida são os movimentos e associações de familiares de vítimas de violência letal no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Como a epígrafe desta introdução manifesta, tais movimentos e associações, reunidos pela dor, empreendem uma árdua luta na busca por “justiça”, que envolve heterogêneas configurações de elementos contingentes, tais como “violência”, “Estado”, “vida”, “humanidade” e “justiça”. É objetivo principal deste trabalho compreender, de uma maneira antropológica, as formas de construção dessa gramática moral da figura da “vítima” como modo de ação política, os modos de efetivação das denúncias públicas cujos fundamentos se referem à dor e ao sofrimento causados pela violência e, por fim, os aspectos subjetivos – menos visíveis – das narrativas sobre violência e dor que conformam os testemunhos de familiares implicados em eventos considerados violentos.

É a partir de uma abordagem antropológica que esta pesquisa objetiva dialogar, portanto, com três perspectivas de leitura do universo empírico pesquisado: a) a construção social da vítima como categoria política de ação (SARTI, 2011) b) o modo de construção de denúncias públicas (BOLTANSKI, 1984) de ausências do Estado e violências; e c) a construção testemunhal realizada pelos interlocutores desta pesquisa. Tal leitura é feita especialmente no capítulo quatro, o qual procura ser um testemunho dos testemunhos das histórias desses familiares que experimentaram a violência no bojo da sua família, de forma brutal. Procuo estabelecer um diálogo aberto, no qual todas as histórias sejam valorizadas, como uma iniciativa antropológica de conferir equidade entre as histórias, estabelecendo-as como histórias que merecem ser contadas.

Embora tal perspectiva esteja endereçada mais diretamente no último capítulo desta dissertação, ela fundamenta o trabalho como um todo. Esta dissertação enfatiza a importância da manutenção de um diálogo com os “nativos” que se mantiveram abertos ao processo de pesquisa, e até mesmo entusiasmados, por verem na pesquisa mais uma forma de fazer ecoar sua denúncia. Veena Das em “Sujetos del Dolor, Agentes de Dignidad” (apud PAIVA, 2012) argumenta que os testemunhos são modos pelos quais se podem compreender os sentidos dos fatos a partir da experiência das vítimas de violência. Ela também faz um chamado às ciências sociais para ao invés de pensar que o sofrimento afeta a possibilidade de os agentes falarem dos acontecimentos, entender, a partir dessas narrativas, como o sofrimento cria comunidades morais em torno da experiência. Este chamado certamente é um incentivo para a elaboração do meu trabalho, não pelo fato de querer produzir uma teoria social do sofrimento, mas por intentar entender as narrativas das vítimas de violência de forma significativa, levando a sério suas falas e testemunhos como narrativas do acontecimento e não como distorções emotivas.

1.2 Sobre os Movimentos Estudados

O tema dessa pesquisa tangenciou a atuação política de familiares de vítimas de violência letal nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, percebidos aqui como movimentos que têm reivindicado justiça para seus casos específicos e através de suas articulações e reivindicações têm tecido denúncias públicas capazes de mobilizar agentes significativos, como autoridades e a mídia. Tais movimentos se organizam em torno da categoria social “vítima”, sendo considerados legítimos para falarem sobre o acontecimento por terem passado pela experiência de violência no bojo da família.

Por suas características, os movimentos com os quais dialogo podem ser definidos como aqueles que têm como prática o que Patrícia Birman (2004) chama de exposição pública da dor ou como Veena Das (1995) qualifica “vocalização pública da dor”. Realizam manifestações, murais para a dor – a exemplo, do pesquisado por Márcia Leite (2004) –, manejam objetos que buscam, à primeira vista, sensibilizar a sociedade em geral para a sua causa. Esses objetos

comumente exploram a imagem do familiar morto, sendo um dos exemplos as famosas camisetas. Em algumas dessas exposições, fotos, troféus, roupas infantis, caixinhas de música e instrumentos musicais são objetos expostos como forma de manifestação e de tentativa de retomar a biografia do familiar vitimado.

Procuro tomar uma diversidade de movimentos como objeto e faço da análise dessa diversidade um dos objetivos desta dissertação. No entanto, em que pese tal diversidade, os movimentos estudados partilham do fato de se manifestarem publicamente agenciando a imagem da pessoa morta e de terem vivido na sua trajetória particular experiências de violência, que os tornam legítimos para se manifestarem e pleitearem “justiça”, elaborando conjuntamente demandas que articulam as características peculiares dos casos.

Existem atualmente dezenas de movimentos organizados, fundados em torno da categoria social “vítima de violência” ou “familiar de vítima de violência”. Esses movimentos, numa primeira análise, parecem mais comuns em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, a última tão consagrada por uma imagem, construída socialmente, de cidade violenta. No entanto, trata-se de um contexto de emergência de movimentos sociais que se organizam em torno da imagem e história de uma pessoa falecida em situação de violência, geralmente um crime violento (e hediondo).

Em Porto Alegre, a ONG Brasil Sem Grades tem assumido a responsabilidade de representar as vítimas de violência junto à Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. No entanto, dois casais – Regina e Eduardo e Alexandre e Rita, também vinculados à ONG, mas que atuam politicamente de modo autônomo – têm sido fundamentais na articulação de outros pais e mães de pessoas vitimadas mortalmente que têm se manifestado politicamente no Estado em prol da diminuição da impunidade, entre outras bandeiras. Esses dois casais também foram fundamentais para que essa pesquisa se tornasse possível.

No Rio de Janeiro, dialoguei com movimentos da capital e da Baixada Fluminense, sendo estes o Movimento dos Familiares e Amigos dos Anjos de Realengo e o Movimento Gabriela sou da Paz e familiares, em sua maioria mães, dos casos da Chacina da Baixada, Chacina da Chatuba, Caso da danceteria Via Show e Rio Sampa. No Rio Grande do Sul fiz entrevistas em Porto Alegre, no litoral, em Novo Hamburgo e São Leopoldo, cidades da região metropolitana de Porto

Alegre. Entrevistei o presidente da ONG Brasil Sem Grades, os pais de Diego, jovem assassinado durante um assalto em 2009, o pai de Diogo, jovem que ficou paraplégico devido a um tiro em 2009 e os pais de Cassiano, jovem que morreu durante uma ação policial em 2012.

Cabe ressaltar que, na trajetória da presente pesquisa, a chegada até os movimentos de familiares de vítimas de violência se fez através de um duplo caminho: o desejo pré-existente de refletir acerca das sociabilidades e circuitos de mobilização política enquanto resultado positivo – produtivo – da vivência da violência e do sofrimento; e através da ONG Brasil Sem Grades, uma das únicas organizações fundada pelo familiar de uma vítima de violência letal no Rio Grande do Sul, com objetivos semelhantes às demais organizações de vítimas, mas com modos de fazer e argumentar, por vezes, bastante diferentes delas. Uma das diferenças deste grupo para com os demais movimentos e associações estudadas é a falta de ênfase na biografia do vitimado ou do discurso do lugar de vítima e menos ainda de um discurso do sofrimento. Saliento que não se trata de uma inexistência, mas de pouca ênfase nesse aspecto, o que possivelmente se deve ao perfil de classe da organização e de seus objetivos políticos.

Dadas as características do objeto estudado – que foi se configurando em uma rede contingente que se fazia perceber a cada novo evento contra a violência, publicação, manifestação pública, etc. – trabalhei neste estudo com uma diversidade de fontes de pesquisa. A presente dissertação é fruto de entrevistas, observação de eventos públicos e análise documental. Alguns casos aqui trabalhados não fazem parte de um movimento específico, mas se articulam com movimentos determinados quando na perspectiva de colocar em público sua demanda. Nesse sentido, iremos nos deparar com movimentos que têm grande reconhecimento nacional e uma organização institucional sólida, como o movimento Gabriela Sou da Paz e a ONG Brasil sem Grades; e com movimentos que são formados pelos familiares da vítima que se associam a movimentos maiores para fazer ver a sua demanda. Os eventos que observei foram uma caminhada pela paz organizada pelos pais de Cassiano citados acima, um evento “pela paz e pelo fim da impunidade” organizado pelos pais de Diego, também acompanhei a sessão de instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos das Vítimas de Violência no Rio Grande do Sul e em Brasília. O trabalho de campo base desta dissertação foi realizado entre agosto de 2011 e janeiro de 2013.

Importa ressaltar que procurei por pessoas que atuassem politicamente a partir de um lugar que não fosse somente o de pai ou de mãe de vítima de violência, no entanto, essa tendência é muito forte. São poucos os casos que tomei contato em que não era o pai ou a mãe que se mobilizava em torno do caso. Apesar de não serem frequentes tais casos, eles existem. Conheci, durante a pesquisa, por exemplo, um casal de Esteio/RS que frequentou uma reunião em Porto Alegre, e que estava na reunião para manifestar sua indignação pelo assassinato de uma jovem de sua comunidade – eles eram da associação de moradores. Depois dessa reunião, nunca mais os vi ou tive notícias sobre eles. Nesse sentido, os dados da pesquisa apontam que as redes mais efetivas de mobilização são realizadas por familiares próximos às vítimas de violência, embora tal mobilização busque ampliar o círculo de interlocutores e, sobretudo, demandar publicamente “justiça” através da gramática moral de sua condição de “vítima” de violência.

1.3 Motivação de Pesquisa

Ao falar de “vítimas” nesta pesquisa, refiro-me não ao caráter objetivado pelas estatísticas de número de mortos, mas aos esforços coletivos de construção deste “lugar de vítima”, como se referem os interlocutores desta pesquisa. Não foram poucas as vezes em que ouvi em campo que “nós, as vítimas estamos vivos”, “nós somos as vítimas invisíveis”, “nós, as vítimas que ficamos”. Desde antes mesmo de começar a pesquisa o fato de as pessoas familiares de vitimados fatais da violência se chamarem também de vítimas me intrigava.

Quando ainda estava na graduação, a primeira ideia era trabalhar com pessoas que partilhassem a experiência de violência em sua trajetória com vistas a compreender se elas formavam algum tipo de sociabilidade pela experiência. Não que essa perspectiva tenha sido descartada totalmente, ela somente é mais complexa do que eu imaginava, principalmente no Rio de Janeiro, onde há conflitos entre diferentes substâncias desse pertencimento. No entanto, na rede de movimentos e pessoas organizadas em torno deles que eu tomei primeiramente contato, a União em Defesa das Vítimas de Violência (UDVV), os membros se autoidentificavam como vítimas de violência em função do fato de terem tido na sua

trajetória um familiar vitimado. Na busca de compreender esse fenômeno me deparei com uma bibliografia que aborda a construção social da categoria vítima e é em diálogo com ela que pretendo construir esta dissertação, especialmente no capítulo dois, em que analiso como os movimentos com os quais trabalhei tem construído esse “lugar de vítima”.

Entretanto, acredito que não somente as razões intelectuais são as motivações deste trabalho. Ter vivenciado na minha trajetória uma experiência trágica de violência certamente é um componente deste quadro. Perdi meu pai assassinado, quando eu tinha 16 anos. Não vivenciei nenhum tipo de movimento de vítimas, mas me vi motivada a trabalhar com direitos humanos em uma ONG feminista que trabalhava com mulheres vítimas de violência, muito em função desta experiência. Precisava estar envolvida com algo que pudesse evitar que atrocidades acontecessem, e a ONG Themis, da qual fiz parte durante nove anos, foi uma possibilidade de fazer isso naquele momento. No entanto, não acredito que derive simplesmente do fato de ter passado por essa experiência a vontade de pesquisar essa temática. Contabilizo as curiosidades intelectuais e também a curiosidade com a exploração da imagem do familiar morto e a forma como os movimentos se manifestam, alguns de forma bastante contrária aos Direitos Humanos, o que para mim era uma realidade estranha, visto que eu havia me aproximado dos “Direitos Humanos” como um instrumento de expansão de direitos e de luta política.

1.4 Objetivos da pesquisa

Busco não apenas me filiar às discussões sobre a construção social da vítima, como também dialogar com o campo de problematizações que tem apontado para a contemporaneidade da exposição pública da dor e do discurso do sofrimento como legitimador de demandas sociais e/ou de políticas públicas (MELLO, 2010; JIMENO, 2010; SARTI, 2011). Analisar a maneira como a linguagem do sofrimento (MELLO, 2010; NEVES, 2010) aparece no universo de mobilização política dos movimentos e associações de familiares de vítimas de violência também é um dos objetivos deste trabalho. O terceiro objetivo é procurar dialogar com perspectivas que abordam a questão da subjetividade, aspecto que busco evidenciar através das

entrevistas.

1.5 Metodologia de pesquisa

A presente pesquisa contou com dois métodos principais de investigação: a observação participante (MALINOWSKI, 1998) de eventos públicos e a realização de entrevistas orientadas por um roteiro. As entrevistas não seguiram o roteiro à risca, mas ele foi uma fonte na qual eu poderia buscar perguntas a serem feitas caso a entrevista não estivesse fluindo com autonomia. Como será possível perceber no capítulo três, a observação participante foi realizada em cinco eventos públicos, em que algumas vezes a observação participante se converteu em participação observante. Foi grande o nível de entrega, ela foi requisitada mais do que nos eventos, também em reuniões nas quais eu fui chamada a me pronunciar e a narrar o meu caso de violência, fato ocorrido entre os familiares de vítima do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, corroboro com as considerações de Weber (2009) de que haverá sempre um lugar que o observador observado ocupará no espaço social local, quer ele queira, quer não. Assim sendo, o pesquisador ocupa sempre uma posição ativa dentro do campo de pesquisa, não podendo escapar à classificação de um lugar para ele dentro desse universo social. Também procurei levar em consideração que uma das características da pesquisa de campo etnográfica é seu caráter transformador das hipóteses, e não um dispositivo para validar ou invalidar hipóteses (WEBER, 2009, p.61).

Tenho a pesquisa de campo etnográfica como o meio ideal de conhecimento antropológico, no entanto, devido à distância do Rio de Janeiro e aos escassos eventos no Rio Grande do Sul as entrevistas se fizeram necessárias. Procurei manter-me alerta aos detalhes etnográficos durante as visitas para entrevistas de modo que pudessem colaborar com a compreensão do meu objeto de estudo. Desse modo, considero as entrevistas como parte da minha pesquisa de campo e esta, como considera Peirano (1992), é

concebida como "método" por excelência da disciplina, como "rito de

passagem" na formação dos especialistas ou, ainda, como meramente a "técnica" de coleta de dados, a pesquisa de campo é o procedimento básico da antropologia há um século (PEIRANO, 1992, p.4).

A pesquisa de campo é considerada por mim não só como uma mera técnica de coleta de dados, mas como “um procedimento com implicações teóricas específicas” (PEIRANO, 1992, p.8). Tomando técnica e teoria como inseparáveis, o desenvolvimento e a sofisticação da antropologia acontece através da pesquisa etnográfica, ao desafiar os “conceitos estabelecidos pelo confronto que se dá entre i) a teoria e o senso comum que o pesquisador leva para o campo e ii) entre os nativos que estuda” (PEIRANO, 1992, p.8).

1.6 A entrada em campo

Comecei a pesquisa em Agosto de 2011. Primeiramente, fui ao lançamento do livro “Os Filhos da Mãe”, de Luiz Fernando Oderich presidente da ONG Brasil Sem Grades. Luiz Fernando Oderich é uma pessoa pública, bastante conhecida no Rio Grande do Sul, sempre presente em programas de rádio e de televisão falando sobre suas perspectivas acerca da questão da segurança no país. Sua trajetória como familiar de vítima de violência que “não cruzou os braços” lhe forneceu certa autoridade para falar no assunto, o que foi percebido também no caso de Carlos Santiago, do movimento Gabriela Sou da Paz. Ambos se tornaram pessoas públicas que são consultadas e palestram sobre o problema da segurança pública e que se tornaram legítimas para falar sobre o assunto.

Oderich era a única pessoa que eu conhecia, mas não pessoalmente, que tinha perdido o filho, fundado uma organização e atuado em prol de uma causa tendo como base sua experimentação da violência no seio da família. Por isso, foi a primeira que eu contatei, o que ocorreu durante o lançamento do seu terceiro livro. No mesmo mês, haveria o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Vítimas de Violência, em Brasília, e eu já estava preparada para acompanhar o evento e saberia que ele estaria lá. Isto foi facilitador da entrada em campo, pois Oderich se ofereceu para me apresentar a algumas pessoas. Foi assim que eu

inicie a entrada nesse campo de pesquisa. A ida a Brasília para o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Vítimas de Violência, no Congresso Nacional, possibilitou que eu conhecesse pessoas que se tornaram informantes na pesquisa, especialmente um casal, Regina e Eduardo, do qual me tornei muito próxima e que me apresentou outras pessoas da região metropolitana que estavam se mobilizando em torno dos casos dos seus filhos.

No Rio de Janeiro, Santiago, do movimento Gabriela Sou da Paz, foi contatado por telefone que consegui através de uma pesquisa pelo número na internet. Já as outras interlocutoras, todas mulheres, foram contatadas através da ONG Com Causa e das pessoas que eu ia entrevistando e que me indicavam outras. A ONG Com Causa foi conhecida através de uma ligação após ver uma notícia na internet de que a ONG estava prestando auxílio aos familiares da chacina da Chatuba.

1.7 Organização dos Capítulos

O primeiro capítulo analisa os modos de construção da vítima, através da existência de duas categorias: “vítima de violência” ou “familiar de vítima de violência”. Tais categorias correspondem aos modos de diferentes familiares de vítima reivindicarem-nas para si. Analiso as reivindicações da União em Defesa das Vítimas de Violência - UDVV; descrevo os movimentos que farão parte do universo empírico dessa pesquisa; mostro como a vítima e o algoz têm de ser percebidos conjuntamente, sempre em relação, de modo que não se pensa um sem o outro. Também discuto sobre as “políticas da vida” de Didier Fassin (2007), a qual se refere à hierarquização das vidas e demonstro como tal processo existe, assim como há uma hierarquização dos sofrimentos (VIANNA, 2012).

O segundo capítulo aborda a construção das denúncias públicas dos interlocutores dessa pesquisa acerca da violência e das ausências estatais. Abordo como essas denúncias são realizadas através do corpo, utilizando-o como último recurso nas reivindicações por direito; assim, o corpo que sofre é um justificador da demanda. Tais denúncias, por mais que evoquem a necessidade de ajuda psicológica, não se fazem unicamente no registro do trauma (FASSIN E

RECHTMAN, 2009). É numa linguagem mais relacional do sofrimento que as reivindicações são feitas. É visível nos relatos uma perspectiva relacional que insere os atos vividos num cenário maior de relações, valores religiosos, cenários de vida, entre outros. Erica Caple James (2010), em estudo etnográfico sobre a ajuda humanitária no Haiti, nos mostra como há um tensão entre o risco de serem condicionados no discurso vitimizatório e a agência dos Haitianos em manipular tal discurso. Em meu trabalho, mostro como há um risco semelhante e como as pessoas e grupos estudados são conscientes de tal aporia. Na segunda parte do capítulo, eu descrevo em detalhe os eventos estudados, de modo a provocar uma imersão no conjunto heterogêneo de formas de mobilização analisadas.

O terceiro capítulo é direcionado à análise das entrevistas. Apresento uma breve discussão sobre subjetividade e dor, para introduzir partes das entrevistas feitas com os interlocutores dessa pesquisa descritas por mim. Procuro tangenciar elementos subjetivos que foram trazidos à tona no processo de escuta dos meus interlocutores. Cada entrevista feita para a pesquisa é relatada parcialmente de modo a oferecer ao leitor a possibilidade de leitura próxima aos testemunhos dados à pesquisadora. Neste sentido, esta dissertação também é um testemunho dos testemunhos, uma (outra) forma de tornar o profundo e constante sofrimento das pessoas pesquisadas, de alguma forma, produtivo.

2 A construção social da categoria vítima

Cena 1

É o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Vítimas de Violência na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, em Brasília, no dia 24 de agosto de 2011. A sala está cheia, além das cadeiras todas ocupadas, inúmeras pessoas estão de pé, várias delas jornalistas. Inúmeros deputados federais passam pelo local. No meio da sessão de lançamento chegou Romário, por exemplo, que é chamado a compor a mesa de autoridades de última hora. As paredes estão revestidas de cartazes e faixas com reclames por justiça e contra a impunidade. Atrás da mesa de autoridades, há uma imagem com diversos rostos, um mosaico de vítimas. Diversos movimentos, associações e familiares de vítimas estão presentes, entre eles a associação da Chacina de Vigário Geral, a ONG Brasil Sem Grades e o Movimento Gabriela Sou da Paz. O momento das falas das autoridades já passou, agora estamos num momento um pouco conturbado, mas bastante interessante: o da fala dos movimentos e dos familiares. Eles tiveram alguns minutos ao microfone. Agora quem fala é Santiago, pai de Gabriela, vítima de bala perdida em uma estação de metrô do Rio de Janeiro em 2003, ele também representa o Movimento Gabriela Sou da Paz. Ele inicia sua fala com uma frase no mínimo impactante, a qual ele repete mais de uma vez: “estamos aqui no metro quadrado mais sofrido do Brasil”. Falou também sobre impunidade e a importância da Frente Parlamentar, sua fala me deixou bastante impressionada. Horas depois, quando eu estava no “fumódromo” do Congresso Nacional, encontro Iracilda, da Associação da Chacina de Vigário Geral, e outra senhora, das Mães da Candelária, elas comentam que estavam muito indignadas porque nem todos foram chamados ao microfone, que elas vieram do Rio de Janeiro para não falar, que quem falou pelo Rio de Janeiro foi o Santiago: “Santiago não nos representa, a filha dele não foi morta pelo Estado, quando morre na mão de civil é diferente. O que estão fazendo aqui é pra assassinato por civil”.

A cena descrita no início deste capítulo nos traz duas questões. A primeira se refere à politização dos sentimentos e seu emprego como forma de protesto e reivindicação. A segunda remete a discussões e diferenciações entre os movimentos, associações e frentes estudadas, fundamentalmente relacionadas às ênfases variadas nas possibilidades de agregação e luta.

Neste capítulo, me aterei à discussão dessas temáticas, primeiramente me

detendo na questão da politização dos sentimentos e sua relação com os modos de construção associados à figura da “vítima”, assim como nas diferenciações presentes no modo de sua construção, presentes nos movimentos, associações e frentes estudadas. Nessa parte, farei uma descrição do campo estudado, de forma a considerar diversas variáveis que recortam o universo investigado, bastante heterogêneo.

Em seguida, buscarei compreender as concepções de justiça e direitos humanos que subjazem às demandas dos movimentos, associações e familiares organizados politicamente, personagens dessa pesquisa. Argumento que tais concepções de justiça e direitos humanos implicam em valorações morais acerca das “vidas” que merecem ser vividas, o que abre uma discussão sobre o que Fassin (2006) denomina de “políticas da vida”. Nesse sentido, pode-se perceber que as singularidades dos casos apresentados pelos diversos movimentos, pessoas e associações de familiares estudados não apenas produzem uma nova categoria de ação política – a vítima –, mas também que a sua produção é indissociável de uma reivindicação moral de hierarquização das “vidas” .

2.1 Os Movimentos, Associações e Frentes Estudadas: politização dos sentimentos e as possibilidades de construção da “vítima” como figura política

2.1.1 A iniciativa das Frentes Parlamentares em Defesa das Vítimas de Violência: direitos humanos para “todos”

“Estamos vivos, as vítimas estão vivas” (Eduardo Rodrigues, 27/10/12)

No lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência, a mesa de abertura contou com uma pessoa considerada ilustre no universo dos movimentos e associações de vítimas. Mãe que teve seu filho assassinado, fundadora de uma organização chamada Comitê Nacional de Vítimas de Violência

(CONVIVE), Valéria Velasco também atua no governo do Distrito Federal na chamada Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência¹, que conta com o Programa de Proteção às Vítimas de Violência (Pró-Vítima). Programa que está em vias de ser implementado em Porto Alegre pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. Valéria é considerada exemplo pelo fato de ser vítima, ser militante e ser executora de políticas públicas, no lugar de Subsecretária. Em sua fala na mesa de abertura do evento, Valéria Velasco inicia apontando as taxas de homicídio em vários países e pontuando o quanto a taxa brasileira é alta em relação aos demais. Nessa fala, Valéria chama a atenção para as doenças ou problemas deixados pelas mortes e que não são contabilizados nos números, isto é, *as vítimas que ficam*. Nesse sentido uma mãe que morre de hipertensão que desenvolveu a doença em função da morte do filho, também é uma vítima de violência. Assisti outra fala de Valéria em Porto Alegre, no Seminário das Vítimas de Violência, promovido pela Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos do estado do Rio Grande do Sul, na qual sua fala foi no mesmo sentido, o de afirmar a existência das *vítimas invisíveis*.

Outra pessoa que estava na mesa é a deputada federal Keiko Ota, além de presidente da Frente Parlamentar, ela dirige a União em Defesa das Vítimas de Violência (UDVV), movimento sediado em São Paulo-SP. A UDVV foi formada a partir dos movimentos que pressionaram a implementação, no Congresso Nacional, da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência. A UDVV tem criado comitês estaduais para articulação das demandas em nível local. A ONG Brasil Sem Grades é responsável pelo comitê no Rio Grande do Sul, e o movimento Gabriela Sou da Paz responsável no Rio de Janeiro. No entanto, o movimento UDVV é mais forte em São Paulo, tendo nas frentes parlamentares estaduais uma ramificação.

A UDVV foi criada após a instauração da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência, como forma de fiscalizar sua atuação, e tem como slogan atual “Direitos Humanos para Todos”. O slogan corresponde à denúncia organizada pelo conjunto de movimentos que defendem que os direitos humanos das vítimas de violência não são respeitados pelo Estado. Também ecoa aqui a noção de que os Direitos Humanos têm sido direcionados aos algozes. Entre os movimentos que compõem a UDVV, é comum ouvir que os Direitos Humanos foram até hoje para

¹ Integrada à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal.

bandidos, e que seria preciso enfatizar que o Brasil precisa é de “Direitos Humanos para todos os Humanos”².

Também é visível a articulação que esses movimentos têm estabelecido entre violência e impunidade. Demandam, na condição de familiares de vítimas da violência, que eles sejam considerados também como vítimas: “os criminosos vivem livres depois de alguns anos, agora nós ficamos para sempre presos no sofrimento, também somos vítimas”, como diz Cristina D’Isola mãe de uma jovem assassinada em Brasília. Desse modo, a categoria vítima torna-se positivada em um discurso político que se pretende legitimar através da mesma.

Importa ressaltar que até aqui estou me referindo a um conjunto de movimentos específicos e que essa concepção de vítima, esse alargamento da categoria vítima para os familiares das pessoas assassinadas, ocorre no discurso da UDVV, da ONG Brasil Sem Grades, dos familiares que entrevistei em Porto Alegre e no do Movimento Gabriela Sou da Paz como uma afirmação política. Ela se torna, para eles, uma categoria que é utilizada politicamente para atingir fins específicos, isto é para requisitar a regulamentação do artigo 245 da constituição que se refere aos direitos das vítimas:

Art. 245. A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito (Constituição Federal de 1988).

O lançamento da Frente Parlamentar se deu no período da manhã e logo após as *vítimas* foram recebidas pelo então presidente do Senado, José Sarney. O recebimento de uma carta aberta à população foi bastante tumultuado, com todos em frente à sala de entrega com suas faixas e cartazes expostos e muita cobertura jornalística. Sobre José Sarney, importa referir que este tem um projeto de lei (PL 3503), datado de 2004, para regulamentar o artigo 245 da constituição. Nele, propõe a criação do Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (FUNAV). A esse projeto foi apensando o Projeto de Lei nº 2838/2011, que cria o Fundo de Assistência às Famílias de Vítimas de Crimes Dolosos (FAVIC), da autoria de Keiko Ota.

O projeto de Sarney dispõe sobre os direitos das vítimas de violência

² Reunião de Avaliação da Criação da Frente Parlamentar, em São Paulo (J.D. 03/09/2011).

entendidas de acordo com o seguinte artigo

Art. 3º Considera-se vítima, para os efeitos desta Lei, a pessoa que suporta direta ou indiretamente os efeitos da ação criminosa consumada ou tentada, vindo a sofrer danos físicos, psicológicos, morais ou patrimoniais, ou quaisquer outras violações dos seus direitos fundamentais, bem como os familiares próximos (Projeto de lei nº 3503/2004)

Foi possível perceber entre os familiares de vítimas pertencentes à UDVV certa empatia com Sarney diante do projeto já existente. Embora nenhuma forma de mobilização coletiva aqui seja articulada pela noção de trauma, é possível perceber, no Projeto de Lei nº 3503/2004, a influência dessa noção se configurar nesse campo. É possível sugerir, nesse âmbito, que o deslocamento, proposto por algumas pessoas e grupos estudados, da categoria “familiar de vítima” para a categoria “vítima” pode também contribuir para a possibilidade de dar maior visibilidade à inscrição corporal da dor nos entes viventes. Tal inscrição corporal justificaria o atendimento psicológico proposto pelo Projeto de Lei nº 3503/2004, que configura a experiência de vitimização mais próxima à noção de trauma, o que possivelmente a individualizaria. As pessoas investigadas, entretanto, apontam para outra direção ao salientar que a dor individual é sofrida coletivamente: “a família toda é atingida”. Voltaremos a esse ponto no capítulo três.

Por sua vez, Keiko Ota dispõe ainda de um conjunto de projetos de lei para alterar itens do código penal, como aumento da pena de homicídio e fim de alguns benefícios. O mandato dela tem sido voltado às vítimas de violência bem como à comunidade nipo-brasileira. Keiko Ota é mãe de um menino de oito anos sequestrado e assassinado em 1997 pelos seguranças de sua festa de aniversário, contratados pelo pai. Massataka e Keiko, que são da religião Seicho-no-ie, atuam desde então em movimentos pela paz, levando mensagens que acreditam promover a paz e o perdão. Segundo o casal, o perdão não é algo que entre em conflito com a justiça. Argumentam que o perdão é uma prática que liberta a pessoa do sofrimento, mas que não exclui a justiça na medida em que as pessoas devem ser punidas de acordo com as leis dos homens. A justiça aparece aqui como a punição dos acusados pelo crime – algo legítimo, visto que a pessoa transgrediu normas legais –, pessoas que não dão o devido valor à vida e não estão em condições de conviver em sociedade. Keiko Ota é descendente direta de imigrantes japoneses, moradora de

São Paulo, deputada federal pelo PPS. Entre os 70 deputados federais eleitos por São Paulo, Keiko Ota ficou em 11º lugar, com 213 mil votos.

Keiko Ota e Massataka Ota começaram como empresários pioneiros do ramo de lojas de R\$1,99 no país e tiveram seu caso amplamente divulgado na mídia. Hoje, além de Deputada Federal, Keiko Ota mantém junto com o marido o Instituto Ives Ota, que está situado na vila Carrão em São Paulo/SP. É interessante notar que a última frase de uma carta da Deputada Keiko Ota ao Desembargador Mário Alberto Hirs, Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, pode ajudar a qualificar as demandas e formas de ação dos movimentos em questão. A carta versa sobre o caso de Lucas Terra, queimado vivo em 2001, cujo um dos prováveis assassinos está sem julgamento desde então, sendo que o crime está prestes a prescrever.

Como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência e da União em Defesa das Vítimas de Violência (UDVV), ambas tendo como sua principal bandeira o fim da sensação de impunidade no nosso país, reforço o meu apelo para que o presente caso não seja tratado de maneira a trazer a família da vítima ainda mais sofrimento e dor.³

No lançamento da Frente em Brasília, lá estavam tais movimentos em seus modos de atuação manifestando-se por justiça, memória, auxílio às vítimas e visibilidade para suas demandas e sofrimento. A união desses movimentos tem trazido à tona a dimensão do auxílio e dos direitos das vítimas. Sua união certamente não é uma novidade, no entanto, a União em Defesa das Vítimas de Violência encabeçada por Keiko Ota – considerada uma pessoa que representa os familiares de vítimas, porque sofreu o mesmo que outros, a perda – traz a dimensão de uma articulação voltada à revisão do código penal e a efetivação dos direitos das vítimas, assim como a dimensão da criação de instituições de auxílio para o momento vivenciado pelas famílias no pós-crime. Podemos perceber os temas elencados na carta convite para participação no evento de lançamento da Frente Parlamentar:

- * Programa de apoio psiquiátrico, psicológico e judiciário as vítimas de violência e seus familiares pelo Estado;
- * Revisão do Código Penal;
- * Auxílio financeiro à família das Vítimas de Violência;
- * Definição dos Direitos das Vítimas de Violência e seus Familiares;

³ Fonte: www.udvv.com.br, acesso em 22/12/2012.

* Apresentar medidas que contribuam para a retirada do Brasil do topo do ranking mundial de homicídios.⁴

Na carta posterior ao evento, percebemos que há um detalhamento do que seriam as condições psicológicas e psiquiátricas das famílias para a justificação do auxílio financeiro. Passa-se a dizer “auxílio financeiro para as vítimas da violência – não raras são as famílias que passam a enfrentar dificuldades financeiras em função da instabilidade emocional provocada pela violência sofrida”⁵. Pretende-se que a vítima seja assistida já na delegacia, com atendimento jurídico e psicológico.

2.1.2 A Crítica ao Estado, a expansão da categoria como forma de ação política

É recorrente, por parte dos movimentos de familiares de vítimas, a elaboração de discursos que são narrativas de sofrimento, dor, ressentimento pelo descaso do Estado para com a vida perdida do familiar. Questionam acerca do valor da vida, sendo que tais questionamentos e denúncias podem ser considerados como discursos políticos que avaliam o Estado e que lhe atribuem características, formando assim uma imagem do Estado como injusto, ineficiente na proteção dos seus direitos e da vida dos vitimados. Motivados pelas suas histórias pessoais e dramas familiares, os familiares se posicionam no lugar de covítima (ou vítima invisível) da violência sofrida pelo vitimado para demandar ao Estado justiça, penalização, e a regulamentação do artigo 245.

Praticamente em todas as demandas dos movimentos e associações de familiares de vítimas de violência, as expertises do Direito e Saúde/Psicologia andam de mãos dadas, não somente como profissões, mas como saberes que os movimentos mobilizam em sua atuação, ao acolher, palestrar e orientar outras vítimas. Os entrevistados com casos mais antigos, por exemplo, possuem certo saber sobre as práticas jurídicas e os entremeios para compreender o andamento dos processos e poder pressionar por seu andamento. Ao acontecer um novo caso, os familiares das vítimas do caso mais antigo vão ao encontro dos familiares do

⁴ Fonte: www.udvv.com.br, acesso em 22/12/2012.

⁵ Fonte: www.udvv.com.br, acesso em 22/12/2012.

novo caso como forma de acolhimento e orientação – como quando da Chacina da Chatuba, no Rio de Janeiro, em 2012, cujos familiares foram acolhidos pelos da Chacina da Baixada, de 2005.

Sarti (2011) afirma que estamos vivendo um momento de alargamento do escopo social ocupado pela vítima, o qual está historicamente relacionado a boas intenções, como a responsabilização social pelo sofrimento com relação às catástrofes, à Lei de Anistia, à luta pelos Direitos Humanos. Enfim, a anseios de democracia e justiça no bojo da consolidação dos direitos e da cidadania. A noção contemporânea de vítima estaria vinculada às políticas de reparação frente às atrocidades das experiências de guerra, em particular, do holocausto. A segunda guerra mundial é um marco decisivo no universo de legitimação dessa categoria como modo de intervenção sobre o outro e até mesmo como identidade. Segundo a autora, a noção de vítima figura nesse cenário como “(...) uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos” (SARTI, 2011, p.54). Contudo, segundo Eliacheff e Larivière (apud SARTI, 2011, p.54) a categoria vítima adquire novo estatuto a partir da definição da categoria diagnóstica psiquiátrica de Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), que é classificada como doença no DSM III em 1980. Os autores acima citados argumentam a possibilidade de existir “(...) uma relação de legitimidade moral entre uma categoria diagnóstica 'o estresse pós-traumático' e uma categoria social 'a vítima'” (SARTI, 2011, p.55).

Na UDVV, a saúde dos familiares de vítimas é o argumento principal para legitimar a demanda por reconhecimento deles mesmos como vítimas. No Brasil, sobre este assunto, Sarti (2009, p.4) afirma que, no processo de produção da vítima, as esferas do direito e da saúde articulam-se e contaminam-se “(...) fazendo com que seja a partir da construção prévia da vítima, socialmente legitimada, que se reconheça o ato violento e lhe seja dada a devida atenção na área da saúde”. A antropóloga nos fala sobre o processo de produção da vítima a partir dessas instâncias, a do Direito e a da Saúde, em especial a segunda. A violência entra na área da saúde circunscrita pelo sucesso da cristalização de sua associação a determinadas características constitutivas de uma identidade, de gênero ou idade, e esse resultado é fruto do impacto no campo jurídico dos movimentos sociais de cunho identitário. Isto é, a cristalização da associação de determinadas características constitutivas de uma identidade é resultado do impacto da atuação de movimento sociais de cunho identitário, como o movimento feminista, no campo

jurídico. A contrapartida, segundo a antropóloga, é a ausência do reconhecimento de outras características ou pessoas como passíveis de sofrer atos violentos.

Podemos estender essa crítica e pensar a demanda dos familiares em serem reconhecidos como vítimas de violência, por “sangrarem” todo dia a dor das feridas causadas pelo acontecimento de perder um filho. Segundo os familiares, eles não são reconhecidos ainda pelo Estado como pessoas que, ao sofrerem a perda dos filhos, passam por um processo de desorganização pessoal e familiar que gera doenças (entre elas estão a psoríase, tumores, problemas psicológicos, etc.). Esses dados parecem indicar como os interlocutores se autoconstroem como vítimas e como se utilizam desse recurso como mote para reivindicação de direitos. Esse processo já foi destacado por Sarti (2011), que problematiza a extensão que a figura da vítima tem adquirido como legitimadora de demandas sociais.

Esse é um dos modos de se construir como vítima, através da referência ao sofrimento físico e psíquico que afeta a família como um todo e não só quem foi atingido diretamente. No entanto, podemos perceber que há interlocutores dessa pesquisa que se constroem de modo diferenciado associando a si a imagem não de vítima, mas de familiar de vítima de violência. Vejamos a descrição dos movimentos e ONGs para que possamos nos situar na discussão.

2.1.3 O Recorte Regional da Pesquisa e outras Formas de Mobilização

2.1.3.1 Rio de Janeiro

2.1.3.1.1 Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência

Entrevistei Patrícia da Rede na sede do movimento. Patrícia é irmã de Wagner dos Santos, único sobrevivente da Chacina da Candelária⁶. Também conversei com algumas mães, como veremos no capítulo três, que tiveram na Rede uma aliada em suas lutas por justiça. A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência⁷ é um movimento social que reúne sobreviventes e familiares de vítimas de violência moradores de comunidades pobres e favelas do Rio de Janeiro. A ação da Rede é voltada contra a violência praticada pelo Estado e contra as violações de direitos humanos perpetradas por agentes estatais nas comunidades pobres. Pode-se perceber que há um recorte de classe e de tipo de violência que a Rede aborda.

A organização foi fundada em 2004⁸. No momento de sua fundação, a Rede era formada praticamente por familiares de vítimas de violência policial, mas hoje trabalha com o tema da tortura, possui casos de tortura dentro de instituições socioeducativas ou prisões e considera isso também como uma violência de Estado. A Rede tem um núcleo que trabalha com remoções que estão ocorrendo em função da Copa de 2014, no entanto, Patrícia afirma que os familiares participam das atividades desse núcleo, de suas manifestações, na medida do possível, visto que já possuem muitas demandas próprias a resolver.

Ainda segundo Patrícia, a Rede luta por justiça e por respeito, ela cita já ter ouvido que a Chacina da Candelária e do Vigário Geral tinham sido “faxinas”. Hoje, a Rede conta com uma comissão de apoio aos familiares, estão há quatro meses sem reuniões, e já tiveram reuniões semanais. A Rede também faz protestos

⁶ Chacina que ocorreu na madrugada do dia 23 de julho de 1993, próximo à Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Na chacina, seis “meninos de rua” e dois adultos em situação de rua foram assassinados pela polícia.

⁷ Para um estudo mais detalhado e atento ver Vianna (2012).

⁸ Fonte: <http://redecontraviolencia.org/Home/11.html>, acesso em 28/12/2012.

relacionados aos casos, encaminha os casos pra um núcleo de direitos humanos da defensoria pública com quem tem parceria e acompanha-os. Por fim, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência é um movimento social que tem autonomia, que é independente de religião e partido político e que não apoia candidaturas políticas. A Rede não tem qualquer ligação com a UDVV ou com movimentos em que familiares pleiteiam ser reconhecidos como vítimas eles mesmos. Contudo, Patrícia não deixa de sinalizar a perda de várias companheiras que adoeceram durante a luta.

2.1.3.1.2 Gabriela Sou da Paz

Santiago e Cleyde, pais de Gabriela – jovem assassinada no metrô do Rio de Janeiro em 2003 por uma bala perdida – começaram o movimento Gabriela Sou da Paz logo após a morte de sua filha. Segundo Santiago, muitas pessoas os procuravam e enviavam cartas prestando solidariedade. Na época, foram procurados por Glória Perez e, como eles tinham algumas dúvidas, tentaram esclarecê-las com ela, que já possuía mais experiência no assunto. Eles queriam saber porque os assaltantes que participaram da troca de tiros estavam soltos se já haviam cometido outros crimes. Ela indicou-lhes um procurador que lhes disse que isso se devia ao regime de progressão penal, e que os assaltantes estavam em liberdade devido ao código penal que permitia que isso acontecesse.

Então, com a ajuda de Glória Perez, eles elaboraram seis pontos a serem modificados no código penal, a serem descritos no capítulo quatro, e empreenderam a campanha “Diga Não à Impunidade”. Conseguiram as assinaturas necessárias para a criação de um projeto de lei por iniciativa popular e o entregaram em Brasília. Até hoje, apenas um dos pontos, o protesto por novo júri, foi incorporado, sendo que os outros pontos exigidos continuam obsoletos. Foram dois anos e meio de coletas de assinaturas, e para isso tiveram que fazer parcerias com organizações de outras cidades – sendo a Brasil Sem Grades, no Rio Grande do Sul, uma delas –, pois as assinaturas precisavam ter representatividade nacional.

Há quatro anos, Cleyde faleceu de Acidente Vascular Cerebral e Santiago deu continuidade ao movimento. Ele mantém um *site*, um *blog*, um perfil de Orkut e um

grupo no Facebook do movimento, os quais alimenta com fotos e notícias. O *site* mantém mais ou menos o mesmo formato há meses, conta com o relato do que aconteceu com Gabriela, como foi a campanha “Diga Não à Impunidade” e um memorial com 746 vítimas cadastradas até 13/01/2012. De acordo com Santiago, o memorial é aberto e as pessoas podem acessar o *site* e cadastrar sua vítima a qualquer momento.

Hoje, o movimento Gabriela Sou da Paz participa da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência, e também da elaboração e efetivação de eventos anuais como o “Um dia por ti” descrito no capítulo três desta dissertação. O movimento conta com voluntários que distribuem materiais, usam a camiseta de Gabriela com a foto da jovem fazendo o símbolo da paz, e divulgam a missão do movimento – contra a impunidade e pela paz. Santiago também acolhe outras vítimas de violência, ouve os casos e orienta quanto aos direitos que possuem, descrente no trabalho da defensoria pública ele encaminha para um advogado particular que atende vítimas de violência sem custos iniciais. Penso que através dessa observação podemos perceber um perfil de classe e orientação política diferenciado entre a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e o movimento Gabriela Sou da Paz. Além do mais, o movimento Gabriela Sou da Paz é o movimento pesquisado no Rio de Janeiro que tem vinculação com a UDVV e a iniciativa das Frentes Parlamentares, fazendo parte do pleito por considerarem a si próprios “vítimas”.

2.1.3.1.3 ONG Com Causa

A ONG Com Causa começou oficialmente em 2003, mas atua voltada ao movimento de familiares de vítimas de violência desde 2007. A ONG não se resume a essa atuação, também trabalha com vítimas de chuvas, como o caso de Petrópolis/RJ que ocorreu há dois anos. Atualmente, a ONG atua na Baixada Fluminense e está expandindo sua atuação para a capital do estado. Luciene, mãe de um jovem assassinado na Chacina da Baixada, de 2005 – interlocutora cuja história relato no capítulo quatro – e Renata, tia-mãe de um jovem morto na chacina da Chatuba, ambas da Baixada Fluminense, são as atuantes mais próximas da ONG

Com Causa.

A ONG possui um convênio com o Governo Federal, através do Ministério dos Direitos Humanos, para um Centro de Referência de Direitos Humanos. Logo, possui uma atuação ampla relacionada a esse tema. A organização já dispôs de um grupo de familiares de vítimas de violência que se reuniam quinzenalmente, acompanhados por uma psicóloga, mas o grupo se desfez. Atualmente a ONG atua com aquilo que, Adriano, coordenador, costuma chamar de “princípio mínimo de acolhida” ou “princípio da cultura de direitos, das coisas mais simplórias”, como a acolhida. Trata-se de, após o ocorrido, passado algum tempo, se mostrar disponível aos familiares ou movimentos de familiares de modo a que se sintam acolhidos e de oferecer o auxílio jurídico e psicológico disponibilizados pela ONG.

É esse princípio mínimo que orienta as ações de direitos humanos da Com Causa para com os familiares. Segundo Adriano, a função da ONG é dar apoio, solidariedade, e estar onde o direito é violado, onde ele não está sendo cumprido e estabelecer uma rede de apoio. Interessante que a ONG não tem uma vinculação propriamente religiosa, mas frente à forte atuação da diocese local com os direitos humanos, esses atores possuem uma relação forte. A ONG também atua com o princípio de “não cair no esquecimento”.

Adriano não é um familiar de vítima de violência, nem a ONG tem o perfil dos outros movimentos aqui descritos, mas é uma organização que encontrei prestando auxílio aos familiares e que julguei necessário incluir nessa pesquisa, pois é uma mediadora entre os familiares e seu acesso à retórica dos direitos humanos. Nada parecido existe em Porto Alegre, pois, como veremos, a ONG Brasil sem Grades não faz propriamente uma atuação voltada aos direitos humanos. Acho que essas organizações, como a Com Causa e a Rede, fortalecem e fomentam a criação e manutenção de familiares de vítimas e movimentos familiarizados com o discurso dos Direitos Humanos. Talvez seja esse um dos motivos pelos quais, no Rio Grande do Sul, haja um discurso tão forte contrário aos Direitos Humanos.

Desse modo, no Rio de Janeiro, diferentemente do Rio Grande do Sul, os familiares e movimentos são procurados ou procuram os “direitos humanos”. Isto é, eles procuram por outras organizações de direitos humanos, como os direitos humanos da Assembleia Legislativa, de modo que se sentem em afinidade com a retórica dos direitos humanos. Uma exceção é o movimento Gabriela Sou da Paz, que possui uma orientação política não avessa, mas crítica aos Direitos Humanos,

considerando, como veremos, que os Direitos Humanos estarão sempre vinculados aos presos e não às vítimas.

2.1.3.2 Rio Grande do Sul

2.1.3.2.1 ONG Brasil Sem Grades

A ONG Brasil Sem Grades (BSG) foi fundada, em 2003, por Luiz Fernando Oderich após a perda de seu filho, Max – assassinado durante um assalto em um bairro de classe média de Porto Alegre, quando ia comprar seu terno de formatura. A Organização tem como missão “despertar a consciência da população brasileira através do desenvolvimento social e de ações voltadas para o combate às causas da criminalidade”⁹. De acordo com o que consta em seu *site*, a entidade entende como causas da criminalidade a falta de planejamento familiar, a falta de paternidade responsável e a legislação penal muito liberal. Este último ponto é o que nos cabe discutir acerca desta organização, pois é onde entram os familiares de vítimas de violência. Não se trata de dizer que a entidade não entenda que todas as causas são relacionadas às demandas dos familiares, ou das vítimas, mas sim que é este é o ponto com o qual os meus interlocutores de pesquisa, associados à Organização, mais se identificam.

Assim Eduardo e Alexandre, o primeiro pai de um jovem assassinado em 2009 e o segundo pai de um jovem que ficou paraplégico em decorrência de um tiro, se identificam com a campanha em favor da mudança do código de processo penal. Eduardo faz parte da diretoria da Organização, além de atuar como voluntário. Para a campanha “Justiça seja Feita”, a BSG elaborou dois vídeos que circulam em comerciais na TV aberta, uma cartilha e adesivos. A cartilha contém itens que deveriam ser modificados na legislação penal para que ela se tornasse mais adequada, do modo como entende a Organização. O primeiro vídeo da campanha representa familiares de vítimas de violência que estão atrás das grades, o segundo

⁹ Fonte: www.brasilsemgrades.org.br, acesso em 13/01/2012.

mostra pessoas de braços cruzados em um velório. O primeiro vídeo busca passar a mensagem principal da Organização, aquela que está contida em seu nome, de que é a população com medo que se encontra atrás das grades. A ideia defendida pela entidade é a de que nos acostumamos com as grades, de que a posição que adotamos hoje é de conviver com essas grades, e de que essa atitude deve mudar. O segundo vídeo passa a mensagem de que se permanecermos de braços cruzados, o que pode acontecer é a morte de um parente ou a nossa própria morte.

A entidade tem uma relação permanente com a UDVV e a iniciativa das Frentes Parlamentares. Contudo, tem um olhar um pouco crítico aos outros familiares de vítimas de violência, pois considera que cada reunião e encontro se transforma em um vale de lágrimas. No Rio Grande do Sul, a BSG é a organização responsável pela Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência. Talvez também seja a organização de classe mais elevada, mantida por doações generosas e por pessoas de classe média ou classe média alta.

2.2 Distinções e Divisões: um campo multifacetado

Apresentados os movimentos e organizações da sociedade civil que compõem o universo etnográfico desta dissertação, poderemos nos ater às disputas e divisões no campo desses movimentos. Decidi, como já disse na introdução, trabalhar com uma gama variada de movimentos que em alguns momentos podem sugerir a existência de pouca vinculação entre si. No entanto, a linguagem do testemunho e os relatos de sofrimento são o que esses movimentos e organizações compartilham.

Portanto, o que quero afirmar por enquanto é que esses movimentos, organizações e familiares de vítimas de violência fazem parte de um mesmo campo que se encontra cindido por modos diferenciados de definir e disputas em torno da categoria vítima. Há os que se consideram familiares de vítimas de violência e os que reivindicam a inscrição de vítima em seu próprio corpo. Potencialmente, existem outras várias matizes de distinção, mais etnografia evidenciaria outras variáveis, mas vou optar neste momento por enfatizar as distinções mais evidentes no campo e naquelas trazidas pelas próprias pessoas estudadas. Tais distinções dizem respeito,

fundamentalmente, a três variáveis: 1) à condição de “vítima” (ou “familiar de vítima de violência”); 2) ao tipo de crime pelo qual o ente foi vitimado; 3) as relações entre o vitimado e o personagem legítimo para se mobilizar.

Quanto à dimensão da autointitulação de “vítima” de violência, este é o caso do movimento Gabriela Sou da Paz, no Rio de Janeiro. Todos os outros entrevistados do Rio de Janeiro, embora alguns considerem que a família é vítima, não tomam isso como bandeira de luta, não estão envolvidos nessa defesa. Essa é a primeira divisão que existe entre os movimentos de familiares de vítimas de violência identificados por esta pesquisa. De um lado temos o corpo de quem é diretamente atingido como o corpo da vítima, e de outro lado pessoas indiretamente atingidas que reivindicam a inscrição da condição de vítima no seu próprio corpo. Nesse caso, podemos identificar o processo do alargamento do escopo social ocupado pela vítima, identificado por Sarti (2011). Vejamos a fala de Eduardo, do Rio Grande do Sul, que, assim como Alexandre, compartilha da autoidentificação como vítima com o movimento Gabriela Sou da paz. Eduardo é pai de um jovem assassinado durante um assalto:

Porque o familiar ele sente a mesma dor, a vítima (corrigindo) da criminalidade, da violência ela tem essa dor em razão da perda do ente querido, tá certo? Ela perdeu um ente querido, se esse ente ele deixou filho, ele deixou esposa, ele deixou pai, ele deixou mãe, ele deixou irmão, todos tem a mesma dor, todos sentem, no momento que a pessoa partiu, que a pessoa foi assassinada podia estar acontecendo qualquer situação na família, um afastamento, uma briga, mas não aconteceu aquele fato a dor, volta o amor, volta a dor e a partir daquele momento ela passa a ser vítima, passa a ficar dentro do contexto das famílias da dor como vítima (Eduardo Rodrigues, 11/01/12)

Podemos perceber isso também na fala de Alexandre, pai de um jovem que ficou paraplégico em decorrência de um tiro. Em nossa conversa, eu falei sobre o Rio de Janeiro e sobre lá eles chamarem o movimento de movimento de familiares de vítimas de violência, e ele me disse:

Eu acho errado dizer que é só um familiar da vítima de violência também, mas quando um tiro atinge o teu filho e mata ele ou aleija ele, aleija a família toda, porque tu priva os outros filhos de muitas coisas que eles precisam e que não vão poder ter porque os gastos são imensos, isso falando da parte financeira, e a parte psicológica? O medo dos filhos pequenos de que aconteça com eles e assim por diante, a coisa não é... todo mundo é vítima de violência sim, toda

família, desde os familiares diretos, quanto os familiares indiretos, todos sim são vítimas da violência (Alexandre Almeida, 26/12/12)

Também podemos sugerir, como apontamos acima quando comentamos o Projeto de Lei nº 3503/2004, que os que requerem para si a condição de vítima podem estar sujeitos a um discurso mais medicalizado e individualizado, influenciados pela noção de trauma. Essa é uma questão que ficará em aberto, figurando nessa dissertação apenas a título de sugestão, à espera de uma investigação mais pormenorizada e direcionada ao tema. No entanto, cabe apontar que se trataria de um discurso mais próximo do discurso do trauma (FASSIN E RECHTMAN, 2009) do que do discurso do sofrimento, ainda que não possamos falar de uma divisão tão rígida. O discurso do sofrimento enfatiza a dor da perda e o sofrimento decorrente dela no bojo da família, acaba por ser um mote de mobilização política e reivindicação de direitos. Por seu turno, a linguagem do trauma, baseia-se no trauma psicológico como mote para reivindicação de direitos, mostrando-se marcada por um individualismo, no qual o trauma individual é a figura que legitima a busca de direitos.

Por fim, No Rio Grande do Sul todos os entrevistados, menos Rejane e Adão, um casal que teve o filho vitimado por policiais, pleiteiam politicamente a condição de vítima para si próprios. No entanto, ao serem questionados sobre o que é a vítima, eles se inserem dentro dessa chave de leitura da vítima:

(...) é uma vítima, né, que não tem culpa de nada, tiram a vida de um inocente, nós somos vítimas também, porque a gente tá sofrendo a ausência dele, que é uma tremenda injustiça o que fizeram com ele, imagina a pessoa que queria ficar em casa com o irmão, que ele não tava com vontade de sair aquele dia, ele não tava, ele queria descansar, então de repente tudo mudou, então vitima eu acho que é uma coisa muito injusta, não procurou... (Rejane, 12/01/12)

No Rio de Janeiro, como já me referi, é a ONG Gabriela Sou da Paz que faz essa reivindicação, e Renata, mãe-tia de um jovem assassinado na Chacina da Chatuba, que também se insere nessa condição mesmo sem pleiteá-la publicamente: “vítima somos nós, as famílias, que estamos vivos, nós as famílias”.

Os outros entrevistados no Rio de Janeiro, a saber, Luciene – mãe de um jovem morto por policiais na Chacina da Baixada, em 2005 –, Elizabeth – que teve os dois filhos mortos por policiais e seguranças da casa de shows Via Show –,

Marizete – que teve o filho morto provavelmente por um cabo em frente à casa de shows Rio Sampa –, e Patrícia – que é irmã do único sobrevivente da chacina da candelária – não reivindicam politicamente o status de vítima e pode-se perceber, nesses casos, outras distinções se acrescentando entre o campo estudado, que dizem respeito ao tipo de morte e sobre o ente legítimo para mobilização e luta.

Não há uma regra geral que marque a divisão de um grupo de um lado ou de outro, mas há a tendência a casos envolvendo morte por civis reivindicarem para si a condição de vítima. Talvez seja por esse o motivo, mas prefiro sugerir que se trata da vinculação dos coletivos do Rio Grande do Sul e do Gabriela Sou da Paz, no Rio de Janeiro, à UDVV e a Keiko Ota como uma liderança, sendo uma das propostas principais da iniciativa das frentes parlamentares o auxílio aos familiares de vítimas; e a justificação desse auxílio se faz pela reivindicação de que o familiar seja também considerado vítima.

A segunda divisão entre o conjunto das associações e frentes estudadas, possível de ser destacada, seria a do tipo de crime do qual se foi vítima. Segundo Paiva (2012), há três principais personagens retratados nas histórias das mortes violentas apresentadas através dos meios de comunicação: as vítimas, os acusados e os sobreviventes (familiares de vítimas). Paiva defende que os produtores de notícias adotam um posicionamento político que tem como objetivo preservar o morto e a luta pelo reconhecimento do direito da vítima. Neste sentido, os meios de comunicação fariam parte de um movimento político que se conforma “em torno das necessidades e exigência em prol do reconhecimento da vítima” (PAIVA, 2012, p.288). Nesta direção, haveria certa aliança entre o movimento de familiares de vítimas e a mídia na produção da vítima como inocente e na construção de que o morto não é apenas mais um no meio da multidão, que ele não pode ser apenas mais um nas estatísticas criminais. Assim, os meios de comunicação estariam ao lado das vítimas. O autor ainda aponta que a vítima é construída em contraponto aos seus algozes, os acusados. Estes são apresentados “como a incorporação de um mal que a sociedade deve expurgar de si para garantir sua continuidade” (PAIVA, 2012, p.302).

É nessa linha argumentativa que pretendo seguir através da análise de meus dados. Isto é, a construção social da vítima, realizada a partir de certos atributos, é produzida sempre em relação ao seu oposto, o algoz. Mas, o algoz não é sempre o mesmo, pode ser o Estado e pode ser civis. Assim sendo, a construção moral da

vítima é heterogênea porque é relacional, isto é, é na relação que ela faz sentido. Ultrapasse-se assim a noção de vítima como essência para uma noção de vítima que obedece a relacionamentos contingentes. Tanto de uma forma como de outra, temos a construção da vítima pelos familiares como completamente inocente, e os esforços de justificação são visíveis. Não penso, entretanto, que devemos também fazer aqui uma divisão tão rígida, afinal quem teve seu parente vitimado por civis também culpa o Estado pela falta de segurança. Não obstante, o importante é apontar para a situacionalidade da produção dessa figura política – a vítima – o que Sarti (2011) aponta como a necessária atenção ao agressor e ao contexto da violência:

A análise da construção da vítima supõe necessariamente o agressor e o contexto da violência, que permitem entender a lógica a partir da qual ela se manifesta e é qualificada como tal. Ser vítima não corresponde a um lugar fixo e, pelo caráter mutante da violência, seu lugar, assim como o do agressor, se desloca entre sujeitos distintos (SARTI, 2011, p.58).

Junto com Sarti (2011), propomos que há uma relacionalidade que é ditada pelo contexto de violência e demais fatores dessa equação. Temos um exemplo: o caso de Realengo. Não entrevistei ninguém envolvido no caso, mas estive presente em uma reunião de apresentação entre a associação Anjos de Realengo e a ONG Com Causa. O caso mais próximo ao discutido por Fassin e Rechtman (2009), que trata sobre a progressiva fortificação da linguagem do trauma como um discurso político eficaz é o caso de Realengo, no Rio de Janeiro. Trata-se de pais e parentes das crianças mortas ou sobreviventes de um episódio em que um ex-aluno entrou na escola Tarso da Silveira atirando e matando. O tipo de crime praticado em Realengo é um tipo de crime diferente daquele praticado pelo Estado ou por civis comuns. O alzo foi um adolescente, ex-aluno, em um episódio tipicamente americano. Uma série de mediações atravessam as interpretações do acontecimento de modo a produzir vítimas diferenciadas. Temos, na Associação de Parentes e Amigos dos Anjos de Realengo, o mais próximo do modelo de vítima descrito por Fassin e Rechtman (2009), a versão mais medicalizada. Os parentes são acompanhados por psiquiatras, psicólogos, assim como as crianças diretamente atingidas que sobreviveram. Ao analisar os movimentos de familiares de vítimas de violência, percebemos uma tensão entre uma linguagem individualizadora do trauma e uma

perspectiva mais relacional do sofrimento, na qual o sofrimento é pensado como algo vivido coletivamente. No caso estudado, as duas linguagens convivem, no entanto, importa pontuar que os interlocutores desta pesquisa não fazem uma referências explícita à categoria trauma, mas sim reivindicam ajuda psicológica e vivem a realidade da medicalização.

No Brasil, além de Realengo, os familiares de vítimas da chacina da Chatuba também recebem auxílio psicológico da prefeitura. Não é perceptível por parte do governo brasileiro um investimento na ideia de trauma tanto quanto nos outros países. Há apenas duas iniciativas no Brasil, o CRAVI e o Pró-Vítima, que disponibilizam ajuda psicológica, além de assessoria jurídica. De todo modo, o que queríamos chamar a atenção é ao caráter relacional da vítima, o caráter relativo ao par vítima-agressor. No caso de Realengo temos um tipo particular de crime e de “criminoso” e um tipo peculiar de vítima.

Quanto às entrevistas do Rio de Janeiro, temos ainda uma terceira diferenciação viável de ser destacada entre os grupos e pessoas estudadas, que diz respeito à figura legítima para mobilização. Nas entrevistas realizadas no RJ, foram as mães de vítimas de violência policial que mais falam do sofrimento vivenciado e da dificuldade de lidar com essa “ferida que não para de sangrar”. Santiago, pai de uma jovem atingida por bala perdida, não tocou no tema durante a entrevista. As entrevistas foram realizadas com um roteiro que consta no apêndice dessa dissertação, no entanto, ele não foi seguido à risca, pois eu procurava deixar que o entrevistado dirigisse o tema da própria entrevista. Nesse sentido, é elucidativo que as mães falaram mais sobre sofrimento, ou falaram espontaneamente sobre ele.

Eu não poderia deixar de me referir aqui ao interessante artigo de Adriana Vianna (2012) sobre as mães de vítimas de violência policial e a singularidade da sua dor e dos seus casos. Vianna considera que há um jogo de identificação e distinção, que são complexos por estarem “sujeitos a triagens cognitivas, morais e emocionais que variavam em casa caso e no interior do próprio universo de participantes” (VIANNA, 2012). É neste sentido que devemos entender algumas tensões e divisões explicitadas pelos entrevistados, ainda que nenhum deles tenha corroborado abertamente com tais distinções.

Vianna argumenta ainda que as mortes se diferenciam pela natureza da relação estabelecida com a “entidade enunciativa do ‘Estado’ em todas as suas variáveis”. Constrói-se, assim, a ideia de uma “violência” específica, distinta da

“violência urbana”, em suas palavras. Isto é, são mães de vítimas de violência policial e isso significa que sua dor não é a mesma que a de outros familiares. Portanto, a “dor de mãe” e a violência estatal singularizam esses casos no interior do movimento de familiares de vítimas de violência, o que pode indicar porque o sofrimento se tornou uma temática na entrevista com essas mães.

Esse mandato simbólico materno (VIANNA E FARIAS, 2011) parece nos falar de diversas coisas: da centralidade da imagem da mãe sofredora em uma cosmologia moral-religiosa amplamente espalhada pelo tecido social (LEITE, 2004); da necessidade de operar através de uma nesga simbólica de respeito mais “universalizante” em um mundo fortemente cindido entre mortos que contam e que não contam, ou mesmo que devem morrer, como tributários das imagens da “guerra” centrada no “tráfico” e na “violência urbana”. Tal nesga é possibilitada justamente pela imagem de um sofrimento distinto e superior a todos os demais, o “sofrimento de mãe” e, por fim, da inseparabilidade da díade mãe-filho mesmo depois da morte” (VIANNA, 2012, p.12).

Cabe apontar que, no Rio Grande do Sul, há intensa participação dos pais, homens, no movimento de familiares de vítimas (ou movimento de vítimas). Estes, diferentemente de Santiago, expressam a todo o momento o quanto a vida tem sido difícil e demonstram nos eventos públicos a dor que sentem, através de falas e até mesmo em sua expressão corporal. Mas, o fato de os homens serem ativos no movimento, até mais do que as mulheres, não faz que eles pensem que o amor de mãe, assim como sua dor, não é singular. Podemos ver isso na fala de Oderich:

Irmãos e irmãs de dor (com isso, estou falando a todos, inclusive às autoridades), parabéns pelo teu trabalho. Somos razão e emoção. De emoção vocês, mães, são muito melhores do que eu para transmitir tudo aquilo que é a perda de um filho. Eu, como a minha colega aqui do lado, perdi o único filho. Mas, o que estou aqui falando, hoje, e tentando chamar a atenção de vocês é da questão da razão (Luiz Fernando Oderich, 04/06/2012).

Essa fala foi proferida na sessão de instalação da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência do Estado do Rio de Janeiro, no dia 04 de Junho de 2012, da qual Oderich participou. Nessa fala é possível perceber que são as mulheres, no lugar de mãe de vítima de violência, que são vistas como aquelas que melhor podem transmitir o que é a perda de um filho, pois elas são mais emoção. Já Oderich vem ali para desempenhar o lugar da razão, o que nos fala de distinções

aqui que são concernentes aos papéis de gênero e que embasam, também, a centralidade do discurso do sofrimento das mães, apontado por Vianna (2012). O que tais considerações parecem apontar é para o que Vianna (2012, p.16) salientou como a construção de um processo de hierarquização dos sofrimentos.

Isso se evidencia também através da fala de Patrícia – irmã de Wagner Santos, sobrevivente da Chacina da Candelária – que apontou a dificuldade que foi se inserir no movimento de familiares de vítimas sendo que não nem era mãe, nem seu familiar havia morrido. Ela conta que havia uma tensão muito presente no início do movimento, colocada pela a ideia de que “só a mãe que sente”, mas que à medida em que o grupo foi se formando e mais acontecimentos trágicos trouxeram mais irmãos, irmãs, esposas, para o grupo de familiares, aquilo que era tabu acabou sendo uma tensão menor. “De vez em quando ainda surge”, diz Patrícia.

No entanto, existem outras distinções ressaltadas. Elizabeth, ou Beth como é chamada pelas minhas outras interlocutoras do Rio de Janeiro, nos fala de outra cisão, dessa vez uma cisão de classe. Beth é a mãe de dois jovens assassinados por policiais e seguranças, os quais também eram policiais fazendo “bico”, da casa de shows Via Show. Em sua entrevista, colocou em evidência um conflito interno nos movimentos de familiares de vítimas de violência, que é visivelmente um conflito de classe. Falou-me também sobre o conflito entre as mães de policiais e as outras mães, o qual ela julga pouco produtivo e não se sente próxima a quem faz essa divisão (ela fundou uma ONG com outras mães, a maioria delas de policiais assassinados). A divisão que ela explicitou, e que considero importante apontarmos, é a divisão entre mães do asfalto e mães da favela.

Trata-se de uma divisão que singulariza os casos. Beth critica essa singularização jogando a questão de volta para a generalização, que é o movimento politicamente feito para que as pessoas possam se engajar na causa. Como veremos no capítulo três, há uma tensão entre o singular e o geral:

E daí tu ouve ‘ah, mas teu filho era bandido’, não interessa se era bandido ou se não era. Não tinha que ser morto. Que tipo de filho você tinha? De que jeito ele morreu? Não é assim. Mãe é mãe, filho é filho e violência é violência (Elizabeth, 17/12/12).

Beth enxerga que ainda há uma divisão entre quem é do asfalto e quem é da favela, uma divisão que não é feita apenas pelas pessoas dos movimentos, mas também pela mídia. Ela cita que o caso dos seus filhos foi noticiado como “morte de

meninos da classe média”. Ela também problematiza quais foram as mães que ganharam as pensões indenizatórias, concluindo que as mães do asfalto são privilegiadas. Essa desvantagem das mães da favela também existe quanto à possibilidade de serem escutadas e levadas a sério. Beth comenta que até ela mesma teve muita resistência no início de se aproximar do movimento das mães da favela.

A entrevistada também aponta para a distinção, já abordada, entre os que foram mortos por policiais e os que foram mortos por bandidos. Logo após a morte dos jovens, Sirlei, cunhada de Beth, teria ligado para Cleyde (do movimento Gabriela Sou da Paz) e esta teria dito que seus casos eram diferentes visto que a filha dela não morreu na mão de policial. Ao me contar isso, Beth reafirma a existência dessas diferenciações internas aos movimentos. Ela considera essas distinções danosas: “nosso movimento podia ser muito melhor”.

Essa tensão entre o caso singular e causas mais gerais que aparece na fala de Beth é algo que lança luz sobre o próximo tópico que iremos discutir neste capítulo: o da hierarquização das vidas. Beth generaliza a causa: “mãe é mãe, filho é filho e violência é violência”, no entanto, foi possível perceber em campo que não é tão simples assim.

2.3 Diferentes posturas frente aos direitos humanos

Entre os movimentos mais ligados à UDVV – quais sejam, a ONG Brasil Sem Grades, os familiares do Rio Grande do Sul e o Movimento Gabriela Sou da Paz – é possível perceber uma postura crítica aos direitos humanos. No Rio Grande do Sul, não podemos afirmar que o movimento de vítimas seja um movimento de direitos humanos. Há certa aversão à linguagem dos direitos humanos e ao que ela representa para os referidos movimentos, eles não se utilizam da matriz discursiva dos direitos humanos para reivindicação de direitos. Os direitos humanos estão relacionados aos algozes, são eles os assistidos pelos direitos humanos na concepção dos familiares de vítimas citados acima. A afirmação de que nunca foram procurados pelos direitos humanos é muito comum, e também a afirmação de que se forem pegos batendo em um “criminoso” “os direitos humanos”, como se fossem

uma entidade, apareceriam agilmente para afirmar que se trataria de uma prática errada. Vejamos como Alexandre elabora esse discurso sobre os direitos humanos e papel do Estado frente aos algozes:

Que quando se fala em Brasil Sem Grades muita gente imagina que a gente quer soltar os bandidos, colocar eles na rua, também outros já imaginam que quer se acabar, pena de morte, acabar com a bandidagem. Não é uma coisa nem outra, não é um radicalismo selvagem. O que a ONG quer é equilibrar as forças. O presidiário é muito mais assistido pelo Estado do que um pai de família. Não é uma coisa que eu tirei de um livro ou da internet, eu vivenciei isso, eu vivencio isso, é uma dificuldade. Tu é tratado como se tu fosse o causador do problema que tu tem. Tu é vítima de um sistema e de uma lei que é muito flexível pro bandido, pro criminoso. Na verdade eles estão protegidos, nós é que estamos desprotegidos. O preso é propriedade do governo. Agora a responsabilidade da segurança do cidadão... Direitos Humanos então nem se fala se tu matar um bandido que tentou te assaltar tu vai gastar tudo que tu tem te defendendo e não vai conseguir ganhar. Quando é o contrário... Ninguém dos direitos humanos vem na tua casa saber se tu precisa de uma ajuda psicológica, financeira... (Alexandre Almeida, 26/12/12).

Já no Rio de Janeiro, com a exceção do movimento Gabriela Sou da Paz, podemos dizer que se trata de movimentos e familiares vinculados a luta por direitos humanos, inclusive com um horizonte de ação expandido:

Basicamente é isso mesmo (...) na verdade é movimento de familiares de vítimas de violência. É mais uma questão de Direitos Humanos, é tudo que envolve direitos que são violados, a gente bate de frente com isso, as mães todas que estão nos movimentos hoje, de vítimas de violência, de familiares, batem com essa questão dos Direitos Humanos (Luciene Silva, 11/12/12)

Podemos dizer também que no Rio de Janeiro há uma tradição de os movimentos de direitos humanos atuarem com o tema da violência, principalmente a violência policial, visto que ele é quase constitutivo da identidade da cidade. Percebemos então entre os familiares que tiveram seus filhos vitimados por policiais um discurso mais próximo da matriz dos direitos humanos. Além dessa tradição, há um histórico de movimentos de familiares de vítimas de violência que está inserido em outra temporalidade, se comparado ao Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, temos os movimentos propriamente de familiares de vítimas de violência começando no início dos anos 90, no Rio Grande do Sul a ONG Brasil Sem Grades data de 2002 e os outros familiares mobilizados assim se encontram há cerca de três anos.

Patrícia, da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, me fala sobre o que parece ser a raiz dos movimentos de familiares de vítimas de violência. Sua fala explicita uma dimensão interessante que pode explicar o porquê de chamarem o movimento de “movimento de familiares de vítimas de violência”. Quando comentei que no Rio Grande do Sul os familiares reivindicavam para si o lugar de vítima, ela me disse:

É, é, já é uma outra categoria. É porque assim aqui no Rio de Janeiro há 18 anos atrás, vai fazer 19 anos atrás, nos anos 90 a Chacina de Acari a questão dos desaparecidos, em 93, três anos depois aconteceu a Chacina de Candelária e de Vigário Geral e aí esses três grupos se conheceram e aí eram, por exemplo, se tinha o julgamento de Vigário Geral, todo mundo ia, se tinha julgamento de Candelária todo mundo ia, então assim todo mundo fazia muito junto isso, os que denunciavam a violência policial eram muito poucos...

Sua fala nos mostra como começaram os movimentos de familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro e a partir de que práticas o movimento foi se formando.

2.3.1 Direitos Humanos e Políticas da Vida

Na direção do que temos discutido aqui, podemos refletir acerca do caráter polissêmico do termo Direitos Humanos e de seus conteúdos. Como nos alertam Fonseca e Cardarello (1999, p.85), “(...) os direitos humanos em sua forma abstrata e descontextualizada pouco significam”. Procuro, então, pensar os Direitos Humanos como categoria etnográfica e não somente como conjunto de conceitos e normas pré-estabelecidas. Pensar quem é o humano que é considerado digno de direitos e desse modo pensar as categorias de direitos e de humanos, bem como as políticas da vida (FASSIN, 2006) significa se inserir em um campo de disputas políticas. No caso dos movimentos e associações de vítimas, é também observar um campo de batalhas pela definição do que é a razão de ser do próprio movimento ou da conformação de uma identidade para esse “novo” movimento social. Caldeira (1991, p.173), em “Direitos Humanos ou Privilégios dos Bandidos?”, alerta que o “mundo do crime” é um ótimo universo para pensar temas como o da significação do que é o ser

humano ou do significado do conjunto de normas que são os direitos humanos em um universo empírico, pois “(...) é um universo em que se estabelecem a todo o momento distinções entre o bem e o mal, os cidadãos e os outros”.

Essa distinção entre os cidadãos e os outros é particularmente comum entre as vítimas de Porto Alegre. Para Eduardo – pai de um jovem assassinado por civis em Sapucaia –, a Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE) “não quer que a sociedade saiba da força do marginal”. Eduardo fala isso no contexto de uma narrativa sobre uma ação de “bandidos” na qual a SUSEPE conseguiu interferir e impedir que acontecesse. No entanto, isso não foi noticiado. É visível a colocação da sociedade de um lado, fragilizada, sujeita às consequências das ações dos “marginais” e, do outro, os “marginais” que estão cada vez mais organizados, frente a essa desorganização dos “cidadãos de bem”.

Também ouvi algumas vezes de Eduardo e também de Alexandre que “os bandidos estão organizados, eles têm advogados, eles têm Direitos Humanos, já a gente não tem nada por enquanto”. Ouvi essa fala na Caminhada pela Paz, descrita no segundo capítulo, e na reunião que foi feita pela Comissão da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência do Rio Grande do Sul para ouvir as vítimas no dia 27 de outubro de 2012.

É interessante notar que recentemente foi realizado o I Seminário dos Direitos Humanos das Vítimas de Violência pela Pró-Vítima, no dia 10 de agosto de 2012. O seminário teve uma chamada circulada em *blogs* de movimentos e no próprio *blog* do Pró-Vítima-DF, com a seguinte frase: “Direitos Humanos são para quem, afinal?”. Essa questão é ótima para pensarmos o que está sendo produzido pelos movimentos e associações de vítimas.

2.4 A Vida em Foco

[...] a era moderna continuou a operar sobre a premissa de que a vida, e não o mundo, é o bem supremo do homem [...]. Não importa o quão articulados e conscientes foram os pensadores da modernidade em seus ataques à tradição, à prioridade da vida sobre tudo o mais assumira para eles a condição de uma verdade 'autoevidente', e como tal sobreviveu até o nosso mundo atual (ARENDR, 2010, p. 398).

Neste tópico, pretendo refletir sobre as valorações acerca da questão da humanidade, das suas gradações, dos seus merecimentos e desmerecimentos, das suas desigualdades. A preocupação central é não estigmatizar os movimentos que tenho estudado, e levar a sério suas proposições. Para além de uma interpretação superficial ou julgamento, procuro entender o que querem dizer e que contribuições trazem para pensar a questão da vida, da violência, e dos direitos no Brasil atual.

A proposta é de contribuir para a questão principal sobre a qual eles têm nos alertado: o valor da vida. Essa questão é atual ou remanescente, visto que este é um valor moderno altamente definidor da modernidade (ARENDR, 2010), e, como nos mostra Fassin (2007), Foucault sempre teve essa questão como certo pano de fundo, no entanto, nunca a abordou diretamente, transformando o problema da vida em uma questão das populações. Fassin propõe que, com a noção de políticas da vida, possamos pensar a vida em si mesma, e é nesse caminho que pretendo seguir.

No mundo antigo, segundo Arendt, o cristianismo irrompeu a inversão entre o mundo e o homem, dotando a vida humana individual de imortalidade, o que até então era lugar privilegiado do cosmo. A vida humana se torna um bem supremo, tendo o seu início na terra e na imortalidade eterna. Não se segue, ainda segundo a filósofa, que vivamos em um mundo cristão. A autora pontua: “(...) o que importa hoje não é a imortalidade da vida, mas o fato de que a vida é o bem supremo” (ARENDR, 2010, p. 399). A imortalidade deixa de ser uma crença comum, mas a vida permanece como valor central, e essa “(...) inversão entre a vida e o mundo veio a ser o ponto de partida de todo o desenvolvimento moderno”. (ARENDR, 2010, p. 400).

2.4.1 Políticas da Vida

Para Fassin (2007) o conceito foucaultiano de biopoder abriu espaços formidáveis de reflexão, mas não teve seu coração tratado: a vida em si. Fassin considera que a biopolítica é, literalmente, uma política da vida, na medida em que tem como finalidade os viventes (os vivos); e que tem a vida por objeto, e os vivos por sujeitos. No entanto, o antropólogo considera que ela se desloca, no fundo, para

se tornar uma política das populações:

(...) aquela que mede e regula, constrói e produz coletivos humanos por meio de taxas de mortalidade e de programas de planejamento familiar, através de regras de higiene e do controle do fluxo migratório (FASSIN, 2007, p.36).

O autor afirma ainda que a biopolítica constitui o biopoder, e dita o poder sobre a vida. Deste modo, a vida, em Foucault, se dissocia em seus dois objetos: os corpos e a população. Ou, como apontou Rabinow (1999), o corpo humano e a espécie humana. Para Fassin, a questão da vida ela mesma, a questão de como se constitui a matéria do vivente/viver, desaparece na medida em que adentramos no que Foucault chamou de “poder normalizador”. O autor conclui que Foucault se dedicou mais ao governo dos corpos e das populações do que ao governo da vida e dos viventes. A sua hipótese é que, no empreendimento dos estudiosos que desenvolveram as ideias de Foucault, se tenha deixado escapar a substância da vida ela mesma (FASSIN, 2007, p.37). A vida, tanto produto da vivência quanto expressão dos viventes, se situa nas linhas de corte entre as duas preocupações foucaultianas: as técnicas de objetivação e as técnicas de subjetivação.

Fassin conclui que Foucault toca e contorna a questão, mas nunca se engaja verdadeiramente. A aula proferida por Foucault no dia 17 de março de 1976 é uma exceção, pois nela ele faz menção à violência, ao genocídio, à eugenia, à exclusão, ao extermínio do outro com base na naturalização da sua diferença no mundo. Ou melhor, como nos diz Fassin “(...) da inscrição da *Zoé* no coração da *Bios*”, distinção Aristotélica adotada por Agamben e Arendt. A *Zoé* é a vida biológica, a vida física do ser vivente, do humano enquanto animal, e a *Bios* é a vida inscrita no espaço social, o humano enquanto animal político.

Fassin ainda sugere que devemos reproblematicar a biopolítica, ou, mais precisamente, o que chama de “políticas da vida”. Perguntando-se sobre que vida será tratada a partir desse conceito, responde que pretende recuperar a dupla tradição evocada anteriormente no mesmo texto, referindo-se a Canguilhem e Arendt, resumidamente um território vasto que vai da *zoé* à *bios*. Sua investigação se situa na fronteira entre a vida nua e a vida social, na fronteira do vivente e do vivido, nessa fronteira onde se reencontram a biologia e a política seria possível uma orientação nova na exploração da biopolítica, que o autor qualifica de moral. Moral, não no sentido de definir normas e valores, mas de explorar como se constituem

essas normas e valores, estas linhas de corte entre o bem e o mal em um determinado quadro histórico geográfico.

Fassin afirma que uma reflexão moral não renuncia a uma análise política, colocando-se a questão:

Quais são as normas e valores que estão por trás das biopolíticas contemporâneas? O que elas informam sobre a produção e a renovação da categoria humanidade tal qual fora constituída no século XVIII, ao mesmo tempo como uma espécie (coletivo biológico que compartilha as mesmas características) e como sentimento (reconhecimento político de um pertencimento comum ao mundo)? (FASSIN, 2007, p.41)

Em campo, foi possível perceber, como já salientado especialmente no Rio Grande do Sul, que há uma distinção feita entre os cidadãos, associados a uma boa humanidade, e os algozes, associados a uma má humanidade, ou mesmo a uma ex-humanidade, visto que seus atos são tomados como concretizadores do mal, e um mal que não é possível de ser considerado humano. Coloca-se, assim, os algozes fora desse pertencimento comum ao mundo.

O autor sugere que seja inserida na análise das políticas da vida certo “materialismo”, não o marxista, mas o da proposta de Canguilhem acerca da substância mesma da vida, da sua materialidade, da sua longevidade, de sua forma e das desigualdades que experimenta. E apresenta a forma como Arendt aborda a questão da vida através de suas diferentes significações. Trata-se da biografia: a característica especificamente humana é ser-se cheia de eventos, que podem ser contados para compô-la. Fassin (2006, p.43) complementa: “a vida que simplesmente vive se diferencia da vida que pode verdadeiramente dizer que foi vivida”.

Diversas vezes ouvi que as vítimas são tratadas como números, como na fala de Regina Bordalo – que teve o filho assassinado por um policial –, quando do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência no Rio de Janeiro:

Nós, pais e mães de vítimas de violência, somos um eixo social que está absolutamente isolado. Nós somos números, nós temos uma estatística muito venal, muito dolorosa em nossas vidas, que além da perda de nossos filhos nós perdemos a nossa saúde, nós perdemos as nossas referências (Regina Bordalo, 04/06/2012).

Como veremos no capítulo três, os movimentos produzem uma biografização das vidas dos seus familiares mortos, afirmando que vivemos num país no qual podemos dizer que qualquer cidadão pode vir a ser uma vida nua (AGAMBEN, 2010) pela situação da violência, mesmo que não exatamente nesses termos¹⁰. Isto é, podemos dizer que a razão de ser dos movimentos de familiares de vítimas de violência tanto no Rio Grande do Sul quanto no Rio de Janeiro, tanto com vítimas mortas por civis quanto por militares, é a de reafirmar o valor da vida e de colocar em evidência o quanto as vidas são passíveis de serem sacrificadas em qualquer momento e em qualquer classe social. Mas também, como venho afirmando, os familiares que perderam seus parentes nas mãos de policiais complexificam esse campo, colocando em questão a dimensão de classe que torna as pessoas de periferia mais passíveis de serem vitimadas.

De um modo geral, podemos dizer que o que está em questão é afirmação de que essas vidas valem ser vividas e a luta para que não se percam mais vidas para a violência. No entanto, há outras variáveis nessa equação ou mesmo uma nova equação que surge como subproduto: os movimentos, ao reafirmarem a vida humana como bem supremo e o valor da vida, excluem da humanidade, quase como ex-humanos (CALDEIRA, 1991), outro segmento de pessoas, os assassinos ou suspeitos, ou ainda aqueles que vivem em condições semelhantes aos que praticaram os atos aos quais os assassinatos de seus familiares estão relacionados. As existências dos algozes são qualificadas como vidas que são simplesmente vividas e contaminadas pela maldade, que pertencem a uma ex-humanidade, que são como “animais”, como ouvi e li diversas vezes nesse tempo de pesquisa. Esse argumento final está muito mais ligado ao coletivo difuso do Rio Grande do Sul, ao movimento Gabriela Sou da Paz do que aos outros entrevistados. Não que haja uma divisão rígida, mas encontrei entre os outros entrevistados uma visão mais relacionada aos Direitos Humanos e à vulnerabilidade.

¹⁰ Agamben (2010) nos fala da modernidade como um campo de concentração onde todos estamos sujeitos à vida nua. De certa forma, é isso o que os movimentos de familiares de vítimas nos dizem; no entanto, ao mesmo tempo em que o fazem, desqualificam outras vidas, e produzem outras vidas nuas. Agamben (2010) retoma uma figura do direito romano arcaico, o *Homo Sacer*. Também retoma Aristóteles e a distinção por ele abordada entre *zoé* e *bios* para discorrer sobre a articulação da vida nua na vida qualificada. A expressão *sacer esto* significa exclusão do sacrifício e o termo *sacrum* indica destinado aos deuses, desse modo, o homem sacro é aquele que foi julgado por um delito, mas não é sacrificado, contudo, aquele que o matar não será condenado por homicídio. Portanto, é lícito matá-lo e não digno de sacrifício. Ele é um ser impuro, e por isso não deve ser sacrificado.

2.5 Considerações finais sobre o capítulo: hierarquizando vidas e sofrimentos

Nesse capítulo, falamos das diferentes matizes de formas de mobilização no que tange ao status de vítima, pudemos visualizar que os movimentos do Rio Grande do Sul e o movimento Gabriela Sou da Paz, do Rio de Janeiro, partilham de uma perspectiva, entre os familiares, na qual a condição de vítima é reivindicada para si. Pudemos perceber que essa condição também está mais relacionada a casos de mortes por civis. Notamos, ainda, que há uma temporalidade diferente vivenciada pelos movimentos em cada estado, no sentido de que surgem em momentos diferentes. Também foi possível identificar que existem distinções que são motivadas pelas variáveis de tipo de crime praticado, sendo a vítima e o algoz categorias relacionais, bem como existe uma hierarquização dos sofrimentos (VIANNA, 2012) que coloca a mãe no auge da hierarquização. Foi possível tangenciar que há uma tensão entre a singularização dos casos (se foi morte por policial, se o filho era bandido, como introduz Beth) e a generalização das causas mais gerais. Por último, foi possível ver conectada a dimensão dessas distinções e as políticas da vida, isto é a hierarquização das vidas; e que a postura frente aos direitos humanos também obedece a mesma forma. Isto é, os familiares de mortos por policiais têm um discurso mais próximos aos direitos humanos, enquanto os familiares de vitimados por civis, mais especificamente no Rio Grande do Sul, têm uma versão mais crítica dos direitos humanos.

Os movimentos de vítimas de violência acabam por falar também de vidas que podem ser mortas, ou literalmente devem ficar presas o maior tempo possível, e outras que devem ser salvas. Falam-nos de vidas que poderiam ser salvas e vidas que não podem ser reabilitadas, mas punidas, como prega Oderich, presidente da Organização Brasil Sem Grades em uma palestra que acompanhei em 17/07/2012. O presidente da ONG argumentou que a reabilitação está falida, que não há o que reabilitar, são vidas perdidas, que se perderam por diversos fatores, e que, quase como ex-vidas, devem ser punidas para que a impunidade não seja incentivada e não produza perdas de vidas que merecem ser salvas. Cabe ressaltar que existe aqui um esforço de manter a impureza à distância e de manter puro o restante da população. Assim a maldade é algo que não faz parte do mundo e deve ser colocada

à distância, como podemos perceber também na análise de Caldeira (1991).

Em um dos seus livros, Luiz Fernando Oderich abre o livro com a seguinte citação:

Com um pouquinho de sexo se faz um filho. Com alguma educação temos o cidadão. Adicionando-se amor, desde o ventre, obteremos um ser humano superior capaz de lutar por si e ajudar o próximo. À imagem e à semelhança de Deus. Só a esses deveríamos dar o nome de Homem (ODERICH, 2010, p.10).

Em “Humanitarismo e Políticas da Vida”, Fassin (2007) define o conceito de políticas da vida como a dialética entre as vidas a serem salvas e as vidas a serem sacrificadas. O discurso evocado por Oderich aponta no sentido de que estamos diante de uma legítima política da vida, como Fassin chama esse processo de vidas desiguais, de hierarquização das vidas. Entretanto, é necessário lembrar sempre que não podemos generalizar esse argumento, e que existem diferenças regionais, em relação a quem praticou o crime e também de nível de envolvimento do familiar de vítima com o discurso e práticas dos direitos humanos.

Também foi possível perceber que há uma hierarquização dos sofrimentos, como já apontado por Vianna (2012). Como meu trabalho não se focou necessariamente nas mães, não tive o olhar privilegiado da autora, mas tive acesso à outra versão dessa hierarquização, que relato brevemente para encerrar este capítulo. Presenciei, quando do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Vítimas de Violência no Congresso Nacional, em 24 de agosto de 2011, uma cena intrigante. Estava conversando, com a máquina fotográfica na mão, com Eduardo e Alexandre, era meu primeiro contato com eles, quando chegou uma mulher negra visivelmente exaltada. Ela dizia, mostrando um recorte de jornal: “esse é o meu filho, mataram ele e inocentaram os culpados, eu quero um novo júri”. Alexandre, num gesto de acolhimento disse, “o meu levou um tiro dos mesmos assassinos que mataram o filho dele [Eduardo] e ficou paraplégico”. Ela diz “pelo menos o teu tá vivo”. Ouvi essa fala também de Eduardo: “o meu filho não está numa cadeira de rodas”. Essas falas parecem apontar que, não obstante as diferenciações entre os movimentos, frentes e grupos estudados, estamos na presença não apenas da produção de uma nova categoria política – a vítima – mas que tal produção se faz intrinsecamente relacionada com processos complexos de hierarquização não apenas das vidas, mas também dos sofrimentos.

3 A construção da denúncia pública da dor

Este capítulo versa sobre a construção de denúncias públicas (BOLTANSKI, 1984) de violências e ausências estatais publicizadas através de testemunhos pessoais dos familiares de vítimas de violências urbana, organizados em movimentos e associações. Também abrange eventos públicos, tais como caminhadas e iniciativas das Frentes Parlamentares Mistas em Defesa das Vítimas de Violência enquanto eventos públicos nos quais a linguagem do sofrimento é agenciada como modo de expressão política.

Analisando tais materiais, é possível sugerir que, no meu campo de trabalho, no que tange a construção da figura da vítima, há uma tensão entre uma vivência do sofrimento a partir de uma perspectiva relacional e o uso da linguagem do “trauma”, tal como evocado nos estudos de Fassin e Rechtman (2009). Também trago as análises de Erica Caple James (2010) acerca da ajuda humanitária no Haiti para pensar os meus dados, especialmente no que se refere à relação entre agência e risco no campo dos familiares de vítimas de violência.

O modo de construção de tais denúncias públicas será abordado a partir de uma pequena revisão teórica sobre o assunto e de observações etnográficas de tais eventos, documentos e testemunhos públicos. Este material será apresentado neste capítulo a partir de uma parte inicial de esboço teórico-analítico, em que trarei diferentes análises sobre o modo de construção das denúncias públicas e sobre a crescente eficácia da construção da figura da vítima como modo de ação política. Neste esboço teórico-analítico, evocarei proximidades e distâncias entre os modos de construção dessa figura política, em diálogo com meu campo de estudo. Tal campo de estudo se revelará – a partir de descrições etnográficas de um conjunto diverso de ações públicas de movimentos, associações e frentes de ação – na segunda parte deste capítulo, evocando algumas das problemáticas tratadas inicialmente. Por fim, traçarei algumas considerações em torno dos modos de construção da vítima como figura política, argumentando que, no conjunto dos movimentos por mim pesquisados, ela deve ser considerada a partir de um ponto de vista relacional, em tensão com a noção individualizadora do “trauma”. São elementos chaves de mobilização, como deixarei mais claro a seguir, a família, a

religião e os cenários mais amplos de vida nos quais os eventos violentos tomaram corpo.

3.1 O modelo da denúncia pública e algumas discussões sobre o modo de construção da “vítima”

3.1.1 A Construção das denúncias públicas

Ao analisar as cartas enviadas ao serviço de “informações gerais” do *Le Monde*, no período de 1979 a 1981, Boltanski percebe que estas continham propriedades que se adaptavam ao estudo da maneira como se constroem causas formadas ao redor de denúncias de injustiças e a análise da construção de causas e formação de grupos. O autor percebe, portanto, que as causas estão sempre associadas a grupos e que um grande número de grupos se cristalizaram em torno de uma causa: “finalmente, en ambos casos, los procedimientos puestos en práctica para constituir personas colectivas son relativamente similares” (BOLTANSKI, 1984, p.240).

O alicerce para a construção da problemática proposta Boltanski toma como objeto o que chama de “denúncia pública” (BOLTANSKI, 2000, p.237). Segundo o autor, a denúncia ocorre porque um sentido de justiça foi ofendido, logo, supõe a designação de um culpado ou de um responsável que pode estar representado por uma sinédoque de abstração ou ser identificado e designado por seu nome. Desse modo, o culpado pode ser o Estado, o judiciário lento, a impunidade, ou até mesmo a corrupção policial.

No modelo de análise da denúncia pública, o denunciante deve mobilizar a população, o maior número possível em favor de sua queixa, e para isso deve convencê-la da justeza de sua causa, usualmente definido como “por todos”, “por todos o que contam”, “por todos os homens de bem” (BOLTANSKI, 2000, p.238).

El denunciante debe convencer a otras personas, asociarlas a su protesta, movilizarlas, y para eso asegurarles no solamente que dice la verdad sino también que esa verdad merece ser dicha y que

la acusación, que señala a un ser (individual o colectivo) a la vindicta pública, está a la altura de la injusticia denunciada (BOLTANSKI, 2000, p. 238).

Diferente da vingança realizada através de uma violência direta, a denúncia pública pode fracassar e frustrar o denunciante que renunciou a por em prática pelas próprias mãos os castigos reclamados, caso este não encontre pessoas dispostas a segui-lo. Outra diferença é que a denúncia não deve ser um ato que represente o seu autor, mas é necessário que ela aconteça em nome de algo que extrapole o indivíduo. É preciso que tenha uma pretensão de universalidade. É desse modo que realiza a transição do “caso particular” ao “interesse universal” (BOLTANSKI, 2000, p.238).

Ademais, os casos singulares e locais devem comprovar que essa generalização não está destinada apenas a informar, caso queiram ser submetidos ao veredicto da opinião. Os casos visam a apoiar-se no peso da opinião pública para obter uma reparação, que pode não passar de uma condenação moral de quem cometeu a injustiça para com a vítima:

Se sigue del ele que las disputas que se entablam alrededor de un caso ponen en juego, en primer lugar, la honorabilidad o el deshonor, y el reconocimiento de los otros se busca con fines indisociablemente reformativos y represivos” (BOLTANSKI, 2000, p.238).

No entanto, na análise do descolamento no eixo-particular-geral, colocam-se outras condições, a saber, aquelas que uma denúncia deve cumprir para ser considerada normal. São as condições de normalidade que definem o que é aceitável criticar privadamente e o que é legítimo denunciar publicamente. O estudo empreendido por Boltanski objetiva construir um sistema de regras que:

[...] permitan determinar en que casos la actitud que consiste en dar voz y protestar públicamente tiene posibilidades de ser reconocida como válida, aun si es combatida, y en que casos se la ignora o descalifica (BOLTANSKI, 2000, p.243).

3.1.2 O direito pelo corpo

Fassin (2005), ao analisar cartas de pedido de ajuda financeira ou cartão de residência na França, propõe uma análise dos usos políticos do corpo. O autor percebe que as pessoas que escrevem as cartas precisam dizer à administração que o corpo sofre para suscitar a sua generosidade. É um auto-relato que coloca o corpo e o sofrimento como justificativas. O autor aponta que não se trata de uma política pela qual a lei se impõe ao corpo, mas sim uma política na qual é o corpo que dá o direito. Propõe ainda que é preciso ver nessas demandas a colocação em prática de uma biolegitimidade. Esse recurso ao corpo é usado quando outros parecem ter sido esgotados; o autor ainda alerta que não são os elementos dos relatos que são levados em conta pelos administradores.

Entretanto o que queremos chamar a atenção aqui é que a vida bruta e o auto-relato de si é o que dá acesso aos direitos, sendo que o segundo nos remete à dimensão do testemunho. Segundo Fassin (2005, p.204), o relato serve em sua análise para vincular o corpo que sofre em um “en un tejido de argumentos que deberían fundamentar una legitimidad de la persona”. Portanto, o que queremos propor é que além de haver uma construção pública da denúncia, esta é, muitas vezes, feita através do e com o corpo, utilizando-se deste como recurso para dispor de legitimidade para suas demandas.

Fassin se deteve às denúncias em si através dos instrumentos governamentais e devido a isto ele tem mais contato com técnicos governamentais do que com denunciante. Segundo Fassin (2005, p.17), a prática do juízo, isto é, a escolha dos beneficiados, passa por uma mescla entre justiça e piedade, tratando-se não de um lógica de justiça redistributiva, “sino de la puesta en obra de una política de la piedad que ubica a la vida misma en el corazón de la decisión”. Essa lógica acarreta em uma dupla dimensão: a da sujeição e a da subjetivação, sendo a conquista dos direitos vista pelo autor como convertida em favor, colocando aqui a questão da agência ou não da população estudada.

Em que pese Fassin ter chegado a tais conclusões em seu estudo, o que os meus interlocutores têm mostrado é uma postura muito ativa e alerta para as possibilidades de cair num discurso vitimizatório, como veremos no capítulo quatro.

3.1.3 Trauma *versus* perspectiva relacional do sofrimento

A construção da categoria vítima e o uso do corpo sofredor como modo de acesso a direitos não é um movimento que aparece apenas na realidade brasileira. Fassin e Rechtman (2009) abordam realidades diversas – França, Estados Unidos, o conflito Israel-Palestina. – e mostram como a noção de “trauma” vem se legitimando como linguagem política. Para os autores, o trauma não é apenas a causa do sofrimento tratado, mas é também um recurso que pode ser usado para garantir direitos de compensação financeira, por exemplo (FASSIN E RECHTMAN, 2009, p.10). Ainda de acordo com os autores, trata-se de uma forma de introdução de gramáticas morais no âmbito político que aparece bastante influenciada pelos discursos médicos sobre “transtorno pós-traumático” frente às realidades de guerra. No âmbito por eles estudado, essa ascensão da “vítima” como uma linguagem política estaria relacionada ao “governo humanitário”, que entrecruzaria dinâmicas humanitárias mais clássicas com ênfases militares mais contemporâneas.

Embora as sugestões de Fassin e Rechtman (2009) sejam relevantes para ampliar o cenário de interseções das formas de mobilização política aqui analisadas, preferimos uma análise mais específica sobre o assunto, o que nos faz ter mais cuidado com possíveis generalizações sobre as influências e aportes dos movimentos estudados. Os autores também tiveram mais contato com os profissionais de saúde mental e os defensores de direitos humanos das vítimas, o que propicia um olhar a partir de outra perspectiva, diferente da trabalhada nesta dissertação. Ainda assim, tal como se apresentaram em minha pesquisa etnográfica, as associações e movimentos pesquisados não evocam a noção de “trauma” como fundamento de suas reivindicações, embora reivindiquem politicamente o apoio psiquiátrico e psicológico como instrumento de reconhecimento de sua condição social de “vítima”, como vimos no capítulo anterior. Nesse sentido, o “sofrimento” parece ser uma linguagem articuladora, muito mais do que a noção de “trauma”, assemelhando-se mais aos processos estudados por Jimeno (2010), na Colômbia.

Jimeno (2010) analisa a construção cultural da categoria de vítima, ressaltando seu caráter central na construção sociocultural de um conjunto simbólico ao qual se engajam certos agentes sociais da sociedade colombiana (indígenas, no caso em análise) em suas ações reivindicativas. A apropriação dessa categoria na

Colômbia se dá na forma do testemunho pessoal público. A autora aponta que, nos últimos anos, os colombianos presenciam a “afirmação de uma linguagem que narra experiências pessoais de sofrimento na forma de testemunho pessoal” (JIMENO, 2010, p.99). A linguagem do testemunho é considerada pela autora como eminentemente emocional, criando laços entre pessoas diversas, ao redor de um compartilhamento da “verdade” sobre os fatos de violência ocorridos no massacre de Naya. Os vínculos construídos ao redor desse compartilhamento de experiências e de uma “verdade” sobre os fatos são expressos publicamente sob a forma de encenações, mobilizações e imagens compartilhadas. Podemos dizer que esta - o testemunho público – também é uma das formas pelas quais os familiares de vítimas no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro se expressam politicamente.

Ainda segundo a autora, a categoria vítima permite que a violência seja narrada a partir da ótica daqueles que a sofreram. Os indígenas do *Cabildo Kitek Kiwe* conviveram com a violência no alto do rio Naya, tiveram familiares mortos e afirmam seus direitos mediante o partilhamento público de sua experiência com a violência; ou seja, sua ação testemunhal é um ato político (JIMENO, 2010, p.104). A análise de Jimeno também nos sugere que o processo histórico de produção da vítima extrapola os níveis nacionais, e nos fala de um processo mais geral, que aponta para a legitimidade que essa noção tem ganhado para reivindicar direitos frente ao Estado e para sensibilizar a população.

Ademais, caberia destacar uma dimensão fundamental da contribuição de Jimeno (2010) é sua proposta, construída a partir do seu campo etnográfico, de não ver as vítimas como passivas, pois, ao articular o discurso de vítima através da linguagem testemunhal, os indígenas colombianos têm se posto em marcha e mobilizado a população colombiana em torno da “paz” de um modo seu país não via há muito tempo (JIMENO, 2010, p.112).

Certamente, a análise de Jimeno difere em termos de realidade empírica do que é proposto nessa dissertação. No entanto, nos fornece uma dimensão dos modos de produção da categoria vítima e assinala a linguagem do testemunho pessoal como um mediador simbólico entre a experiência subjetiva e a generalização social (JIMENO, 2010, p.113).

Para Fassin e Rechtman (2009:2) o trauma é uma realidade que foi se estabelecendo como lugar comum no mundo contemporâneo, como uma linguagem compartilhada. Tanto as análises de Jimeno (2010) como as desta dissertação

trazem um universo empírico no qual a categoria trauma não está na base da construção da categoria vítima. No entanto, podemos perceber a existência de reivindicações por auxílio psicológico e o uso bastante significativo de medicamentos psiquiátricos em função do acontecimento trágico. O que está na base da construção da categoria vítima é a linguagem testemunhal e os relatos acerca do sofrimento experimentado. Se no universo estudado por Fassin e Rechtman (2009) o trauma não está confinado ao vocabulário psiquiátrico, mas incorporado ao uso cotidiano e tem criado uma nova linguagem sobre os eventos, não podemos afirmar o mesmo com tanta certeza sobre o Brasil. No entanto, podemos falar de uma tensão entre diferentes matrizes de configuração da dor, a saber, a linguagem do trauma, mais individualizadora e medicalizada; e a perspectiva relacional do sofrimento, que é vivido coletivamente no bojo da família.

3.1.4. Agência e Risco

Como discutimos no capítulo dois, há uma ênfase reivindicatória na ajuda psicológica como parte do dever do Estado para com as vítimas ou familiares de vítimas. Porém, é com base numa perspectiva relacional do sofrimento que a vítima é construída, lembrando que esta convive em tensão com a linguagem do trauma. Há, no entanto, um risco que os familiares de vítimas enfrentam – e do qual eles se encontram cientes –, que é o do discurso de vitimização ser esvaziado de seu conteúdo político, tornando essa figura política por excelência – a vítima – sinônimo de passividade e alvo privilegiado de intervenções que a suplantam.

Processo similar é estudado por Erica Caple James (2010) em seu texto sobre as vítimas ou as *viktims* no Haiti, alvos de ajuda humanitária nos contextos do regime político autoritário do terror, entre 1991 e 1994. A autora analisou as instituições de intervenção humanitária e percebeu uma crescente hegemonia da noção individualizadora do “trauma” como guia para intervenções que transformam, por exemplo, militantes de direitos humanos em “vítimas”. Não obstante, James (2010) considera que aqueles construídos como “vítimas” possuem agência e, por serem agentes, sabem exatamente que tipo de discurso sobre vítima compor, sabem transformar o sofrimento em algo produtivo, até mesmo em uma mercadoria, no que

ela chama de “economia política do trauma”.

Segundo James (2010), há aspectos que são ressaltados para que esse discurso de construção da “vítima” tenha efeito. Podemos considerar que a linguagem testemunhal e o relato de si fazem parte também desse universo, tal qual está presente nas reflexões de Fassin (2005), para quem é a vida bruta que é tomada como recurso último pra obtenção de direitos. James (2010) não fala de vida bruta, mas assinala a utilização de outros recursos, dos quais os agentes lançam mão na sua relação com agências e agentes de intervenção, como o discurso sobre o sofrimento viabilizado pelas histórias de terror e tortura vividos e, sobretudo, pelo grau de pobreza e insegurança constantes nas vidas dos haitianos estudados. Eles apontam, portanto, para aspectos que estou chamando aqui de mais relacionais em torno do sofrimento, em tensão com a noção individualizadora de “trauma”.

Desta forma, o que chamo de risco envolvido na criação da figura da “vítima” como mote de ação política reside no fato de que o papel de vítima pode, em determinados cenários, ser eclipsado por um foco na sua vitimização como sinônimo de passividade. No caso estudado por James (2010), o governo e as organizações de ajuda humanitárias tendiam a ver as vítimas de violações de direitos humanos através de lentes que objetificavam ou medicalizavam o sofrimento (JAMES, 2010, p.24). As “tecnologias do trauma” – práticas científicas racionais e burocráticas acionadas para diagnosticar e autenticar o sofrimento das vítimas –, termo utilizado por James (2010) para falar dos aparatos de ajuda, eram uma das formas pelas quais a medicina objetificava as vítimas. As *viktims* acabavam sendo reconhecidas somente através da linguagem técnica da medicina, da psiquiatria, da lei, do feminismo, e de outros que usavam o discurso do trauma e da reabilitação psicológica (JAMES, 2010, p.32).

Era através do que a autora chamou de “portfólio do trauma” – conjunto de documentos que autenticava a experiência da vítima – que o trabalho de conversão de militantes em vítimas era feito. Para James (2010), o sofrimento dos haitianos alimentava o mercado humanitário, onde o “portfólio do trauma” figurava como moeda ou bem. Por fim, o portfólio permitia a re-humanização das *viktims* através da tradução do sofrimento, mas, ao mesmo tempo, o portfólio agregado por motivos políticos e econômicos acabava sendo comodificado e sujeito ao mercado humanitário, rendendo às *viktims* o status de mero corpus, de um corpo objetificado.

A autora alerta que, por outro lado, os atores subjugados podiam sempre usar

a categoria pela qual suas identidades se tornaram essencializadas como ferramenta de resistência ou como meio de garantir poder nos contextos mais terríveis (JAMES, 2010, p.24). Assim, no cenário do Haiti estudado por James (2010), não existia *viktim* sem agência. De forma original, a autora evidenciou em seu estudo como noções êmicas – *viktim* - não estavam totalmente abrangidas pela noção de trauma, mostrando que a experiência de sofrimento no Haiti extrapolava o discurso dominante que buscava definir as pessoas através do diagnóstico.

Tal como as pessoas estudadas por James (2010), no caso do campo etnográfico da pesquisa ora empreendida, os familiares sabem dos riscos que correm de serem vistos pela mídia, por exemplo, somente através do viés da vitimização. Também estão atentos a necessidade de ter propostas mais concretas, para além dos testemunhos públicos de sofrimento. Também mostram, como já apontamos, que a linguagem do trauma é uma influência, mas não é uma narrativa dominante no Brasil, trazendo à tona uma dimensão mais relacional do sofrimento, no qual a família figura como lócus de dor.

3.2 Construindo moralmente a denúncia pública: os eventos analisados

Neste tópico, vou trazer descrições completas ou parciais de eventos em que estive presente e que darão uma visão sobre o trabalho de campo empreendido para esta dissertação e proporcionarão uma compreensão dos modos de construir as denúncias públicas. Isto é, para além do conceito de denúncia pública e suas implicações, os modos de denunciar e as formas de mobilização também serão tematizadas neste momento.

3.2.1. A caminhada pela paz

Eduardo – pai de Diego, que foi assassinado em um assalto – foi quem me falou sobre esse evento, do qual fiquei muito entusiasmada em participar. Tratava-se de uma caminhada, que aconteceria no dia 17 de novembro em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. Eu não sabia muito sobre o caso. Para conseguir o endereço eu

deveria olhar o anúncio do evento que ele havia compartilhado pela sua página do Facebook.

Fomos, eu e Jonas, meu companheiro, também formado em Ciências Sociais, para Novo Hamburgo com o ônibus semidireto, chegando na Praça das Pombas pegamos, com a ajuda de uma também moradora de Porto Alegre que se dirigia ao mesmo bairro que nós, um ônibus para o bairro Canudos. No caminho que o ônibus fazia, fui observando a paisagem, os jardins eram bonitos e as casas bem cuidadas, pensei que quando chegássemos ao bairro mudaria a geografia do espaço. Logo descemos e não havia mudado muita coisa, apenas que passamos por um córrego mal cheiroso e uma trilha, as casas eram simples, mas não tão humildes, não havia barracos. O sol queimava forte os ombros e tivemos que caminhar um pouco até chegar ao local, acabamos achando com facilidade, precisando pedir informações apenas mais uma vez em um mercadinho.

Fomos nos aproximando de um grupo de pessoas com camisetas brancas e Jonas chama minha atenção para uma casa do outro lado da rua, dizendo: “essa deve ser a casa”. A casa poderia ser classificada como uma casa de classe média, havia um carro no pátio, que depois percebi ser o carro de som. De dentro saíam algumas jovens mulheres com plaquinhas brancas e faixinhas; e nós também ganhamos placas: eu escolhi a que estava escrito Amor, e Jonas, Paz. Depois, ganhei uma faixa, com a qual andei amarrada na cabeça, em que estava escrito “Segurança já”. Essa faixa eu ganhei de Regina, esposa de Eduardo e mãe de Diego. Eles e Alexandre e Rita estavam lá. Procuo-os com os olhos e os vejo saindo da garagem da casa. Marido e mulher são muito unidos e entre os casais eles são muito amigos. Eduardo e Alexandre se conheceram na delegacia de Sapucaia, e desde que souberam daquilo que compartilham (o mesmo assassino do filho de um é o que deixou o filho do outro paraplégico) alimentam uma amizade e um companheirismo na sua luta. É o que eles me contaram em outros encontros que tivemos em outros espaços, eles também alimentam um carinho muito grande por mim.

Voltemos à cena da chegada. Enquanto eu via Eduardo e Regina vindo e ainda não via Alexandre e Rita vi dois cartazes pequenos que me chamaram muito a atenção, muito comoventes. Os dois eram segurados por crianças, um dizia “Dindo, você me faz falta” e o outro “Mano, você me faz falta”. Eram dois meninos que pareciam saber muito bem no que se encontravam, pois mantinham as faces sérias

e condizentes com os cartazes que seguravam, pareciam manifestar dor e saudade, o afilhado devia ter em torno de 10 anos e o irmão entre 8 e 9.

Fui até Eduardo e Regina para cumprimentar e apresentar Jonas, feitas as apresentações logo se aproximaram Alexandre e Rita. Eles agradecem pela nossa presença e comentam o absurdo do caso, e logo eu pude dizer que não sabia muito sobre o caso. Alexandre me explica: “ele furou uma barreira policial de carro e a polícia atirou nele. Só que ele levou um tiro na nuca [gestualmente mostra onde entrou o tiro] então foi uma execução”. Eu comento que portanto se tratava de um caso de violência policial, com o que Alexandre concorda. O que eu não sabia, e ficaria sabendo só depois, é que o caso tinha acontecido há 9 meses. Eu não sabia muito do caso, só havia visto a divulgação pela internet e não havia visto nada sobre ele pela televisão, mas ainda assim eu pensava que o caso era recente e que por isso acontecia a caminhada. Entretanto, a caminhada aconteceu porque o inquérito não tem andado e, segundo fiquei sabendo mais tarde, há uma série de detalhes na investigação que estão atrasando isso, como a indefinição de se foi uma execução ou se foi só o resultado de uma ação policial.

Eduardo vai até um grupo de rapazes que está com uma camiseta com outra foto que não a de Cassiano, mas de um rapaz chamado “Dudinha”. Ele diz: “outro caso” e vai até eles, chamando Alexandre logo em seguida. Rita e Regina conversavam e eu anotava o conteúdo das plaquinhas (Amor, Paz, Justiça, Fé, Saudade) e das faixas que em sua maioria tinham citações bíblicas do livro de Matheus, com dizeres que tematizavam a justiça. Outra faixa dizia “Ai daquele que tocar o filho de um ungido, melhor ser que não tivesse nascido, disse o Senhor”, sem a referência bíblica, talvez seja de outra fonte. Havia dois tipos de camisetas com a foto de Cassiano, em uma delas escrito embaixo: “Paz, amor, saudade, dor”. Começo a contabilizar os presentes na concentração, são em torno de 80 pessoas, depois durante a caminhada certamente passou de 100 pessoas, podendo ter chegado ao número de 130 pessoas.

A caminhada começa. Há pessoas posicionadas com as faixas no início e no meio, há também um carro da guarda municipal e uma moto da polícia de trânsito. Na abertura da caminhada, há um senhor negro, com problemas visíveis nas pernas que dirige uma “moto” que possui um alto-falante, que passa o seguinte conteúdo “Caravana pela paz, em memória de Cassiano. Participe e contribua com a sociedade para a conscientização no trânsito e respeito pelo ser humano. Deus

abençoe a todos”.

Eduardo me chama para me apresentar a uma senhora que é do “caso Dudinha”, ela se chama Tânia e explica que Dudinha morreu em um atropelamento no qual o motorista teve responsabilidade pelo acidente. Na verdade, não entendi muito bem, e conversávamos enquanto caminhávamos o que atrapalhou de certo modo a conversa. Mas, ela e os jovens que com ela estavam defendem que foi um caso de violência no trânsito e que até agora o inquérito não andou. Comento com ela que ouvi uma palestra de Giza Gonzaga, da ONG Vida Urgente, na qual falava sobre a dificuldade de converter a fatalidade em crime, sendo que muitas vezes é da última que se trata o ocorrido. Ela concorda e diz que as pessoas ficam dizendo que foi uma fatalidade, mas que não foi. Eduardo comenta que a vida profissional do seu filho começou naquela região em Canudos. Pergunta a ela há quanto tempo aconteceu a morte do filho, ao que ela responde que fazem 10 meses, e ele diz “eu faz três anos”. Tânia pergunta se temos mais alguma pergunta, ao que respondemos (eu e Jonas) que não, anotamos seu contato e seguimos na caminhada. Vejo outra faixa escrito “Paz no trânsito”.

Jonas e eu nos separamos: ele ficou mais a frente, e eu fiquei mais atrás. Nesse momento foi o que a caminhada estava mais cheia. Todos estavam de camiseta branca, como pedido na divulgação do evento. Depois de já termos caminhado algumas quadras, durante um período de 20 a 25 minutos, chegamos até uma determinada rua, a qual a caminhada tomou em totalidade (até então vínhamos andando de um lado só da rua). Houve um silêncio, entrecortado por pequenas conversas entre duplas ou trios de pessoas entre a centena de pessoas que ali se encontravam. Era um silêncio considerável para aquele número de pessoas, nesse momento eu já estava na parte da frente da caminhada e fiquei bem na ponta direita, de costas para uma casa, na qual duas senhoras no pátio se colocaram de pé para assistir ao acontecimento. O período de silêncio durou um certo tempo, talvez alguns minutos, enquanto isso, copio o conteúdo de outra faixa “Justiça: para deixar no passado a dor dos pais que perderam seus filhos prematuramente”. As pessoas estão se posicionando na parte da frente da passeata em um semicírculo. De um lado as pessoas da caminhada, de outro um carro de som e a moto com alto-falante. No meio, mas no canto da rua (deixando um espaço vago no centro) se posicionaram o pai da vítima e a mãe da vítima (segurando uma faixa) juntamente com as duas crianças às quais já me referi. O pai estava aos prantos e a mãe

começava a chorar, o irmão da vítima, o menino chorava compulsivamente encostado no pai. Logo se aproximaram outras pessoas, mulheres se aproximaram da mãe da vítima colocando a mão sobre seus ombros e o mesmo com os homens junto ao pai da vítima. Regina também estava entre as mulheres que foram “consolar” a mãe. Nesse momento, fico muito emocionada, não aguento ver tanta gente chorando e junto com as pessoas eu também deixava cair algumas lágrimas.

Algumas pessoas procuravam por sombra, depois de alguns minutos o silêncio acabava e havia sinais de que iriam falar através do carro de som. Eu ainda não havia entendido por que estávamos naquele local, mas imaginava que seria um local simbólico. As mulheres que estavam de pé no pátio da casa às minhas costas comentavam “vai fazer um ano em fevereiro”, virei-me e percebi que uma delas chorava bastante. Antes de o carro de som começar a funcionar houve uma salva de palmas, e fiquei logo sabendo que aquele era o local onde Cassiano tinha sido morto há 9 meses.

O pai da vítima está ao lado do carro aos prantos, falam com ele, tentam lhe passar o microfone, mas ele continua chorando muito. Penso que ele não terá condições de falar, e penso no quanto isso é diferente da postura de Eduardo e Alexandre que sempre estão dispostos a falar enquanto suas esposas, principalmente Regina, fica chorando. É comum nas falas de Eduardo ele comentar que a esposa está chorando. Diante da situação do pai de Cassiano, Alexandre pega o microfone e começa a falar, fala primeiramente que o pai da vítima não está em condições de falar, que ele está “tentando falar, mas não tá conseguindo, é essa tristeza que nos une”. Continua, dizendo: “amanhã faz nove meses que Cassiano foi assassinado neste local, brutalmente assassinado. A gente pede às pessoas que viram que contem o que viram, que liguem anonimamente. Em nome da honra, da boa pessoa que o filho era, eles não sabem nada, não têm nenhuma versão, o inquérito não se tornou processo. Dia 24 de novembro faz nove meses que um vagabundo botou meu filho numa cadeira de rodas, ele tinha 11 assassinatos nas costas, um dia antes ele assassinou com outros o filho do Eduardo” [...] “Que as pessoas se envolvam, denunciem, a gente sabe quem foi, as circunstâncias que dizem ter sido é que não condizem com a conduta do rapaz. Todos nós aqui somos responsáveis, se nós nos omitimos, somos responsáveis”. Termina sua fala pedindo que se reze coletivamente um pai nosso, que é rezado.

A mãe de Cassiano pega o microfone: “Eu, em nome do meu filho e dos filhos

de cada um dos que estão aqui, peço que os que viram alguma coisa, que sabem de algo liguem pro 0800. Eu sei quem era o meu filho, mas, a sociedade não sabe, quem fez isso não conhecia ele. Era trabalhador, cumpridor dos seus deveres. Peço essa caridade pra nós, não foi fácil ter o Cassiano, foi uma gestação difícil, tô sempre pensando que ele vai voltar, mas ele não vai. Por favor gente se comovam com a nossa situação, era uma pessoa honesta, ele não vai voltar pra essa vida. Devemos ajudar uns aos outros e se preparar pro dia em que Jesus vai voltar, ajudem esse coração de mãe partido e ferido”. Eduardo pega o microfone e fala: “é importante o que esses pais pediram, devemos ajudar enquanto ainda está no inquérito. O meu caiu na mão de vagabundo bandido, hoje tô com ele na minha camiseta, morreu na mão da impunidade. Eles, os bandidos, tão lá, eles tão lá com advogado, direitos humanos, e nós não temos nada, temos que ter cobrança. Um amigo, quando eu tava sepultando meu filho, me disse: 'não deixa a justiça ir pro túmulo com o teu filho' e nós fomos atrás, eles estavam fugidos, nós espalhamos a ordem de prisão pelo estado inteiro, tô ali com minha esposa chorando, a gente não pode deixar passar essa mentira, temos que fazer justiça porque assim, não traz de volta, mas pelo menos vai tirar mais um vagabundo da rua”. O pai da vítima Cassiano diz somente “é verdade”, ainda chorando. Ele tenta falar ao microfone mais uma vez, mas ainda com voz de choro ele diz “eu não consigo”.

Depois dessa parada, continuamos em caminhada durante alguns minutos. Chegamos até uma praça onde começa um culto ecumênico em homenagem a Cassiano, sentamos na sombra e no chão eu, Jonas, Eduardo e Regina, sendo que Alexandre e Rita logo se juntam a nós. Ficamos ouvindo o culto que a quase cada frase dita pelo pastor batista Regina responde “amém”. O culto é dito como estando “sendo feito em nome de Jesus, não é igreja, não é religião, Jesus é a solução”. Conversamos sobre ir embora, e nos é oferecida uma carona até a estação de trem de Sapucaia, eles estavam muito preocupados que o ônibus demoraria demais e que nós não conhecíamos o local. Ouço no culto “quem ama de verdade não faz isso, Jesus Cristo é o nosso advogado”. Depois da fala do pastor, que é curta, quem fala é a mãe, enquanto isso já nos levantamos pra ir embora, esperamos a mãe terminar de falar, a sua fala é praticamente uma reza, mas não consigo anotar pela função de estar indo embora. Eles se despedem da família, uma outra senhora que não a mãe vem agradecer pela presença e “pelo apoio” meu e de Jonas.

3.2.1.1 Reflexões

A partir do relato acima, podemos evidenciar algumas formas de construção da denúncia pública. Podemos perceber a referência a causas sociais mais amplas como a “Paz”, o “Amor”, a “Justiça”, a “Paz no trânsito”, o que é uma forma de legitimação da denúncia, da passagem do caso singular para o “interesse universal”, como ensina Boltanski (2000).

Também é possível perceber, no relato de Alexandre, a designação dos algozes como “vagabundos”, elemento que não aparece na fala da mãe, a qual é muito mais voltada a chamar a atenção da população em torno do local para dar informações sobre o que aconteceu naquele dia, fazendo um apelo moral, dizendo que o filho não é quem a polícia está dizendo que é (havia drogas e arma com o jovem quando ele foi encontrado, a família alega que elas foram plantadas). Aqui, vemos como, nos casos em que a violência é policial, em que ela advém do Estado, aparece este questionamento moral da vítima, o que se repete em todos os casos. Não que o questionamento não esteja presentes nos outros tipos de caso, mas eu sugiro que essa é uma regra geral nos casos de violência policial. Há uma necessidade de justificação, e a mãe recorre à sua condição de mãe e à do filho, como trabalhador, para colocar em prática essa necessidade. A referência à gravidez difícil evidencia a dimensão da vida bruta (FASSIN, 2005), que é utilizada no relato de si como modo de legitimação da pessoa e, podemos pensar aqui, da denúncia pública.

A caminhada nos traz também o elemento religioso, que é comum nos eventos públicos que acompanhei no Rio Grande do Sul. Já no Rio de Janeiro, como acompanhei uma missa, nela obviamente o elemento religioso estava presente. Mas no evento em Copacabana, por mais que alguns elementos relacionados à paz estivessem presentes, não se tratavam de referências diretamente religiosas. Nem as faixas do evento no Rio de Janeiro continham essas referências. Considero que a presença religiosa, propriamente dita, no Rio de Janeiro é mais comum na Baixada Fluminense, devido à atuação da Diocese de Nova Iguaçu com a temática dos Direitos Humanos. Tanto na Baixada Fluminense quanto no Rio Grande do Sul foi possível perceber a presença evangélica em alguns casos. No Rio Grande do Sul,

os eventos dos quais participei, exceto o lançamento da Frente Parlamentar, tinham um cunho religioso: presença de mensagem nas faixas, nas camisetas, nos cartazes, e de músicas e “louvores” durante os eventos. Em outro evento, realizado por Eduardo e Regina, em decorrência dos três anos da morte de Diego, havia na porta uma “irmã” da Igreja entregando um livro que ensinava a lidar com o sofrimento.

Então, podemos dizer que a religião tem sido um meio pelo qual os familiares de vítimas de violência têm lido o sofrimento e lidado com ele. Isso não é novo, Leite (2004) já afirma que a categoria “mães de vítimas de violência” se constitui através de uma alusão religiosa:

O vínculo afetivo que envolve intenso sofrimento com a perda do filho e fundamenta a credibilidade da mãe tanto para reclamá-lo quanto para doá-lo em prol de uma causa, aproxima cada uma e todas as mães de Maria, a mãe de Jesus (LEITE, 2004, p.159).

Por mais que estejamos aqui trabalhando com familiares em geral, as mães (mesmo as de criação, como Renata – que perdeu o sobrinho-filho no evento trágico que ficou conhecido como “Chacina da Chatuba”) estão presentes a partir dessa alusão religiosa. Leite (2004, p.180) considera, ainda sobre as mães de vítimas de violência no Rio, no episódio do Mural da Dor, que os depoimentos por ela trazidos revelam duas dimensões: “uma elaboração do sofrimento, da indignação e da revolta, que permite às mães transformar o luto em luta”, e “o segundo elemento que propicia o trânsito da vingança à justiça é a religião como fonte doadora de sentido para a vida”. Em concordância com seu argumento, acredito que a presença religiosa em suas vidas permite esse trânsito, principalmente no Rio Grande do Sul e na Baixada Fluminense, onde a presença das igrejas é muito forte na propagação mesma da denúncia.

3.2.2 Ato Pela Paz e Contra a Impunidade

Assim como na Caminhada pela Paz tivemos um espaço simbólico no qual se realizou as falas, o ato pela Paz e Contra a Impunidade foi realizado no ginásio

Kurashiki em Sapucaia, local onde Diego, filho de Regina e Eduardo, jogou futebol como goleiro pela última vez. Foi o último local onde foi visto com vida, pois foi no retorno a sua casa que ele foi assaltado e morto. Na goleira em que ele jogou sua última partida, foi colocado um *banner* com algumas fotos, uma maior e um poema falando de saudade. Ao redor, diversos cartazes com os dizeres “Justiça já”, “Júri popular já”, “Três anos de luta pela paz e pela vida”, e abaixo do *banner*: “Três anos de impunidade, júri popular já”. Na entrada do ginásio o cartaz que recebia as pessoas que chegavam dizia: “Para que o mal triunfe, basta que os bons não façam nada”.

O ginásio foi sendo decorado com os diversos cartazes também de outros familiares que iam chegando. Havia cartazes do caso de Cassiano, relatado acima, do caso de Floriano, desaparecido há cerca de três meses (na época da pesquisa de campo), cuja família tem estado presente em reuniões e na caminhada pela paz. Também havia cartazes do caso Elisandro, sobre o qual tentei conversar com a mãe do jovem para saber mais informações, mas ela só me disse “se falar resolvesse alguma coisa” e começou a chorar, então a consolei e não insisti. Foi colocado um toldo branco no qual foram projetadas fotos e dizeres bíblicos. Logo que começou o evento, percebi que a acústica do local era péssima, o que dificultou muito a escrita do diário de campo. Contabilizei em torno de 86 pessoas presentes, estavam todos de pé, pois não havia cadeiras para se sentar, o calor também foi bastante forte.

As autoridades foram chamadas por Eduardo a ficar de costas para a arquibancada, de frente para o público e próximo à entrada do ginásio. Foram chamados o Secretário de Esportes de Sapucaia; Lorena, do gabinete da deputada estadual Zilá Breitenbach; Maria Aparecida, uma assistente social que tem ajudado na construção de um movimento de vítimas; e Luiz Fernando Oderich. Posteriormente; um deputado e eu fomos chamados também a compor o lugar, já que não havia mesa, de autoridades. Entre o público e as autoridades, um familiar de vítima referente a cada caso foi chamado para ficar ao lado direito.

O mestre de cerimônias anunciava o início do evento: “um evento realizado em apoio à Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência, que luta pela efetivação do artigo 245 da constituição”; referindo-se aos familiares de vítimas: “você, que viveu a perda de um familiar num ataque de marginais, será uma oportunidade das vítimas relatarem com sua voz”; e concluiu: “o evento é promovido pelo senhor Eduardo e a senhora Regina”. Há um misto de formalidade e

informalidade na abertura do evento. Interessante perceber que a frente parlamentar é apresentada quase como um movimento: “ela luta”.

Estavam presentes, além do caso de Floriano, o caso Lucas Pires, Everton Peixoto e Elisandro. Eduardo pegou o microfone e falou, direcionando-se aos familiares de vítimas: “Deus vai dar força pra vocês”, e continua, “nós, nós perdemos nossos entes queridos, nós perdemos nossas vidas também, eles aqui [referindo-se aos familiares] morreram quando perderam seus filhos”. Eduardo conta a história de um amigo que em frente ao túmulo do filho disse-lhe para não deixar que a justiça fosse enterrada junto com o filho e diz: “eu vou até o fim, eu vou lutar, nós, vocês nos ajudem”, dirigindo-se às autoridades. Após, Eduardo chamou uma senhora, a quem se refere como Dra. Beatriz: “ela é da nossa igreja e nossa advogada”. Era ela que na entrada do evento distribuía um livro falando sobre como lidar com o sofrimento, de uma perspectiva religiosa. Ela faz uma oração, após a neta de Eduardo e Regina canta “um louvor que fala de esperança”, como anunciou Eduardo.

Passado esse momento, que parece ter deixado as pessoas presentes, principalmente o público, emocionadas, Eduardo volta ao microfone dizendo “aí quando você de repente cai dentro de uma situação de vítima de violência, dá vontade de matar o sujeito. Quando tive essa vontade, percebi que a gente precisava de ajuda. Eu descruzei os braços e hoje tô ensinando as pessoas a proteger os seus filhos, que as vítimas saibam onde buscar ajuda. (...) Perde o irmão, o pai, a mãe, é uma situação dramática que acontece todos os dias (...) mas eles precisam de nós, especialmente as crianças e adolescentes precisam dos pais”; e concluiu dizendo: “tem gente suficiente pra cuidar do agressor, agora temos é que cuidar das vítimas”.

Eduardo se dirige às autoridades para falar sobre a Frente Parlamentar: “nós não temos partido, nada, nós queremos é justiça, o Floriano precisa de justiça, todos nós precisamos de justiça”. Antes de chamar Luiz Fernando Oderich, ele agradece a parceria com a ONG Brasil Sem Grades que está “atuando no país inteiro, o Fernando faz um trabalho importante pras vítimas”. A fala de Oderich é feita sem o microfone e de costas para o local no qual eu me encontrava ficando prejudicada assim como as falas posteriores. Não vou me deter sobre a fala das autoridades aqui devido a esse motivo. Durante as falas recebemos rosas de Regina, ela entrega para todos os familiares de vítimas presentes e para algumas pessoas como Lorena.

Eduardo pega o microfone novamente, critica a maioria penal como está hoje e o indulto que é dado aos presos no final de ano. Anuncia a campanha para revisão da legislação penal e pede que as pessoas “se ponham no nosso lugar”, “aprendam conosco”. Após a fala de Jaqueline, do Comitê Leopoldense do Desarmamento, outra mulher, com a camiseta de Diego, é chamada para cantar mais “um louvor”. Jurandir Maciel, deputado estadual, é o próximo a falar, mas só consigo compreender que ele tinha uma relação com Eduardo já há muitos anos, pois Eduardo já havia sido chefe dele. Jurandir se dirige a Lorena, para dizer que na próxima semana quer falar com a deputada Zilá, porque “além da questão da justiça que é muito importante pra eles, são necessárias ações que contemplem a amenização dessa dor para que eles possam reconstruir sua alegria de viver”. Percebo que o discurso do sofrimento fez efeito, pelo menos para Jurandir Maciel, cuja fala consegui escutar um pouco. Sua fala foi longa, acredito que por quase meia hora, o que acabou por fim tomando conta do pouco tempo que restava para as vítimas falarem.

Mas, Lorena ainda tinha que falar. Ela faz uma fala sobre a importância de os familiares de vítima estarem presentes para os filhos que ficaram e entrega uma rosa para Regina, dizendo: “a senhora é um símbolo pra nós, a primeira mãe que chegou em nós, gostaria de saudar um por um, mas eu tenho que entregar para ela”. Após esse momento, Eduardo se desculpa, pois o tempo está acabando e não haverá tempo para as “vítimas” falarem. Destaca a importância de as autoridades presentes terem se comprometido com a causa e anuncia que irá passar um vídeo de Keiko Ota, que não pode estar presente. Ele a apresenta como “uma grande líder, nós não estamos sós”. O vídeo de Keiko Ota parabeniza a organização do evento, manda saudações de carinho para as famílias presentes e fala de sua luta por penalidades mais rigorosas nos crimes contra a vida e divulga o abaixo-assinado. Após, é feita mais uma reza, que finaliza o evento.

3.2.2.1 Reflexões

É interessante notar como o cenário é composto por mensagens, poemas, imagens que impelem o expectador a se engajar nas causas propostas. A

importância que é dada às autoridades – pois nenhum teve seu tempo controlado, tornando impossível um tempo de fala para as “vítimas” – mostra o quanto a denúncia frente a alguém que possa escutar e fazer alguma coisa é importante. Cabe ressaltar também que ali se encontravam poucas autoridades que não fossem parceiros de longa data nas reivindicações mesmas. Isto é, havia um deputado, um vereador da cidade de Sapucaia e um secretário de esportes, também da cidade de Sapucaia. É criado, mesmo que precariamente, um espaço para a denúncia, para sua escuta e para eventuais encaminhamentos a partir dali. A ênfase, parece-me, foi dada à ajuda que os familiares precisam para seguir em frente, “é preciso cuidar das vítimas”, e à mudança legislativa.

A referência feita por Eduardo ao fato de a família ter morrido junto com o familiar morto remete à ideia de um corpo marcado pelo acontecimento trágico, um corpo que nunca mais será o mesmo, uma dor que é incorporada à vida cotidiana. Mas, também é uma forma de dizer que, apesar disso, a luta por justiça é importante: “eu vou até o fim, eu vou lutar, como disse Eduardo. Já a referência à vontade de fazer vingança com as próprias mãos, além de justificar a necessidade de ajuda especializada (psicológica) para as famílias, retoma o que falamos nas reflexões sobre a Caminhada pela Paz: a religião como algo que faz o trânsito entre a vingança e a justiça. Os elementos religiosos estavam presentes na cerimônia inteira, dos cânticos às referências a Deus como aquele que vai ajudar a superar, ao livro entregue na entrada.

3.2.3. Um dia por ti

O evento intitulado “Um dia por ti, dia em memória das vítimas de violência” aconteceu na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro no dia 15 de dezembro de 2012. Já fazem três anos que o evento é realizado pelo movimento Gabriela Sou da Paz, ONG Rio de Paz e movimento Cadê Patrícia?. Neste dia, eles ocuparam uma parte da faixa de areia colocando do lado direito uma faixa do movimento Cadê Patrícia?, no centro, uma grande placa com uma pomba branca ferida e sangrando, manchada com mãos sujas de sangue, e várias cruzes e os dizeres “em memória das vítimas de violência e impunidade”. À esquerda, havia uma linha com 26 cruzes.

No dia anterior havia ocorrido o massacre em uma escola da cidade de Newtown, em Connecticut, nos Estados Unidos. Havia cruzes para todas as vítimas, menos para o atirador que se matou após efetuar o ato trágico.

Essas cruzes geraram uma polêmica entre as pessoas presentes, ouvi algumas vezes que elas não deveriam estar ali, que o dia era em memória às vítimas brasileiras, que iria ser desvirtuada. O responsável pela presença das cruzes seria o representante da ONG Rio de Paz, os Pastor Antônio Carlos. Teria sido ele que um dia antes, durante a noite, teria sugerido a colocação das cruzes e estaria sendo ele que estava direcionando a imprensa para essa prestação de solidariedade aos Estados Unidos. As pessoas que ouvi reclamando do modo como as coisas estavam sendo guiadas pelo pastor, que só buscava “visibilidade” para o que ele tinha produzido, sentiam-se menosprezadas por não poderem relatar a sua história e atribuíram a ações como essa, em que “só uma ONG aparece”, a presença pouco expressiva dos familiares de vítimas de violência no ato.

Imagem 1: Um dia por ti



Fonte:http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2012/12/15/interna_brasil,339397/rio-de-janeiro-homenageia-as-vitimas-de-massacre-nos-eua.shtml,
acesso em 04/01/2013.

A foto acima foi veiculada pela imprensa, utilizada pela agência Reuters e multiplicada em várias notícias. Outra foto que é veiculada é uma só com as cruzes. Como é possível perceber, a ênfase da foto é dada às cruzes e às vítimas ao fundo, e não ao grande *banner* que está na frente delas com os nomes das vítimas brasileiras. Para além dessa tensão, o evento não contou com falas públicas, nada

além daquelas imagens colocadas, da grande placa, das cruzes e de um banner de 10 metros preto no chão com o nome de várias vítimas de violência, sobreviventes ou não, e das flores ao redor, trazidas por Tânia Lopes, irmã de Tim Lopes.

Estavam presentes alguns familiares, tendo sido possível conversar rapidamente com alguns deles. Os familiares ficavam no calçadão, disponíveis para conversas com a imprensa ou com algum transeunte que se interessasse pelo ato. O ato foi resumido a essas ações: à disponibilidade para a mídia e para a conversa com transeuntes, e à exposição de imagens, como as já descritas acima, e também de pequenos banners de casos específicos, como o de Maria Aparecida de Oliveira e Fernando Monteiro de Oliveira que perderam a filha-neta durante uma troca de tiros entre policiais e traficantes na Mangueira, onde moram.

Acredito que o que o evento expressa é a elaboração de uma denúncia da violência e da impunidade, no entanto, como apontaram alguns participantes, a visibilidade dessa demanda restou prejudicada pela ênfase e interesse da mídia pelo caso americano. Fica visível que a estratégia visual é um dos modos de denunciar publicamente e de tentar convencer o público da relevância da causa.

3.2.4 Missa de três meses da Chacina da Chatuba

A missa foi organizada por Renata, tia e mãe de criação de um dos jovens mortos na Chacina da Chatuba. Tratava-se de uma missa de três meses do acontecimento. A missa foi realizada numa igreja no bairro de Cabral, bastante modesta. Era a missa do terceiro domingo do advento, o padre fala sobre “a alegria do natal que está próximo”. Eu procuro observar quantas pessoas estão com camisetas com referências aos jovens assassinados, encontro menos de dez pessoas. A camiseta tem a foto dos seis jovens na frente e na parte de trás seis corações com os nomes deles dentro, e os dizeres “Saudade é um sentimento que quando não cabe no coração, escorre pelos olhos”. Outra camiseta tem a foto dos seis e diz “Eternos em nossos corações”.

O padre segue com a missa no formato padrão, que segue o folhetim e até o sermão não havia sido feita qualquer referência aos jovens. Na hora do sermão, o padre desce do altar e começa a falar sobre o “compromisso com a vida, não da

morte, nem do pecado”, faz um discurso forte sobre a felicidade que se encontra em Deus e que ser alegre é “ser sinal de Deus nesse mundo de trevas”. Também fala que “a alegria me leva ao compromisso com a vida, com o outro. Até mesmo no momento de dor, nós sabemos das dificuldades da nossa família, mas, não podemos perder a direção da vida, a vida é muito maior que a morte”. Complementa o discurso dizendo que a tristeza e o pessimismo andam juntos e interpreta-os como pecados, e continua: “nascemos para algo maior, para algo diferente”, “tem muita gente precisando da alegria de Deus”. Conclui dizendo: “vamos rezar também por essas famílias que perderam esses jovens, que as pessoas que cometeram esses crimes se redimam, paguem pelos seus crimes e se convertam”.

No momento da missa reservada à oferenda, entra a mãe de um dos jovens com uma faixa com o nome de todos, entra também Renata com um *banner* com foto, no qual se lia na parte central: “Unidos venceremos, divididos cairemos”. Uma jovem carrega outro *banner* com a foto de um dos jovens mortos. No altar, são, então, colocados esses três banners e mais um, também com uma foto de outro dos jovens. O padre, então, chama uma pessoa de cada família dos jovens assassinados, sendo que de duas famílias nenhum familiar se encontrava presente. E pede para que se reze o pai nosso “com essas famílias”. Quando chega o momento do abraço da paz, o padre tem que pedir para todos voltarem aos seus lugares porque, principalmente no local onde estão sentados os familiares das vítimas, as pessoas não param de se abraçar.

O padre continua: “Essas mães, essas famílias, seus jovens estariam fazendo aniversário esse mês, então a gente não vai cantar parabéns, mas uma salva de palmas à vida, pra quem cometeu esses crimes se atinja pelo louvor das palmas se arrependam, se convertam e paguem pelos seus crimes, que as famílias cada vez mais se unam, tem o Facebook do Anjos do Cabral, vai lá põe depoimento, tem um grupo pertinho, as Mães de Realengo, tem advogado, psicólogo – se unam, sozinhos a dor é muito grande”

Essa fala foi feita no final da missa, e depois de concluída a missa o marido de Renata tirou fotos minhas com ela e com outra mãe, e dos familiares juntos. Ele me mostra Janaína, que não está com camiseta alguma, diz que ela está muito mal, muito deprimida, ele me apresenta a ela e percebo que ela está fechada, não parece ter vontade de falar sobre o assunto, nem tento, e sigo para casa de Renata onde a entrevistei.

Não havia pessoas de fora, de outros movimentos presentes na missa. Adriano da ONG Com Causa não pode ir por causa do filho, que estava doente. A associação de Realengo, da qual Renata é muito próxima, não compareceu. Acredito que os laços de Renata, quem está “encabeçando” o movimento Anjos do Cabral ainda é muito recente, fazem apenas três meses, e ela não conseguiu mobilizar os familiares das vítimas para participar com ela das atividades. O perfil no Facebook tem sido uma forma de sensibilizar pessoas para sua causa, mas os familiares estão muito desestruturados pelos acontecimentos recentes. Talvez o caso ainda não tenha conseguido fazer a passagem do singular para a causa geral, o que é necessário para que uma causa seja ouvida. Por isso, num momento de comoção, após sete dias do ocorrido, houve uma manifestação seguida de missa com mais de 500 pessoas. E agora, passados três meses, estavam presentes apenas alguns familiares e os frequentadores habituais da missa dominical.

3.2.5 As Frentes Parlamentares em Defesa das Vítimas de Violência

Uma das principais formas de mobilização que alguns familiares de vítimas de violência no Brasil têm encontrado são as frentes parlamentares em nível nacional, estadual e municipal. Cabe ressaltar que, dos entrevistados do Rio de Janeiro, somente Santiago é quem participa da Frente no seu estado. A iniciativa das frentes parlamentares está mais diretamente ligada ao grupo vinculado a Keiko Ota e à União em Defesa das Vítimas de Violência. Isso quer dizer que os outros entrevistados do Rio de Janeiro não fazem parte da frente parlamentar.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa das Vítimas de Violência foi lançada em 24 de agosto de 2011, no auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília. Contou com a participação de inúmeros movimentos, dentre os interlocutores dessa pesquisa estavam Santiago, pelo movimento Gabriela Sou da Paz, Luiz Fernando Oderich, pela ONG Brasil Sem Grades, Eduardo e Regina, e Alexandre e Rita. A maioria dos entrevistados presentes eram do Rio Grande do Sul, como é possível perceber. Inclusive, fiquei sabendo do lançamento da Frente pelo *site* da ONG Brasil Sem Grades.

Não é possível descrever aqui com detalhes cada um dos lançamentos das

frentes parlamentares, tanto a instalada na Câmara dos deputados como as instaladas nos estados estudados. No Rio de Janeiro, não estive presente, mas disponho da integralidade das notas taquigráficas, e irei me referir a algumas falas ou acontecimentos que em minha opinião marcaram o evento ou são úteis para demonstrar as formas de mobilização.

A mesa de abertura do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Vítimas de Violência na Câmara dos Deputados contou com a participação de Valéria Velasco, mãe de uma vítima e Subsecretária de Proteção às Vítimas de Violência. Em sua fala, Valéria Velasco salienta que “as nossas vítimas estão virando números”, fala que pode parecer estranha, se pensarmos que ela se vale do número de mortos para falar de violência no país. A frase pode ser entendida no bojo de sua alusão posterior à exposição, que coloria as paredes brancas de um dos corredores principais da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional. Como Valéria nos diz, a exposição “lamentavelmente colorida de fotos”, chamada “Lembrar para não esquecer – não esquecer para transformar”, foi exibida no Hall de Taquigrafia da Câmara.

A exposição era composta por camisetas com fotos de pessoas vitimadas pela violência com mensagens religiosas, de paz, de saudades, clamores de justiça, pedidos de engajamento. Também continha objetos pessoais, como medalhas, troféus, caixinha de música, roupa de balé, entre outros, que compunham os itens expostos à observação. Ao nos aproximarmos de cada item, alguém da Pró-vítima aproximava-se para explicar o porquê da exposição. Estavam expostos ainda alguns biombos trazendo dados, falando de algumas legislações de proteção às vítimas, como a Lei Maria da Penha. A exposição também contava com índices e com a história de alguns casos famosos de violência, como as chacinas de Vigário Geral, de Candelária, ou mesmo de casos famosos como o de Daniela Perez.

O recado deixado por Valéria Velasco é que não podemos deixar que as vidas se tornem apenas números, e é nesse sentido que acredito que a exposição, por exemplo, deva ser entendida, no contexto de um esforço de biografizar essas vidas, dando-lhes histórias, cores, sentido, mostrando sua substância. Estamos falando aqui da vida que é biográfica, como sentido, nos termos de Arendt, como nos alerta Fassin (2006).

Outros bons exemplos sobre esse esforços de biografização são: i) as

biografias das pessoas vitimadas fatalmente¹¹; ii) o dia em memória das vítimas da violência e da impunidade, descrito acima; entre outros. Penso que estes esforços de contar as histórias de vida das vítimas, aliado à ideia da vida como valor supremo (ARENDR, 2000), é um esforço em dizer que essas vidas valiam ser vividas (AGAMBEN, 2010). Ainda na mesma fala, Valéria Velasco chama a atenção para as outras doenças ou problemas deixados pelas mortes e que não são contabilizados, neste sentido, uma mãe que morre de hipertensão, desenvolvida em função da morte do filho, também é uma vítima de violência, trata-se das já mencionadas vítimas invisíveis.

3.2.6 A instalação da frente parlamentar no Rio Grande do Sul

A sessão solene de instalação da frente parlamentar na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul ocorreu em um dos salões nobres da casa, o salão Júlio de Castilhos, que é um espaço sem cadeiras ou mesas. Havia apenas microfones e muitas câmeras filmando. A sessão foi aberta com Keiko Ota discursando. Ela começa falando que em 1998 seu marido ficou frente a frente com os algozes, e que foi capaz de perdôá-los. Fala que passaram 13 anos lutando pelo amor e pelo perdão, e que agora se tornou uma legisladora. Segundo ela, perdoar é tirar o ódio, é não sofrer e quem cumpre a lei dos homens está trabalhando para Deus, porque perdão e justiça andam juntos, não são opostos. Defende que não devemos fazer nada transtornados e rancorosos, pois não é vingança, mas “justiça, paz e direitos humanos para todos”.

A presença de Keiko Ota no lançamento traz essa dimensão da aliança com a Frente instalada na câmara dos deputados e reafirma a ideia de disseminação da iniciativa. Interessante que a próxima a falar é Giza Gonzaga, pessoa conhecida pelo seu trabalho na ONG gaúcha Vida Urgente, atuando contra a violência no trânsito. Ela diz que é um prazer estar ali, parabeniza a iniciativa e que atua há 16 anos a favor da vida e contra a violência. Enfatiza esperar que a frente parlamentar seja efetiva e faça o que se propõe. Acredito que assim como a presença de Keiko

¹¹ Ver “O Beijo Gelado” (2005), de Luiz Fernando Oderich; “Gabriela Sou da Paz” (2011), de Claudia Castro; e “Ives Ota: O Mensageiro da Paz” (1999) de Keiko Ota e Massataka Ota, entre outros.

Ota reafirma uma aliança com movimentos diversos de abrangência nacional, a presença de Giza afirma uma aliança com uma organização local que atua com a temática da vida, da violência, trabalhando com vítimas e familiares.

As autoridades e familiares de vítimas são anunciadas pelo mestre de cerimônia no intervalo entre falas. Estavam presentes, além de vários deputados estaduais, o Ministério Público, a fundação Tiago Gonzaga, o Movimento pela Vida de Belém do Pará (MOVIDA), o Instituto Ficar, de Porto Alegre, Familiares de Tadeu Fonseca, Everton Peixoto, entre outros. O coral formado pelo grupo de apoio aos pais que tiveram os filhos vitimados em acidentes de trânsito canta no evento a música tema do Vida Urgente.

A fala de Zilá Breitenbach, deputada responsável pela Frente, correu no sentido de enfatizar o desafio que a casa legislativa tem que enfrentar para colocar em prática as expectativas da frente parlamentar. Ela enfatizou a necessidade de “capilarização” da iniciativa, através da mobilização da comunidade para a implementação da frente parlamentar nos municípios. Afirma que temos os dados das vítimas de homicídios, mas que não temos dados sobre as famílias, nem dados específicos, sobre crianças e mulheres. Sugere a criação de uma rede pública e privada de acolhimento às vítimas, visto que “as vítimas sofrem caladas”.

3.2.7 O lançamento do Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a Frente Parlamentar foi organizada por Santiago, do movimento Gabriela sou da Paz. Foi instaurada em 4 de Junho de 2012 dia em que completava 10 anos da morte de Tim Lopes¹². Como não pude me fazer presente em tal evento, em decorrência de atividades acadêmicas, analiso as notas taquigráficas completas gentilmente disponibilizadas pelo Gabinete de Luiz Martins do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Também conto com uma breve entrevista com o chefe do gabinete do partido, e com a assessora de imprensa do gabinete.

A Frente Parlamentar do Rio de Janeiro é presidida pelo deputado estadual Luiz Martins, e fazem parte os deputados estaduais Bebeto e José Luiz Nanci. Em

¹² Para maiores detalhes sobre o caso de Tim Lopes, ver Paiva (2012).

sua sessão de instalação estiveram presentes na mesa de abertura a deputada federal Keiko Ota, à qual já nos referimos anteriormente; Tânia Lopes, irmã de Tim Lopes; Carlos Santiago Ribeiro, presidente do Movimento Gabriela Sou da Paz e pai de Gabriela, assassinada em 2003 em uma estação de metrô do Rio de Janeiro, entre outros. Importa ressaltar que o chefe do gabinete do PDT destacou que houve muita autonomia por parte dos organizadores do evento, e que “é eles que vão organizar, a gente vai só formatar no padrão legislativo”. Apontou também que organizaram o evento em dois dias, e que para uma sexta feira a casa legislativa estava lotada.

A tendência, como já foi evidenciado pelas frentes parlamentares no Rio Grande do Sul e no Congresso Nacional, é de que os familiares de vítimas valorizem muito esse tipo de evento. Eles vem de vários pontos do Brasil, mesmo para eventos regionais, como uma Frente Parlamentar Estadual. Luiz Fernando Oderich esteve presente no lançamento da frente parlamentar nacional e na do Rio de Janeiro. Movimentos do Paraná, Belém do Pará, entre outros estados se fizeram presentes também em ambos. Por outro lado, o chefe do gabinete ficou bastante surpreso com o número de pessoas, mostrando o quanto esse universo de movimentos pode ser um nicho eleitoral interessante para os parlamentares.

No encontro com o chefe de gabinete, ele ressaltou alguns elementos-chave que as vítimas apontaram, entre os quais estava o estabelecimento de agendas com o Governo do Estado para pensar o volume e o tempo levado para o pagamento dos precatórios de indenização das vítimas. Também estavam nessa pauta a ajuda psicológica para as vítimas, e o diálogo com as comissões de segurança e assuntos da polícia da Assembleia. A alteração do código penal para penas mais rigorosas foi levantada como motivação principal da Frente Parlamentar pela assessora de imprensa.

Keiko Ota, como já dissemos, é referenciada pelas “vítimas” como uma inspiração de luta, e é apresentada pelo chefe de gabinete como mola mestre da iniciativa das Frentes Parlamentares. Keiko e seus assessores têm trabalhado para instaurar frentes parlamentares em todo o país. No discurso da deputada, na sessão de instalação da Frente Parlamentar, ela relembra que a sessão está sendo feita em homenagem aos 10 anos da morte de Tim Lopes. E diz que “passados exatos dez anos dessa tragédia, o Rio de Janeiro se une para dar um basta a tanto sofrimento que acomete, infelizmente, centenas de famílias vítimas de violência”. Utiliza-se,

portanto, do discurso do sofrimento mais uma vez como uma forma de cobrar engajamento em uma causa, a causa contra a violência e a impunidade.

Em sua fala, Luiz Fernando Oderich enfatizou a importância de que todos os deputados estaduais aderissem à Frente, para que seja realmente uma causa de todos. Keiko Ota, no discurso de encerramento da sessão de instalação, faz referência a essa fala e diz: “envolver mais deputados estaduais, como foi pedido aqui, que eu acho muito importante, porque é uma causa, essa causa é de todos nós. Ninguém, a violência não discrimina ninguém, todos nós podemos ser vítimas”. Temos aqui a dimensão já trabalhada de dessingularização da causa para ser afirmada e reconhecida como uma causa geral.

A sessão de instalação ficou marcada também pela fala de familiares de vítimas de policiais, uma das quais pediu a criação de uma comissão dentro da frente parlamentar. Outra, entrevistada para essa dissertação, Patrícia de Oliveira, se refere ao fato de que a maioria das vítimas de violência no Rio de Janeiro são vitimadas por policiais e ali se encontram mais casos “particulares” e diz:

Então, assim, eu acho que a Frente Parlamentar também tem que ter essa visão. Porque, quando é crime de particular, é muito mais fácil. Às vezes. Quando é crime cometido por policiais, o corporativismo é muito grande. É isso (P.O., 04/06/12).

A demanda por auxílio financeiro foi bastante enfatizada e a afirmação de que as famílias perdem a saúde ao perderem seus filhos foi trazida na maioria dos relatos contidos na transcrição do evento.

É interessante notar que no evento encontramos uma relação de aliança entre Santiago e Massataka Ota, uma relação que é de parceria, ou de fusão, no momento da instalação da frente; mas isso não quer dizer que haja total afinidade ideológica entre eles. Na realidade, há mais nuances do que pode parecer à primeira vista. O discurso de Massataka acerca do perdão é valorizado e referenciado por muitos familiares como algo positivo. Mas Santiago, por exemplo, diz que perdoar o assassino de sua filha seria trai-la; e que respeita Massataka, mas que, por mais que seja espírita, não deseja essa evolução espiritual que faz parte de sua crença religiosa.

3.3 Considerações finais sobre o capítulo

Esse capítulo buscou demonstrar o modo como as denúncias públicas dos denunciantes desta pesquisa são construídas. Trabalhamos com a perspectiva da denúncia pública da dor, através das quais se exige que o Estado faça algo com relação às experiências vivenciadas. Como demonstramos, as denúncias são realizadas através de um uso político do corpo, nos termos de Fassin (2005).

Vimos que a denúncia, para ser ouvida, precisa extrapolar o indivíduo, precisa ter uma pretensão de universalidade. Análises fora do contexto brasileiro mostram que o corpo que sofre subsidia a construção da categoria vítima, mas em outros termos, pois esse sofrimento é mediado e contido na categoria trauma. Falamos também do risco da vitimização e de uma objetificação, e vimos que os indivíduos, por serem agentes, podem utilizar a situação a seu favor.

Na Caminhada pela Paz, vimos a construção da denúncia pública através de referências a causas mais amplas, como justiça e paz. A referência também à gravidez difícil feita pela mãe de Cassiano nos mostra o corpo como recurso último do relato. No evento no ginásio Kurashik, a construção da denúncia frente às autoridades é feita numa linguagem emocional. Vimos também que Renata não conseguiu mobilizar para a missa todos os familiares, podemos nos arriscar em dizer que ela fracassou em sua denúncia. O capítulo também abordou o papel da religião concluindo que a ela tem sido um meio pelo qual os familiares de vítimas de violência têm lido o sofrimento e lidado com ele, o que novamente aponta para o privilégio de uma perspectiva relacional. Privilégio, mas não preponderância, no sentido de que há uma tensão entre tal perspectiva relacional e a linguagem do trauma, mais individualizadora.

De modo geral, o material analisado aponta para uma denúncia pública da violência e da ausência estatal revelando noções acerca do Estado. Tais denúncias recorrem a narrativas da dor e do sofrimento vivenciado pela experiência de violência na família. Podemos chamar essas denúncias públicas de *denúncias públicas da dor*, através das quais se exige que o Estado faça algo com relação às experiências vivenciadas. Tais exigências são feitas através de um uso político do corpo, da vida bruta como forma de acessar direitos, nos termos de Didier Fassin (2005), o que traz inquietantes reflexões sobre modos de sujeição e modos de

subjetivação. No caso aqui analisado, embora a ação política se dê em torno da figura da “vítima”, ela não pode ser compreendida como figura passiva e/ou remetendo a uma experiência unicamente individual. A construção pública dessa figura, para os movimentos, associações e frentes de ação aqui estudados, é indissociável de uma crítica social importante sobre o Estado e a cidadania.

4 Além da denúncia pública: subjetividade e vivência cotidiana da dor

Este capítulo aborda o conteúdo das entrevistas feitas com os familiares de vítimas de violência no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. Procuo enfatizar a trajetória de vida, a militância e a vivência do sofrimento. Também procuro, neste capítulo, dar ênfase às formas de inserção dos agentes nos movimentos e processos reivindicatórios. Como afirmamos, há, por parte dos familiares, um uso político dos sentimentos. No entanto, a dor e o sofrimento vão além dessa politização, eles são sentidos no cotidiano, e devem ser trabalhados para que seja possível tanto a militância quanto a vida cotidiana.

Este capítulo trata-se de um relato do que foi tematizado na entrevista, mas também é uma forma de falar dos casos, visto que considero que os familiares de vítimas esperam isso do meu trabalho. Considero de fundamental importância falar dos casos de todos os meus interlocutores de pesquisa, porque considero que todos são, igualmente, histórias que merecem ser contadas. Prefiro assim a selecionar arbitrariamente casos que parecessem mais elucidativos ou estimulantes ao leitor. Portanto, são relatos que podem ou não falar de sofrimento. De certo modo, o que faço aqui é um relato do relato como uma “testemunha da testemunha” (JELIN apud ARAÚJO, 2011), no qual se pratica uma escuta do caso contado pela testemunha, enquanto aquela que fala pela vítima que não pode estar presente (ARAÚJO, 2011, p.335).

O capítulo se chama “Além da denúncia pública” devido ao fato de, para além dessa linguagem do sofrimento como categoria justificadora para demandar politicamente algo e para além das formas de denunciar publicamente, essas pessoas convivem com a dor no seu cotidiano e tiveram que construir uma trajetória de militância para expressarem-se em busca de justiça. Procuo aqui dar vazão à descrição dos eventos traumáticos e da militância construída em decorrência destes a partir da própria voz das vítimas. Por esse motivo, privilegio, neste capítulo, não uma análise teórica, mas um relato das entrevistas e do que conversamos. Não se trata de pensar que a experiência da vítima pode nos falar de forma pura e sem mediações, mas de privilegiar o imediatismo da experiência da vítima (DAS, 1995).

No texto “Anthropology of Pain”, Veena Das (1995) se questiona se a dor destrói o senso de comunidade com o outro através da perda da capacidade de se comunicar ou propicia a criação de “comunidades morais” daqueles que sofrem. Das (1995) conclui, a partir de Wittgenstein, que a dor se insere no começo de um jogo de linguagem, e não no seu fim. Dessa forma, a dor, através da inscrição no corpo daquele que a sofre, insere o indivíduo em uma “comunidade moral” daqueles que compartilham do mesmo sofrimento.

Das (1995) cita Clastres, que afirmava que os ritos de iniciação, mesmo depois de completos e todo sofrimento esquecido, deixavam um excedente na forma de vestígios das feridas que são deixadas no corpo. Desse modo, um homem iniciado é um homem marcado e os ritos de iniciação são uma meio através do qual a sociedade deixa sua marca no indivíduo. Essa marca torna-se um obstáculo para o esquecimento e o corpo se torna, assim, memória (DAS, 1995, p.179). Penso que os corpos e as subjetividades dessas pessoas que entrevistei estão permeados por esse excedente que não deixa cair no esquecimento o evento trágico. A violência marca o corpo do indivíduo de forma a ter uma ferida ou um câncer que não cura. A sociedade marca o corpo desses indivíduos, e suas formas de agir são múltiplas, há alguns que consideram ser entrevistados como uma recompensa, e outros como um “mal necessário”.

Ademais, a perda dos parentes pode ser pensada como um “evento crítico” (DAS, 1995) na medida em que causa rupturas na vida cotidiana das pessoas, em decorrência do impacto do acontecimento violento em suas vidas. O evento marca sua subjetividade e seu corpo, como disse uma entrevistada: “é uma ferida que não para de sangrar”. Mesmo quando já possuíam algum tipo de atividade militante antes, o que é raro, o acontecimento irrompe em suas vidas modificando completamente sua forma de agir e de se sentir no mundo. A ação militante emerge do sofrimento causado pelo ato, como uma forma de trabalho cultural em cima dele. Podemos dizer que há um investimento em transformar essa dor em atividade militante.

Importa pontuar que estou ciente de que a subjetividade não é algo concreto e completamente acessível ao antropólogo através das narrativas. Como disse João Biehl (2008), em sua pesquisa no centro Vita, na qual aborda a história de Catarina, há sempre algo da subjetividade que escapa à compreensão, obrigando-nos a manter o trabalho conceitual em aberto (BIEHL, 2008, p.417). O autor considera

ainda, em diálogo com Deleuze acerca das “linhas de fuga”, que a subjetividade é plástica, mostrando-nos essa sua dimensão dinâmica. Assim, a subjetividade pode ser vista como um campo de batalha.

No trabalho de campo, foi possível perceber que viver cotidianamente com a dor também é passar por tratamentos médicos e viver a realidade da medicalização. Muitos dos entrevistados tomam medicamentos: narram a necessidade de tomar remédios para dormir, para ter disposição durante o dia, para depressão, entre outros. No entanto, isso não significa que o entendimento do seu sofrimento esteja circunscrito a uma lógica médica. Como também disse Biehl (2008), as pessoas são mais do que seus diagnósticos. Em outras palavras, em que pese o problema psicológico esteja presente, não é através da linguagem médica individualizadora do trauma que as reivindicações são feitas.

Por fim, é importante ter em mente o alerta de Victora (2011, p.40) sobre o estudo do sofrimento: ele é complexo e “requer um olhar além do indivíduo”. Espero ter conseguido ter esse olhar, evitando cair em um olhar individualista. Acredito que os próprios interlocutores dessa pesquisa me mostraram esse olhar além do indivíduo no momento em que evidenciaram que o sofrimento é vivido coletivamente, como já discutimos nos outros capítulos. A autora também chama a atenção para o fato de que o sofrimento é uma categoria genérica de difícil definição, que “resiste a definições precisas” (FARMER apud VICTORA, 2011, p.40). Na direção dos apontamentos da antropóloga, procuro contribuir para explicitar “as dinâmicas da vida encompasadas pelas situações que causam sofrimento” (VICTORA, 2011, p.40).

4.1 Rio de Janeiro

4.1.1 Mães de vítimas de violência do Estado

4.1.1.1 *Luciene da Silva: “A militância está no meu sangue”*

Luciene é uma mulher negra, mãe de Raphael, um jovem assassinado na Chacina da Baixada em 2005, na época com 15 anos. Ela mora em Nova Iguaçu, no bairro da Posse. A chacina ocorreu por volta das oito e meia da noite, foi feita por cinco policiais teve 29 vítimas fatais e 30 alvejadas. Os policiais saíram atirando pela via Dutra abrangendo os municípios de Nova Iguaçu e Queimados. Luciene é casada, teve três filhos, dois homens e uma mulher, e trabalha em um projeto social para idosos em outro bairro, chamado Miguel Couto. Após o acontecimento, Luciene se mudou para São Paulo por um tempo, pois sentiu como se tivesse que se afastar por um tempo do lugar onde tudo aconteceu para reorganizar a família. Afinal, seu filho foi assassinado muito próximo à sua casa, na frente do SESC da Avenida Dutra. Luciene teve psoríase antes do ocorrido e a doença voltou após a morte do filho, o que ela considera como uma consequência do assassinato.

Passado algum tempo, ela volta à Baixada Fluminense, quando começa a se envolver com o movimento de familiares de vítimas, através de um fórum ativo, na época chamado Reage Baixada. Nesse fórum, ela conheceu pessoas importantes, como outras mães que também perderam seus filhos na chacina e, através da ONG Viva Rio, tomou contato com outras mães da Rede de Comunidades e Favelas contra a Violência.

Luciene foi criada por um pai militante do partido comunista. Ela conta com muito orgulho a história do pai e de como aprendeu o sentido da militância com ele. Para ela, a militância está em seu sangue e é uma forma de encarar a vida com menos sofrimento. Ela aponta o quanto o processo de poder fazer algo a partir de sua experiência trágica a deixa satisfeita:

Quando me procuram pra fazer entrevista, pra mim é uma recompensa, porque você passa um pouco daquilo que você viveu, a

experiência que você viveu, daquilo que você tá aprendeu, né, eu aprendi muita coisa nesses sete anos e você vai passando aquilo pras pessoas. Que aquilo ali vai ser passado em frente, então é uma recompensa, mesmo a pessoa não passando por aquilo que você passou. Claro que não é uma coisa que você diz “ah eu tô satisfeita porque eu sou conhecida por conta disso”, não, não. Não é uma coisa que te satisfaz, porque veio isso, porque isso aconteceu porque tu ficou conhecido, não é uma coisa que traga satisfação, mas traz satisfação saber que está contribuindo em alguma coisa pra essa geração que tá vindo aí, a gente faz aquilo que a gente pode (L.S., 11/12/12).

Neste sentido, a experiência de violência pode gerar não só a negatividade do sofrimento, mas também a positividade de poder atuar em prol de causas que ela considera importantes. A militância é, para Luciene, algo que mesmo quando ela tenta, não consegue parar: tanto pelo fato de estarem sempre a procurando para participar de reuniões e eventos e ela não conseguir não colaborar quanto pelo fato de ser certa forma de metabolizar o sofrimento em algo positivo.

Além das pessoas que a procuram para a produção de documentários, de trabalhos acadêmicos ou de iniciativas militantes, ela também é procurada pelos jornais. Recentemente, ela foi procurada por dois jornais para dar uma entrevista sobre uma notícia de que os familiares de vítimas da Chacina da Baixada receberiam R\$ 800.000,00 em indenização. Ela interpretou essa procura como um problema, devido ao fato de as matérias sobre o assunto até então estarem questionando o valor da indenização. Nesse ponto, ela destaca o problema da mídia na cobertura dos eventos trágicos e da situação vivenciada pelos familiares das vítimas. Segundo ela, o problema da mídia é que ela foca na vitimização das mães. Ela conta que mobilizou outras duas mães da Chacina da Baixada para participar de uma entrevista à Record, e aponta que a cobertura privilegiou a vitimização e o choro, e não o posicionamento crítico de Luciene. Uma das mães começou a chorar logo ao começar a falar e foi esta a imagem divulgada na televisão. Também destaca que sua pergunta não foi divulgada.

Na ocasião da entrevista à Record, ela foi inquirida sobre o que ela perguntaria ao governador se tivesse oportunidade, e ela me conta o que respondeu:

eu perguntaria quanto vale a vida do filho dele? Porque se o estado reclama do valor das indenizações, quem é ele pra questionar o valor da vida do meu? (L.S., 11/12/12).

Também foi procurada pelo jornal “O dia”, a o qual ela colocou como condição

de entrevista que fosse publicado tudo dito por ela. Ela ficou satisfeita com a matéria, que enfocou o sofrimento, mas também a solidariedade entre as mães da Chacina da Baixada e os familiares de vítimas da Chacina da Chatuba, em Mesquita, a qual havia acontecido recentemente. A matéria também contou com uma breve participação de Adriano Dias da ONG Com Causa, que falou sobre os problemas na investigação de crimes menores, apontando este como o gerador das chacinas, como uma tragédia anunciada.

4.1.1.1.1 O direito dos outros

É um problema em cima do outro. Tenho que me dividir entre ser mãe, dona de casa, militante, amiga, porque sempre acabo me envolvendo no problema dos outros, meu marido vive dizendo pra eu parar de me envolver, mas eu não consigo, tenho que pelo menos tentar resolver o problema dela, se não der certo tudo bem, mas ela pelo menos viu que eu tentei [...], por exemplo, se não der certo com o meu filho agora [internação para tratamento do uso de drogas], pelo menos eu sei onde encaminhar alguém [...] toda rede que você faz vai servir em algum momento pra alguma coisa” (L.S, 11/12/12).

Em entrevista para um documentário para uma TV Espanhola, Luciene conversava com a entrevistadora sobre a dificuldade de envolver as outras famílias da Chacina da Baixada na militância. A entrevistadora teria dito: “a militância não tá no sangue deles”, ao que Luciene teria respondido: “ela tá no meu sangue”. Na conversa comigo, Luciene enfatiza a importância da vivência com o pai militante desde a infância para a sua vida hoje. Como já apontamos, também não é sem tensão que Luciene vive a militância, ela considera que sua vida está muito cheia de problemas tornando difícil ela responder a todas demandas que tem.

Tá pesando demais, não sei se eu vou aguentar, sabe? Muita, muita carga, muito problema, sabe? Aí você, além dos teus problemas, ainda aparece os problemas dos outros, porque aí as pessoas me procuram, as pessoas vem conversar comigo, aí as pessoas ficam mandando e-mail pra eu participar das coisas, aí eu fico querendo me dividir, querendo participar das coisas, sabe? Aquelas coisas que tu quer fazer de um lado, quer fazer de outro (L.S., 11/12/12).

Uma das coisas que parece indigná-la bastante é a ausência de militância das outras famílias da chacina após a resolução do processo penal e do que ela chama

de “direitos das famílias das vítimas” que, no seu entendimento, é a pensão para as famílias. Todos os cinco policiais que executaram a chacina foram condenados e Rosinha, na época governadora, assinou o decreto que liberou a pensão para os familiares das vítimas. Desde então, apenas Luciene e outra mãe da cidade de Queimados têm participado dos movimentos.

Segundo Luciene, o que acontece com ela, de não conseguir não se envolver com os problemas dos outros, não é o que acontece com as outras famílias:

(...) elas não são tão dispostas a entrar numa luta que é pelo direito dos outros. Nós conseguimos, todos foram condenados, aí entrou na parte dos direitos das famílias, e aí depois que saiu a pensão e acabou (L.S., 11/12/12).

No entanto, Luciene relativiza tal postura e pondera que as famílias vivenciam muito sofrimento cotidianamente ao passar todo dia pelo lugar onde seus filhos foram mortos, enquanto o seu filho foi morto mais distante de sua casa. As famílias continuam no mesmo lugar, e parece que Luciene sugere que elas não tenham conseguido dar a “sacudida” necessária para transformar a dor em algo positivo.

4.1.1.1.2 Os filhos e os projetos sociais para jovens

Luciene teve quatro filhos, Raphael que faleceu na chacina, Tainara que é sua única filha e que está vivendo um relacionamento homossexual violento, Ronnie, o mais novo, que está passando por um problema com drogas, e Rodrigo, o mais velho, que segundo ela é “muito cabeça”. Além de ser envolvida com o movimento de familiares de vítimas da violência, Luciene se envolve com projetos para juventude. Até mesmo seu envolvimento religioso com uma igreja evangélica se pauta por essa chave de leitura, ela participa de uma igreja chamada Comunidade de Projetos Graça. Trata-se de uma igreja que se baseia em projetos sociais e os projetos que ela destaca, como sendo os que fizeram ela se aproximar da igreja, são os voltados a jovens. Ela ressalta dois projetos: um que utiliza o esporte Jiu Jitsu para afastar os jovens da “drogadição”, e outro que utiliza a dança e o balé como forma de louvor a Deus, os quais, em suas palavras, “acha muito bacana”. Ela se aproximou da igreja pelos projetos, e acredito que a militância é tão importante para Luciene que é esta a ótica pela qual ela olha o mundo e baseia sua inserção social.

Outro exemplo de sua atuação em prol dos jovens foi quando A ONG Pró-Mundo a procurou para reunir jovens que tivessem sido direta ou indiretamente atingidos pela violência, para fazer um levantamento antes de começar um projeto. Ela usou toda a sua rede na sua cidade para reunir esses jovens e mesmo que considere que é difícil mobilizar este tipo de público, mesmo os seus filhos, ela persistiu e conseguiu mobilizar alguns jovens até o momento:

Não é fácil convencer as pessoas a participar dessas coisas, é desgastante pra elas falar, traz sofrimento, eu tenho uma consciência, mas pras outras pessoas é triste demais ainda mais os irmãos, os vizinhos, tô tentando montar um grupo. O Rodrigo, meu filho mais velho, é cabeça, não é fácil pra ele, mas também não é insuportável, já pro Ronnie e para a Tainara é muito difícil falar sobre isso (Diário de Campo, 13/12/2012).

Luciene também pensa em, com o dinheiro do pagamento do precatório da indenização pela morte do filho, fundar uma organização em sua comunidade que seja voltada para os Direitos Humanos dos jovens e para a atuação frente à “drogadição” de jovens. Segundo ela, o motivo desse seu desejo é

principalmente por causa do Ronnie, vejo os meninos se definhando e as famílias também por conta da droga (L.S., 11/12/12).

Luciene atrela seu envolvimento com Direitos Humanos e Juventude à sua vivência particular com seus filhos, à perda de Raphael, mas principalmente ao problema com drogas que seu filho mais novo vem enfrentando. Quando estive pela primeira vez em sua casa, ela estava atrás do filho que estava desaparecido há alguns dias. Essas recaídas, como ela chama esses sumiços do filho, são recorrentes e sua preocupação com ele é muito grande. É visível que Luciene sofre muito com isso, mas – sendo uma mulher que busca “não se entregar ao sofrimento”, mas sim que procura “dar uma sacudida”, que tem na fé e na sua participação nos movimentos a fonte de sua força – ela consegue transformar o sofrimento em motivação para continuar na luta. No entanto, ela não está livre das “preocupações” que fizeram que ela voltasse a fumar recentemente.

Na segunda vez que estive em sua casa, ela havia conseguido internar seu filho no dia anterior; sua filha Tainara tinha saído recentemente de casa pela segunda vez, e Luciene dizia estar entre a cruz e a espada em conflitos entre o marido e os filhos. Estava com “uma preocupação atrás da outra”, o que estava

prejudicando sua participação nas atividades dos movimentos, como a Rede de Comunidades, nas demais reuniões para as quais é convidada.

4.1.1.2 Elizabeth Medina Paulino – A descoberta de uma outra violência

Beth é uma mulher negra, dona de casa, cujo marido é ferroviário aposentado. Ela tem 49 anos e vive no subúrbio do Rio de Janeiro, na zona norte, em uma casa aconchegante. Beth é mãe de dois jovens, e tia de outro, que foram vítimas da chamada “Chacina da Via Show”. Via Show é uma casa de shows localizada em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, casa que tem outros casos de violência reportados. A chacina ocorreu no dia 5 de dezembro de 2003. Neste dia, Renan Medina Paulino, o filho mais novo de Beth, de 13 anos, que por sua altura aparentava ser mais velho, pediu para ir com outros adolescentes à casa Via Show. Beth, que tinha confiança no filho pela sua responsabilidade, permitiu que ele fosse, e junto com outras mães do bairro alugou uma *van* que levasse os jovens. Foram 30 adolescentes de *van* naquela noite. O filho mais velho, Rafael Medina Paulino, de 18 anos, quando soube que o irmão iria, resolveu ir junto. O primo Bruno foi também e eles pegaram carona com um amigo dele, chamado Geraldo.

Na hora em que decidiram ir embora, Rafael chamou Renan para que fossem junto com Geraldo. Neste momento Geraldo vai até o estacionamento buscar seu carro e um dos seguranças o vê urinando atrás do carro de um dos donos da casa e acha que ele está tentando roubá-lo. Geraldo era negro, ressalta Beth. Os seguranças do estacionamento se aproximam e espancam Geraldo até quase a morte. Diante da demora do amigo, os outros rapazes, Rafael, Renan e Bruno, entram no estacionamento e são espancados também. Diante do que haviam feito – e ao descobrirem que Geraldo não era “um civil comum”, como diz Beth, mas um militar –, os seguranças, que eram policiais que fazendo um “bico” na casa noturna, ligam para um capitão que costumava fazer a ronda no local. “Então o capitão deu a sentença de morte”, diz Beth, bastante abatida enquanto narra tais acontecimentos dolorosos.

Os jovens foram levados até uma fazenda abandonada em Imbariê, em Duque de Caxias, onde foram mortos e torturados. Os corpos foram encontrados

três dias depois através de uma denúncia anônima no disque denúncia instaurado. Mais dois policiais, além dos cinco seguranças e do capitão, participaram da chacina dos quatro jovens. Outros dois estavam em serviços próximos e foram considerados envolvidos. Nove pessoas ao total estão envolvidas no crime. Um desses policiais, que havia decidido contar tudo em julgamento, foi morto com um tiro de fuzil na cabeça, como os jovens. Segundo Beth, a família do policial diz que foi um assalto, mas ela acredita que se tratou de queima de arquivo. Os policiais-seguranças e o capitão foram presos em março do ano seguinte, mas conseguiram um *habeas corpus*, permanecendo apenas 72 horas presos. O capitão nunca voltou a ser preso, apenas quatro policiais foram presos.

O chefe do estacionamento, tendo em vista que os *tickets* do estacionamento foram queimados para aniquilar com as provas de que os jovens estiveram lá, foi condenado em 2005 a 25 anos em regime fechado, mas recorreu, conseguindo um segundo julgamento, ao qual aguardou preso. Em 2006, quatro dos cinco seguranças foram presos novamente. O chefe do estacionamento, amparado na lei em vigor na época, pediu um novo julgamento junto aos outros três denunciados. No novo julgamento, os réus foram condenados a 68 anos de prisão com unanimidade. Quanto aos outros acusados, um deles está morto, e outros três aguardam julgamento.

Na época, conta Beth, o bairro todo se mobilizou, e os moradores trancaram a Avenida Brasil ameaçando ali ficar até que alguma informação sobre o paradeiro dos jovens fosse noticiada. Beth também contou com uma assessora do governador Garotinho, que ficou em sua casa até que os corpos aparecessem. O caso da Via Show teve bastante repercussão nacional e até mesmo internacional, o que o torna um caso bastante singular, visto que não são todos que alcançam tal repercussão.

Para Beth, o que aconteceu com os seus filhos e sobrinho permitiu que ela conhecesse outra violência. Ela que até então acreditava na polícia, e achava que violência policial acontecia porque a pessoa devia algo, que a vítima teria feito algo de errado. Ela passou a ter outra visão:

Eu falo que antes dessa violência policial atingir a minha família, antes dos meus filhos morrerem nas mãos de policiais, eu achava que todos os rapazes que morriam nas mãos de policiais estão devendo algo, como eu, a sociedade acha isso, eu dava o aval pra esses policiais matarem, eu achava que não estava de todo errado, eu achava que eles estavam defendendo as pessoas de bem, eu era

conivente com isso tudo aí. Isso é cultural, porque se você perguntar pras pessoas se tá certo os policiais entrarem na favela e matar bandido, elas vão dizer que sim (E. M. P. 17/12/12).

Como já abordamos no capítulo dois, essa fala de Beth nos leva diretamente para a questão das políticas da vida, das vidas matáveis. Hoje, o que Beth procura dizer com sua atuação política é que todos estão sujeitos à violência policial e que todos somos matáveis.

4.1.1.2.1 A participação no movimento de mães: “a gente sabe da nossa luta, só a gente sabe”

Beth e Sirlei, sua cunhada, conheceram um grupo de outras mães através de Marcelo Freixo, que à época estava à frente da ONG Justiça Global:

Eu pensei: “tenho que procurar uma ONG séria pra me ajudar a conseguir justiça, porque sozinha eu não vou conseguir” (...) aí eu fui procurar e acabei achando a Justiça Global, quem tava na frente na época era o Marcelo, na verdade, o Marcelo foi tudo pra mim, somos amigos até hoje, apesar de ele virar deputado, o Marcelo, o que ele puder fazer pra me ajudar ele me ajuda, eu e muitas mães também. O Marcelo me apresentou a esse grupo de mães, numa reunião ele pediu pra ir junto e ele me apresentou. Daí eu comecei a participar de passeata com elas, a reivindicar, fomos pra Brasília várias vezes, fizemos várias manifestações o primeiro dia das mães eu passei em um piquenique em frente ao palácio do planalto, estendemos naquela grama grande uma toalha e fizemos lá o nosso almoço do dia das mães. Também acampamos na frente da casa do Lula lá em São Paulo, mas ele nunca, nunca nos recebeu. Eu fui parar em Portugal por causa do documentário Luto como Mãe, fui representando as mães (E. M. P. 17/12/12).

Esse grupo de mães é o grupo que se reunia na Universidade Cândido Mendes, como um grupo de familiares de vítimas de violência, e foi de lá que partiram iniciativas como o livro *Autos de Resistência* (2009). Beth se refere às outras mães de forma muito carinhosa. Por exemplo, recentemente ocorreu o falecimento de Marilene, uma das Mães de Acari. Ela se refere a Marilene como um norte na sua vida e dentro do movimento. Em relação à Patrícia, também entrevistada para essa dissertação, ela diz que está em seu coração porque “a gente sabe da nossa luta, só a gente sabe, só a gente sabe...”.

Ultimamente, Beth tem participado menos dos movimentos, dando prioridade à família, visto que o marido teve dois infartos e que sua cunhada perdeu o marido no terceiro infarto. Também tem procurado passar mais tempo com a filha e os netos porque “a gente deixa muito a família da gente”. Então Beth passou a viajar mais com o marido e ajudar mais a filha. No entanto, é preciso levar em consideração que

Isso não quer dizer que tô fora do movimento e isso eu não vou estar fora nunca. Isso aí enquanto eu viver, enquanto eu puder eu tô dentro desse movimento, porque é muito importante, porque a gente tem que conscientizar a sociedade que qualquer um, qualquer um, se todo mundo pode ser uma vítima da truculência policial, ninguém tá imune à violência policial (E. M. P. 17/12/12).

Essa referência a “enquanto houver vida” é recorrente entre as pessoas entrevistadas, elas afirmam que lutarão até o fim dos seus dias. Importa apontar que Beth fundou uma ONG, chamada “Amor Eterno”, junto com outras mães, algumas mães de policiais assassinados. A ONG tinha psicólogos voluntários, aula de Pilates, costura e outros trabalhos manuais, mas não perseverou por falta de recursos. É interessante perceber que essa menção à eternidade é comum também nas camisetas que os familiares usam: “saudades eternas”, “amor eterno”, traduzindo não só o que os familiares sentem, mas também o desejo de manter viva a memória dessas pessoas.

4.1.1.2.2 “Aí a pessoa que já tá sangrando não aguenta mais...”

Beth me falou algumas vezes que tinha certa dificuldade de falar sobre o que aconteceu com os filhos, por isso ofereci que focássemos a entrevista mais nos movimentos do que nos detalhes do acontecimento uma série de vezes. No entanto ela dizia que “tinha que falar”. O que Beth estava tentando me dizer é bastante semelhante ao que ouvi de outros familiares, é de que, apesar da dor sentida ao reviver os acontecimentos na narrativa ou no testemunho, é necessário falar sobre ele. E isso por dois motivos: para que não caia no esquecimento, para que faça parte da memória do país; e para deixar de ficar em casa chorando, sofrendo. Este segundo motivo nos remete a uma necessidade de sair do lugar de passividade atribuído à vítima para um lugar de atividade, de agência. Ela diz:

É muito difícil pra eu falar disso, ir pra rua gritar, mas eu tinha duas escolhas, ou ficar dentro de casa chorando a morte dos meus filhos ou ia chorando mesmo pra rua lutar por justiça, pra que a morte deles não tenha sido em vão e eu não vou deixar a morte deles assim passar em vão (E. M. P. 17/12/12).

Beth sente muita dificuldade em falar dos filhos, e revela todo um processo de aprendizado pelo qual teve de passar para adquirir a competência militante, a competência de denunciar:

Não tem nada pior do que falar da morte dos meus filhos. Em hora nenhuma e em tempo nenhum, tem coisas que a gente vai tendo que se curar, no começo eu não conseguia nem ver as fotos, de tanto que eu tive de carregar as fotos dos meus filhos em passeata, eu tive que mostrar as fotos, eu tive que aprender a olhar as fotos dos álbuns eu tive que aprender a superar esse negócio de não falar, tem que falar, tem que falar (E. M. P. 17/12/12).

Ela chama o processo de dar entrevistas e falar sobre o assunto de um “mal necessário”, porque por mais que seja difícil falar, ela se sente impelida a denunciar a casa Via Show como um abatedouro de jovens. A metáfora de estar sangrando, de ter uma ferida permanente, é acionada por Beth para falar como é viver com o sofrimento. No entanto, ela também nos fala da sua agência na busca de informações sobre os acusados, reafirmando que quando se trata de policiais é mais difícil provar os acontecimentos:

É muito dolorido pra mim que já estou sangrando, e é uma dor que não passa, vem natal, vem ano novo, vem aniversário do meu filho, vem aniversário do outro filho. Eu acompanho tudo, eu mecho na internet eu descobri o que o capitão tava fazendo um curso pra se formar major, botei na imprensa, isso deu na imprensa, ele não conseguiu, eu fuço tudo. Sabe? Eu sei de tudo que tá acontecendo com eles, dos nove policiais dois já morreram (...) quando tem um assassinato é muito difícil provar se eles são policiais. Aí dificulta aí a pessoa que já tá sangrando não aguenta mais e acaba se calando. Só que o que eles não sabem é que, em algumas de nós, essa dor nos impulsiona, não nos trava não, nos impulsiona a dor, a gente tem que usar a nosso favor essa ferida que tá sangrando (E. M. P. 17/12/12).

4.1.1.3 Marizete Rangel

Marizete é uma mulher branca, de uma família de nove filhos, o pai era barbeiro e a mãe costureira. Diz que sua família “era simples, mas como valores de primeira” e que “criou e encaminhou os filhos para a vida”. Marizete fez magistério com especialização em história e geografia, mas não concluiu o “terceiro grau” devido ao casamento e aos filhos. Em 1991, se separou do marido e criou os três filhos sozinha: Marcela (a mais velha), Fabrício (o filho do meio, assassinado) e Diego (o mais novo). Sustentou-os trabalhando como professora e com “coisas alternativas” no orçamento. Segundo ela, “mantive os valores, o importante é o valor da família” e, apesar de o contato com o ex-marido ser raro, nunca o colocou contra os filhos. O pai deles não participava da criação dos filhos e ela chegou à conclusão que deveria “buscar o nosso futuro”, o da família. Fabrício cursava administração e trabalhava na Caixa Econômica Federal quando faleceu; a filha mais velha também cursou administração, e é funcionária da Companhia Vale do Rio Doce; e Diego é jornalista.

Fabrício morreu no que ficou conhecido como “caso Rio Sampa”. Ele saiu de casa com um vizinho para a festa de um amigo de infância deles, em uma outra casa noturna. Seu carro estava com um problema, o que Marizete, muito espiritualista, acredita ser algum tipo de sinal. Uma barra de ferro havia caído em cima do carro, a van não tinha mais vagas, os amigos para quem ligou não iriam, e a última opção foi ir no carro com o vizinho. Os dois faleceram em decorrência do ocorrido nesse dia. Marizete, que costumava não dormir direito quando os filhos saíam, nessa noite dormiu até às cinco horas e cinco minutos da manhã, quando acordou querendo saber do filho. Às sete horas, já estava no hospital com Fabrício, que sobreviveu por três dias.

O que aconteceu foi que Fabrício e o vizinho, ao saírem da casa noturna em que estavam, resolveram passar na casa noturna Rio Sampa. Mas, ao descerem um viaduto, foram abordados em trânsito por assaltantes armados e de carro. O carro dos assaltantes teria emparelhado com o deles, só que eles aceleraram e foram pedir ajuda. Renato, o vizinho, ligou para um amigo de longa data que era policial e contou tudo. Logo após, eles foram para a delegacia de polícia, que funcionava atrás da casa Rio Sampa, e os assaltantes foram para o mesmo local. Segundo Marizete,

os policiais se negaram a fazer o Boletim de Ocorrência, bateram nos dois jovens e os expulsaram do local. Cinco minutos depois, eles estavam na frente da Rio Sampa e foram assassinados por alguém dentro de um carro com duas pessoas. A investigação direciona-se no sentido de que tenha sido o cabo da delegacia quem atirou. Apesar de haver mais de 200 pessoas no local, ninguém se dispôs a testemunhar, na opinião de Marizete, “isso apadrinha as violências”.

Várias violências e omissões policiais compõem o caso. Por exemplo, os policiais da delegacia não foram até o local do crime averiguar as evidências ou prestar socorro. Foi um motoboy quem viu que Fabrício estava vivo.

4.1.1.3.1 “Eu vivi para isso”

Segundo Marizete, ela viveu para lutar por justiça para o caso e não parou para chorar a morte do filho. “Lutei incansavelmente por quatro anos, a outra mãe não tinha estrutura pra isso”, diz Beth sobre seu envolvimento militante com os movimentos de familiares de vítimas. Ela conta que o primeiro movimento foi feito por ela e pelos amigos, que fizeram camisetas e se reuniram na semana mesma do acontecimento. E que, com o tempo, algumas organizações e movimentos entraram em contato, como a ONG Com Causa, os familiares da Chacina da Baixada, a ONG Viva Rio, a ONG Justiça Global e a Rede de Comunidade e Favelas contra a Violência. Beth conta que entrou em todas as organizações, que ela começou a participar ativamente de tudo que podia e que aprendeu até mesmo a usar computador, internet e Facebook para facilitar o contato com as pessoas dos movimentos.

No entanto, depois de um tempo, Marizete passou por um período de depressão gravíssimo, do qual, quando conversamos, já se considerava recuperada. Diz ela: “eu perdi todas as minhas forças, eu engordei, a psicóloga dizia que eu engolia a dor e os sofrimentos”. Nesse período ela foi aposentada, e o filho mais novo reclamava por uma reação da mãe, que não conseguia dar mais respostas à família, fechada em seu sofrimento solitário. Segundo Marizete, ela não queria que ficasse a ideia de que o filho “morreu porque devia”, pois “não criei um filho meu pra morrer da maneira que foi”. Em resposta às demandas do filho mais novo e do

tratamento, Marizete conseguiu reagir e hoje se encontra bem, mas ainda está em tratamento para que não volte ao estado depressivo.

4.1.1.3.2 Outras questões

Para Marizete, todos deveriam ter acesso aos Direitos Humanos, ela foi a única familiar de vítima do Rio que disse nunca ter sido visitada pelos Direitos Humanos. No entanto, ela não é contra os Direitos Humanos. Devemos também lembrar que algumas das organizações que a procuraram representam o Estado, por exemplo, através do Centro de Referência de Direitos Humanos. Ela considera que sua luta começou aprendendo com os outros. Para ela, Direitos Humanos seria defender prisões mais humanas, trabalhar com o resgate de valores humanitários nos policiais. Marizete considera que, assim como ela, os assassinos, os policiais corruptos também são vítimas de um mesmo sistema capitalista terrível e ganancioso, de grandes mafiosos no Senado e no Congresso, para quem a vida humana não tem valor. São somente números, dados estatísticos. Ela acredita na família como a base de tudo e na necessidade de se resgatar os valores morais.

Marizete não confere credibilidade à Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência no Rio de Janeiro, mas diz acreditar nas de São Paulo e Brasília por terem uma vítima, como Keiko Ota, como representante. “Só quem já passou por isso vai entender”, diz minha interlocutora. Portanto, no que se refere ao Rio de Janeiro, ela não acredita na lisura dos deputados que se encontram à frente e acha que eles viram nos movimentos de familiares de vítimas de violência uma forma de tirar proveito político. Para Marizete, a causa do movimento de familiares de vítimas é levar amor para essas pessoas que também são vítimas do sistema. Eles precisam ser transformados. Marizete é espírita e acredita na evolução espiritual do perdão.

4.1.2 Outros familiares de vítimas de violência do Estado

4.1.2.1 Patrícia de Oliveira da Silva: A Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência

Patrícia é irmã de Wagner dos Santos, sobrevivente da chacina de candelária. Assim como Patrícia, entrevistei também Alexandre, como veremos depois, que é pai de um sobrevivente. Optei por entrevistá-los pela importância que ambos têm para o movimento de familiares de vítimas em seus respectivos estados. Como afirmou Luciene, “a história de Patrícia daria uma novela”. Patrícia conheceu o irmão somente após a chacina e justamente por meio dela. Devido ao atropelamento da mãe, Patrícia foi dada em adoção com mais suas duas irmãs, enquanto Wagner ficou morando com outra senhora, e, devido à violência sofrida, foi recolhido para a então anteriormente chamada Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), vindo a se tornar parte da população de rua. Foi uma de suas irmãs que reconheceu o nome de Wagner na televisão e, então, decidiram procurá-lo. Contudo, Wagner estava no exterior por ser testemunha da chacina e ter sofrido ameaçadas de morte em 1994. Foi em 1995 que Patrícia travou contato com o irmão, tendo o conhecido só depois de um ano e meio, quando ele veio para o Brasil para uma audiência judicial.

Desde então, Patrícia começou a se envolver politicamente com o movimento de familiares de vítimas de violência. Hoje até seu trabalho remunerado é militante: ela trabalha no Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Estado do Rio de Janeiro. Antes, ela trabalhava em “casa de família” e “não tinha noção de nada, como a maioria das pessoas”. Ela afirma que a maioria dos participantes só se envolve nos movimentos depois de passarem pelo evento trágico, que normalmente as pessoas sentem pena, mas o envolvimento político só se dá quando a tragédia acontece com elas. Hoje Patrícia é membro ativo da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência.

A entrevista com Patrícia focou muito mais o movimento social Rede de Comunidade e Movimentos contra a Violência do que sua própria história. Na rede, chegam demandas de todos os tipos: recentemente formou-se um grupo interno que

trabalha com o tema da remoção urbana; no entanto, as demandas que não se enquadram no perfil do movimento são encaminhadas para outras organizações. Ela nos fala das parcerias e conquistas dos movimentos de familiares de vítimas, e considera que em 2005 houve duas grandes conquistas dos familiares de vítimas de violência, que foram a criação do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública e a criação da Subprocuradoria de Direitos Humanos Difusos e Coletivos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

4.1.2.1.1 Quem pode falar?

Patrícia defende que “todo familiar tem que ter a noção de que ele tem que falar sobre ele mesmo” e ela se refere a isso como elemento a ser destacado em sua trajetória de vida. Ela conta que, quando reencontrou o irmão e começou a se inserir nos movimentos, havia uma advogada que “como todo advogado, acha que tem que falar pelas pessoas” o que as deixa inibidas. Ela comenta que na época era uma pessoa que tinha parado de estudar, não tinha terminado o segundo grau, nem mesmo o primeiro grau. “Eles são doutores e eu não, então eu posso falar algo errado”, diz Patrícia sobre a forma como ela pensava e que considera que muitos familiares pensam. No entanto, ela diz que o tempo de movimento mostrou a ela que, mesmo não tendo uma formação acadêmica, ela pode falar e que tem assuntos dos quais ela sabe melhor que eles. Patrícia destaca que isso é importante para os familiares, e que ela sempre lhes fala: “não entendeu pergunta várias vezes”. Ela afirma que hoje em dia isso diminuiu, mas que ainda existem pessoas que querem falar pela outras e querem falar de um modo que as pessoas não entendem.

É nesse sentido que Patrícia considera que suas causas de luta, e a causa do movimento de familiares de vítimas de violência, são por justiça e respeito, e foi isso que fez ela ter vontade de participar do movimento. Patrícia conta que chegou a ouvir certa vez de um promotor de justiça que Vigário Geral e Candelária foram uma “faxina”. Patrícia também me diz que sofre ao ver a história de outras pessoas e ao conviver com elas.

4.1.3 Familiares de vítimas de violência civil

4.1.3.1 Renata Lúcia

Renata é uma mulher negra de 35 anos, dona de casa, moradora do bairro Cabral, na cidade de Nilópolis, Rio de Janeiro. O marido, Renivaldo, ou 10, como é chamado pelos amigos, trabalha com informática e instalação de câmeras. Eles têm um filho de 13 anos e moram na parte de cima da casa dos pais de Renata. Ela é a presidente do movimento Mães dos Anjos do Cabral, fundado em 2012, em decorrência do massacre conhecido como Chacina da Chatuba, que ocorreu no município de Mesquita, próximo ao bairro. Os acontecimentos que envolvem a chacina podem ser resumidos pelo desaparecimento de seis jovens amigos, entre os quais estava Douglas, sobrinho-filho de criação de Renata. Eles haviam saído no dia oito de setembro de 2012 para um banho de cachoeira e não voltaram mais. Ficaram desaparecidos até a segunda-feira, dia dez de setembro pela manhã, quando seus corpos foram encontrados já sem vida e torturados. Mais três pessoas morreram nesse dia no mesmo local.

A conversa com Renata ocorreu no dia da missa de três meses do acontecimento, uma missa em que o sermão do padre católico local foi todo voltado para a questão do comprometimento com a vida e com a felicidade que se baseia em Deus. Renata estava muito alegre, e parecia realmente inspirada pelas palavras do padre, e passou boa parte da entrevista falando em o quanto a participação nos movimentos, palestras e reuniões a deixa feliz. Renata diz que o grupo Anjos do Cabral apoia todos os tipos de causas, mas que é mais próxima da associação dos Anjos de Realengo, pois “quem perdeu sabe a dor que é”. Ela considera essa proximidade como algo que tem sido bom pra ela, e diz que não sabe o que aconteceria com sua família caso ela “ficasse num cantinho, chorando”. Essa proximidade entre os movimentos se deve ao comparecimento da associação dos Anjos de Realengo na missa de sétimo dia da Chacina da Chatuba, em 17 de setembro de 2012, da qual participaram mais de 500 pessoas. Após tal comparecimento, Renata ficou com o telefone de Adriana, presidente da Associação Anjos de Realengo, mas só teve coragem de ligar após um mês e meio, depois de

chegar à conclusão de que não podia ficar “chorando num cantinho” como vinha fazendo até então.

4.1.3.1.1 As outras famílias e a religião

As outras famílias ainda estão muito abaladas pelo acontecimento. Eu mesma tive cuidado em não manter um contato com eles em momento tão recente, mas, como foi através da ONG Com Causa que fiquei sabendo que Renata estava ativa e participante, ponderei que poderia entrevistá-la. No entanto, a mãe de Glauber, outro jovem morto na chacina, estava visivelmente abatida durante a missa. Renata fala que não consegue mobilizar as outras famílias, e que queria que eles enviassem pelo menos um representante para estar com ela nas palestras e reuniões, mesmo que fosse um primo ou uma prima. Entretanto, isso não acontece e quem tem realizado as representações dos Anjos de Cabral tem sido Renata, sozinha. A vida de dona de casa, segundo a avaliação de Renata, facilita sua inserção política. Mas, é na religião que ela encontra a justificativa para sua participação, segundo ela, Deus a está tocando para que seja a “cabeça” do movimento. Ela acredita que os jovens foram escolhidos por Deus pra ir para o céu antes, e que eles possam ter sido escolhidos para que ela pudesse fazer parte desses movimentos. Como se o que estivesse acontecendo fosse uma arquitetura divina.

Sobre a mãe do outro jovem que está bastante abatida, ela avalia:

Às vezes chamo ela pra católica, às vezes pra evangélica, nós temos que ficar unidos, é dor pra eles é dor pra mim também, talvez até mais pra mim porque perdi meu sobrinho-filho e tinha perdido a minha irmã dez anos antes com câncer, uma doença terrível (R. L. 16/12/12).

Renata chama Douglas de sobrinho-filho porque o criou após a morte da irmã e sempre que ela fala da morte de Douglas, a morte da irmã está presente em sua narrativa, como se fizesse parte de um só acontecimento, ou dois episódios de uma mesma história. Neste contexto de certo ressentimento pela morte do sobrinho que criou como filho, de quem prometeu que cuidaria para irmã, Renata está bastante religiosa. Conta que alguns conhecidos perguntam se ela se tornará evangélica, ao

que ela responde: “eu digo que se for uma coisa boa pra mim, igual tá sendo, por que não?”. Além da religião, a possibilidade de se tratar e de conversar com psicólogos também é interpretada por ela como “uma coisa divina”. Renata tem aceitado todas as possibilidades de estar nas igrejas católicas, evangélicas e com psicólogos.

Renata estava planejando para o ano novo uma vigília, na qual os familiares dos jovens se reuniriam para a virada com velas e balões de gás, numa manifestação pela paz. Segundo Renata,

melhor fazer na avenida do que ficar aqui dentro chorado, eu desejo assim, que eu acho bacana fazer, o que eu não quero nunca é esquecer, não posso (R. L. 16/12/12).

Parece-me que essa última fala pode ser compreendida como um entrelaçamento entre estar participante, fazendo eventos, e não esquecer. Ficar sem fazer nada, em casa, chorando, além de gerar sofrimento, teria alguma equivalência com uma tentativa de esquecimento. O que Renata quer é justamente o contrário: que não se esqueça, quer manter viva na memória das pessoas a história do seu sobrinho-filho e dos outros cinco jovens.

4.1.3.1.2 Onde encontrar forças

O caso da chacina da Chatuba é bastante recente e Renata é uma militante nova no campo. Ela coloca a participação não só em oposição ao esquecimento, mas também ao sofrimento sem controle: “[...] se eu ficar em casa triste... o que vai ser da minha família?”. Ela ressalta que “acha forças” em outras histórias:

Então foi uma coisa muito chocante, ver os meninos amarrados (...) tinha pais que chegou lá tentando colocar o maxilar dos filhos no lugar (...) foi uma coisa muito difícil, muito difícil mesmo, assim, sabe? mas eu procuro a força nesses... como que fala? Na mãe do João Hélio, agora eu consegui acessar a mãe da Daniela Perez, eu tento achar forças nisso, na Gabriela do metrô, eu tento achar forças nessas pessoas que estão muito solidárias a mim, aos meninos. Porque é uma coisa que eu jamais pensei acontecer no nosso bairro (R. L. 16/12/12).

Ela considera que a dor pela qual passam os familiares dessas vítimas, Gabriela, João Hélio, é a mesma dor pela qual ela tem passado. Considero interessante Renata ter diferenciado sua dor da dos outros familiares antes, quando se referiu à dor da perda de Douglas somada à dor da perda da irmã, e agora igualar sua dor à dor de outros familiares de vítimas engajados politicamente. São pessoas que, apesar da dor, ou com a dor, se mobilizam para buscar justiça para seus casos, se mobilizam em torno de bandeiras como a paz.

Assim como escutei de outros familiares de vítimas engajados em causas há mais tempo, Renata também diz: “eu vou falar enquanto eu viver (...) até a minha vida..., até... eu vou lutar. Tá falando, vendo foto, conforta meu coração”, explicitando a luta contra a violência como causa para toda a vida. Na fala acima, vemos novamente o quanto Renata valoriza a ligação com Deus, independente da religião, apesar de se considerar católica, como algo que a fortalece para se inserir na luta.

4.1.3.1.3 Anjos de Cabral

O nome do grupo foi dado por Renata, inspirada na associação dos Anjos de Realengo. A denominação Anjos é comum quando as vítimas são crianças ou adolescentes. Ariés (1973) analisa como a infância foi sendo construída para, na modernidade, se tornar o que ela é hoje: o lugar da inocência. A sensibilidade moderna com relação à infância aparece traduzida no termo “Anjos”, como aqueles que morreram ainda nessa fase de inocência. Renata abriu um grupo no Facebook, “Anjos do Cabral”, o qual já conta com mais de 320 pessoas, onde posta fotos, notícias relacionadas à chacina, divulga eventos, fotos destes, etc. Com a ajuda de uma professora da escola em que os jovens estudavam, que é também psicóloga, Renata tem realizado uma reunião mensal com as famílias. Na reunião, há uma sessão coletiva e quem quiser falar com a psicóloga individualmente deve esperar o final desta. As famílias dispõem dessa reunião para além do tratamento psicológico que a Prefeitura de Nilópolis tem disponibilizado, via Centro de Referência de Assistência Social para as famílias. Renata se mostra muito feliz por poder, junto com a professora-psicóloga que dava aula para os seis jovens mortos na Chacina e que se tornou sua amiga, oferecer isso às famílias.

Recentemente, o grupo Anjos de Cabral, do qual Renata é a representante, tem participado do Fórum Grita Baixada. Como já falamos no caso de Luciene, o Fórum é organizado pela Diocese de Nova Iguaçu. Segundo Renata, o fórum tem sido muito bom, embora já existisse antes da morte dos seis jovens, ela acredita que ele se fortaleceu desde o acontecimento da Chacina:

Esse Grita Baixada pra mim tá sendo muito importante, porque eu tenho um grito no meu coração que eu não conseguia botar pra fora, mas nesse Grita Baixada, quando chega nas palestras e tem aquele momento pra gente gritar 'violência não, paz sim', é uma coisa que eu considero muito importante esse movimento da Igreja Católica por isso que eu não abandono eles também, desde o que começo eles tão com a gente (R. L., 16/12/12).

A maior proximidade de Renata com as igrejas também está relacionada ao campo dos movimentos sociais da Baixada Fluminense, no qual a Igreja Católica é muito forte. Adriano Dias, da ONG Com Causa, me fala muito dessa relação estreita da Igreja Católica com as causas de Direitos Humanos da Baixada Fluminense. Por fim, Renata me diz que gostou muito da fala de Adriano, ao afirmar que as famílias deveriam aceitar todo tipo de ajuda que lhes fosse oferecida, e me parece que é exatamente o que Renata tem feito.

4.1.3.2 Carlos Santiago Ribeiro

Santiago é um homem branco, morador da Tijuca, e é pai de Gabriela, jovem vítima fatal de bala perdida no metrô do Rio de Janeiro em 2003. O fato ocorreu quando Gabriela pegaria o metrô pela primeira vez sozinha. Estava acontecendo um assalto na estação de metrô, que foi seguido de troca de tiros entre um policial e os criminosos, e uma das balas atingiu no peito de Gabriela, que morreu no local. Cleyde, mãe de Gabriela, que era mobilizada no movimento Gabriela Sou da Paz desde a morte da filha, faleceu há quatro anos em decorrência de um acidente vascular cerebral.

Quem deu continuidade ao movimento foi Santiago. Gabriela era filha única e, segundo Santiago, eles tinham “uma vida normal de classe média”. Os dois, Santiago e Cleyde, eram psicólogos e, na época da morte de Gabriela, Santiago

acabava de sair de uma empresa na qual trabalhou por 16 anos. O casal não tinha nenhum envolvimento político anterior, inclusive não gostavam, e no início ficaram assustados com as pessoas ligando. Santiago considera que a exposição é uma faca de dois gumes.

Atualmente, a sede do movimento Gabriela Sou da Paz passa por uma reforma, mas Santiago continua a ser procurado por inúmeros familiares de vítimas de violência que enxergam nele um ponto de apoio ou de orientação possível. Ele gosta desse tipo de relação que desenvolve com as famílias. Santiago atende esses familiares na medida do possível, mas, segundo ele, costuma encaminhar os casos para um escritório de advocacia que tem atendido casos de familiares de vítimas que são seus conhecidos. Ele diz que é um escritório praticamente especializado em atender as *vítimas*, que é o modo como ele nomeia os familiares de vítimas de violência. Considera que a Defensoria Pública da União não tem assistência adequada. Afirma, ainda, que 90% dos casos dos familiares que o procuram são vítimas de casos de violência policial, então se tornam processos contra o Estado. Santiago ainda me diz que hoje já se encontra cansado, que tem limitado suas atividades a dar “uma orientada no movimento e conversar com as vítimas”.

4.1.3.2.1 O abaixo assinado

O momento mais ativo do movimento começou com uma coleta de assinaturas para uma emenda popular para tornar mais rigoroso o Código Penal. O lançamento da campanha “Diga Não à Impunidade” começou em julho de 2003. Santiago conta que foi procurado por Glória Perez, que pediu para conhecê-los, diante das dúvidas que eles tinham, ela os apresentou a um procurador. Com ele, resolveram dúvidas de porque os assaltantes envolvidos no acontecimento estavam soltos se já haviam cometido uma série de crimes. A resposta fez referência ao Código Penal como um código desatualizado, datado de 1940 e que também apresenta uma série de brechas na lei. Seriam estas brechas que fizeram com que eles estivessem soltos. O promotor disse que eles só conseguiriam mudar isso entrando para a vida política ou através de um projeto de lei de iniciativa popular. Santiago e Cleyde consideraram que “entrar pra política” iria “respingar no

movimento”, “manchar o movimento”, logo, optaram pelo projeto de lei de iniciativa popular.

Seguindo o exemplo de Glória Perez, os pais de Gabriela começaram uma campanha similar logo após a morte da filha. Eles receberam muito apoio da novelista Glória Perez¹³, fato que gera alguns conflitos no seio dos movimentos contra a violência, formados por familiares de vítimas, no Rio de Janeiro. Santiago é acusado de ter se aproveitado da situação e de uma campanha já em andamento e ter tomado o projeto como seu. Pretendo não me posicionar aqui no conflito, apenas lembrar a dimensão desses desentendimentos. Entretanto, cabe apontar que o projeto de Glória Perez foi transformado em lei ainda em 1994, e o fato de ter sido o primeiro projeto de iniciativa popular do Brasil a ser transformado em lei o torna exemplo para os próximos, ainda mais considerando que ambos tratam da legislação penal atinente à lei de crimes hediondos.

Começaram, então, junto com Glória Perez a empreender a busca por assinaturas para um projeto de iniciativa popular, para o qual deveriam atingir um milhão e duzentos mil eleitores. Foram dois anos e meio colhendo assinaturas. Na época, se desfizeram de automóveis, de imóvel e abandonaram empregos. Também viveram com a ajuda de familiares. Para alcançar a meta de 1.200.000 assinaturas, correspondente a 1% da população eleitoral da época, eles procuraram *vítimas* em outros estados que pudessem também coletar as assinaturas. Eles precisavam de representatividade nacional para que o projeto de lei de iniciativa popular fosse válido. Cleyde, na época, viajou por vários estados do Brasil fazendo parcerias com vítimas que tinham casos com maior repercussão midiática. Em Porto Alegre, Oderich, que também aparece neste capítulo, foi um parceiro. Santiago considera que tiveram amplo apoio popular, que as pessoas se lembravam deles, visto que foi um caso de grande repercussão midiática, e aderiam à campanha facilmente. Ao total coletaram 1.314.000 assinaturas.

O projeto de iniciativa popular contava com seis itens: i) acabar com a aplicação do conceito de "crime continuado" aos casos de homicídio; ii) acabar com o protesto por novo júri; iii) fazer que a aplicação de benefícios seja baseada no tempo total da condenação; iv) estipular que o trabalho seja condição para a concessão de benefícios; v) impedir o condenado pela prática de crime hediondo de

¹³ Fonte: <http://ofuxico.terra.com.br/noticias-sobre-famosos/ gloria-perez-recebe-apoio-em-brasilia-para-aprovacao-de-emenda-popular/2006/03/13-22573.html>, acesso em 28/11/2012.

recorrer em liberdade; e iv) não conceder o benefício de indulto ao condenado por crime de tortura.

A entrega do projeto de iniciativa popular ocorreu em oito de março de 2006, com uma grande cobertura midiática. Foi escolhido o dia internacional da mulher como data de entrega do projeto. Além da grande cobertura midiática, eles foram recebidos pelos então presidentes do Senado e presidente do Congresso Nacional. Foi dito que o projeto entraria em regime de votação “urgente urgentíssima” devido ao apelo popular. Dos seis itens, apenas um passou, aquele referente ao fim do protesto por novo júri. A partir da Lei 11.689 de 2008, foram suprimidos do Código Penal os artigos que permitiam o protesto por novo júri, deste modo, condenados há mais de 20 anos não podem pedir revisão do júri.

Santiago alerta que surgiram muitos movimentos de vítimas, mas que muitos também acabaram. Segundo ele, falta concretude nos movimentos. Considera que o movimento Gabriela Sou da Paz ofereceu algo concreto, através do projeto de lei de iniciativa popular. Afirmar ainda que uma camiseta com uma pomba branca é uma ação que as pessoas se esquecem, que “só diz algo naquele momento”. Nesse sentido, como veremos, a postura de Santiago frente aos movimentos de familiares de vítimas é muito parecida com a de Oderich, o que nos sugere uma influência da dimensão de classe, visto que ambos podem ser classificados como pertencentes à classe média alta.

4.1.3.2.2 Gabriela

Sobre o caso de Gabriela foi feito um livro. O livro “Gabriela Sou da Paz” (2011) foi escrito pela filósofa Claudia Castro, o livro foi feito por iniciativa da autora. A foto de Gabriela fazendo o símbolo da paz, que tanto marca o movimento Gabriela Sou da Paz, foi escolhida entre uma série de fotos por um jornalista, ainda quando estavam com Gabriela no hospital, já sem vida.

Ademais, em entrevista, Santiago diz que Gabriela dizia que não podia ser filha dele e de Cleyde, pois ela se importava em comer comidas naturais e com a guerra no Iraque, enquanto eles não se envolviam. A primeira coisa que Santiago e Cleyde lembraram, quando se deram conta de que estavam fazendo um movimento,

foi: “caramba, a gente tá começando a fazer o que a Gabriela queria fazer e a gente não deixava”. A imagem de Gabriela é construída tanto no livro quanto no discurso do pai durante a entrevista como alguém que aspirava muito pela liberdade. Isto é, os pais não a permitiam sair de casa sozinha e o dia em que ela foi assassinada, foi o dia em que ela saía pra pegar o trem sozinha, de uma estação a outra, onde encontraria a mãe. Ela estava de *walkman* quando foi atingida. Santiago diz “o dia mais feliz da Gabriela, infelizmente, foi no dia que ela morreu, isso eu tenho certeza”.

4.2 Rio Grande do Sul

4.2.1 Alexandre Almeida – “nunca mais tive uma noite de sono”

Alexandre é um homem branco de classe média, morador de São Leopoldo, casado com Rita. Estudou teologia dos 13 anos aos 15 anos, quando foi morar numa garagem, época na qual começou a trabalhar em autoelétricas, sua profissão hoje. Durante a sua vida, já trabalhou em várias empresas, e também foi policial. Atualmente, tem quatro filhos. Ele é pai de Diogo, de quem Rita é madrasta, o jovem foi baleado pelas costas durante um desentendimento entre grupos rivais em um posto de gasolina. Ele e o pai tinham ido comprar um lanche e abastecer o carro, durante um dia pesado de trabalho. Diogo trabalhava com o pai para poder comprar sua guitarra. No entanto, a vida de Diogo mudou drasticamente a partir daquele dia. Durante o acontecimento, o pai o chamou para próximo de si e, ao passar no meio dos acusados, ele teria olhado para um deles, que perguntou: “o que tu tá me encarando?”, e atirou pelas costas do garoto de 16 anos. Diogo ficou paraplégico.

Assim como entrevistei Patrícia no Rio de Janeiro, que se engajou nos movimentos de familiares de vítimas por causa do irmão, ainda vivo, mas foragido, entrevistei Alexandre muito ativo no *movimento de vítimas*, como os movimentos estudados são chamados no Rio Grande do Sul. Alexandre esteve no lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Vítimas de Violência em Brasília e no Rio Grande do Sul. No lançamento da Frente no Rio Grande do Sul, ele levou o filho,

que esteve junto como vítima de violência, mas foi Alexandre, enquanto pai, que falou no evento, também na condição de vítima de violência.

Alexandre conta que, quando Diogo levou o tiro, a polícia de Sapucaia, local onde aconteceu o crime, não ficou muito interessada no caso, de modo que ele não obteve resposta quanto à investigação. Ele mesmo investigou o grupo de em torno de cinco homens: um já havia sido preso, pois foi baleado no local e Alexandre o levou para o hospital; foi a Santa Catarina atrás de outro. Mas a polícia não se interessou pela sua investigação do paradeiro dos acusados. Então, policiais civis e militares de São Leopoldo, com quem mantém uma relação de proximidade, foram com ele até o local para efetuar a prisão. Alexandre é microempresário, possui uma auto elétrica e também conserta viaturas dos policiais como “uma forma de ajudar a comunidade”.

No dia em que foi efetuada a prisão, Alexandre foi à delegacia perguntar aos acusados por que tinham atirado no filho dele. Ele foi até o rapaz que tinha atirado e perguntou, o rapaz nada respondia. Segundo Alexandre ele “choringava”, mas em depoimento teria dito que era “só mais um cachorro” que ele tinha matado. Foi nesse dia que Alexandre conheceu Eduardo, que estava na delegacia também cobrando pela prisão dos acusados de matarem o seu filho, os quais, coincidentemente, eram o mesmo grupo de homens que atirou em Diogo. No dia anterior, ao roubarem uma moto, eles mataram Diego Rodrigues, filho de Eduardo e Regina.

4.2.1.1 A militância

Antes do que aconteceu com Diogo, Alexandre nunca tinha se envolvido politicamente. Após o acontecimento, filiou-se ao Partido Republicano Progressista (PRP) e concorreu às eleições de 2012, somando em torno de 300 votos. Também conheceu a ONG Brasil Sem Grades no seminário O Império do Crime, que ocorreu em agosto de 2011. Mas, começou a ter mais contato com Luiz Fernando Oderich a partir do lançamento da Frente Parlamentar em Brasília. Alexandre desde então, juntamente com Eduardo, tem participado como voluntário da ONG Brasil Sem Grades. Ambos são representantes das vítimas de violência na comissão interna da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência do Rio Grande do Sul. Ele

também faz parte do Movimento Verde Amarelo (MOVA), do qual fazem parte civis e militares que discutem sobre o regime militar. Alexandre acredita que o período de ditadura foi um período em que se vivia com mais respeito e menos violência.

Ele considera que a militância ocupa sua vida tempo integral, à medida em que está sempre com a camiseta e com adesivos, e em que com cada pessoa que conhece ou vê durante o dia entrega o material e conversa sobre as propostas da ONG, “de não ficar de braços cruzados, fazer a sua parte” e de “revisão do código de processo penal”. Segundo Alexandre, ao ouvirem o nome da ONG, algumas pessoas acham que eles querem “soltar os bandidos”, outras acham que eles querem a pena de morte para “acabar com a bandidagem”. No ponto de vista de Alexandre, a ONG não quer nem uma coisa nem outra, ela quer apenas “equilibrar as forças”:

O presidiário é mais assistido pelo Estado do que um pai de família. Não é uma coisa que eu tirei de um livro ou da internet, eu vivenciei isso, eu vivencio isso, é uma dificuldade. Tu é tratado como se tu fosse o causador do problema que tu tem. Mas, tu é vítima de um sistema, de um sistema viciado, ultrapassado, e de uma lei que é muito flexível pro bandido, pro criminoso... (A.A., 26/12/12).

Como é possível ver acima, Alexandre acredita que há uma desigualdade na assistência estatal em relação ao presidiário e a uma pessoa como ele, que vive com um filho paraplégico que precisa de medicamentos especiais e não recebe qualquer ajuda do Estado. Essa comparação é muito típica das pessoas com quem convivi nesse tempo de pesquisa em Porto Alegre. Acredito que seja uma forma de afirmação dos direitos das vítimas de violência. Ele faz novamente a comparação entre o preso protegido no presídio, como propriedade e responsabilidade do governo, e o cidadão que estaria sem seu direito à segurança garantido, que também é responsabilidade do governo, e que, portanto, está desprotegido.

4.2.1.2 Correndo risco de morte

Vagabundagem se acham no direito de tentar matar a gente que tá buscando direitos. Eles atiraram no meu filho por covardia, veja bem eles têm um prêmio pela minha vida e pela vida do Eduardo, por quê? Porque a gente quer que a justiça seja feita. Que eles paguem pelos seus crimes presos pra que eles não venham pra rua para

fazer novas vítimas. E por isso a gente têm que morrer porque nós somos a pedra no sapato deles (A.A., 26/12/12).

Eduardo e Alexandre, após se conhecerem, começaram uma empreitada para manter os acusados presos. Eles começaram a procurar por outras vítimas que teriam sido alvo daquele grupo. Nessa jornada, encontraram mais oito vítimas que se dispuseram a falar e reconheceram eles como “criminosos”. Já fazem três anos que os acusados estão presos, segundo Alexandre, graças à atuação deles. E eles sequer foram julgados ainda. Eduardo e Regina aguardam pelo agendamento do júri fazendo manifestações, como o evento no ginásio Kurashick em Sapucaia, ao qual nos referimos no capítulo três. Eduardo também elaborou ofícios e pediu que pessoas que ele considera importantes, como os representantes de diversas Secretarias e órgãos públicos, que estavam presentes na comissão elaborada para discutir ações da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência do Rio Grande do Sul, assinassem para pedir o agilidade na formação do júri popular do caso do seu filho.

No entanto, todo esse empenho em manter os acusados presos não tem sido vivido sem um preço. Alexandre já foi sequestrado e conseguiu se desvencilhar do sequestro em que seria executado. Ele já foi seguido por outro veículo e alvejado. Na ocasião ele diz ter “disparado um pente” em cima das pessoas que tentavam matá-lo. Alexandre tem porte federal de arma e anda com sua arma sempre na cintura. Em sua casa, possui mais três ou quatro armas. Uma é de sua esposa, que assim como ele já fez curso de tiro. Ele me mostrou uma arma calibre doze e encenou como esperaria pelas pessoas que tentam matá-lo. Alexandre também possui colete à prova de balas, e já foi baleado no colete nas duas tentativas de assassinato.

Ele descobriu recentemente, através de um amigo, que de dentro do presídio os acusados teriam oferecido trinta mil reais pela vida dele e de Eduardo. Alexandre também tem conseguido informações com pessoas que vão fazer visitas aos presos. Está vivendo um momento muito difícil, no qual sente que a qualquer momento sua vida e de sua família pode ser colocada em risco. No entanto, ele acha que Eduardo é a ponta mais fraca dessa corda, por não ter toda a experiência que ele tem com armas e por ser uma pessoa com mais de 60 anos. Considera que “o que nos manteve vivos até agora são os conhecimentos que a gente têm”. Alexandre avalia que é um homem muito popular, que costuma ajudar todo mundo, e que quando

alguém quer fazer algo contra ele, ele já tem alianças estabelecidas.

Ele vive essa situação com muito sofrimento. Depois do ocorrido com o filho, ficou uma semana sem conseguir sair de casa e chegou a pensar em suicídio. Frequentando uma psiquiatra, foi diagnosticado com Transtorno Bipolar, para o qual hoje se trata com medicações, bem como o faz para dormir. Ele disse que nunca mais teve uma noite de sono depois do que aconteceu com o filho, qualquer barulho o acorda, junto com o receio de que aconteça algo com a família. Pergunto se ele se considera como alguém que vive com sofrimento e ele me responde como se fosse uma obviedade:

Claro, com certeza, tu acha que andar armado 24 horas por dia e tu saber que daqui a pouco pode encostar uma moto no teu serviço, na tua casa e te metralhar ou metralhar um dos teus filhos, tu teria segurança? Acho que ninguém teria né, ninguém teria sossego (A.A., 26/12/12).

O sofrimento aqui está associado ao sentimento de insegurança que é ancorado na ameaça que tem recebido como resultado da sua busca daquilo que considera como justiça e direitos das vítimas de violência.

4.2.2 Eduardo da Silva Rodrigues e Cléia Regina Rodrigues

Eduardo e Regina, ambos com 57 anos, estão casados há 40 anos e são evangélicos, assim como toda sua família, filha, nora e netos. Eduardo é negro e Regina é branca, ele é aposentado há 17 anos, por tempo de trabalho, mas continua trabalhando para a empresa Concepa. Sempre trabalhou em empresas da área de segurança no trabalho. Regina é professora, lecionou por seis anos e depois abriu uma pet shop que manteve por 20 anos, até ter câncer cerebral e ter sua vida em risco. Ela tinha pouca chance de sobreviver, diziam os médicos, mas Regina consegue viver bem após a cirurgia. Ela não voltou a trabalhar depois da cirurgia, até porque foi 21 dias depois dela seu filho foi brutalmente assassinado.

Moram temporariamente numa aconchegante casa em uma cidade do litoral gaúcho. Antes, moravam em Sapucaia, onde possuem três casas, mas como foram recentemente ameaçados de morte foram para essa nova cidade há alguns meses.

Diante da mais recente ameaça, que era de que Eduardo seria morto no ano novo, acamparam em um local que eu não soube qual era, e nem procurei saber, para não por em evidência um local onde se refugiam quando estão sob ameaça. Passadas as festas de fim de ano, período em que estava prometido morto – assim como seu amigo Alexandre –, Eduardo, Regina e a família voltaram para onde estavam, mesmo sabendo do perigo que correm. Eduardo voltou à sua vida normal de trabalho diário. A entrevista foi feita com os dois, que assim optaram, o que mostra o caráter mais familiar dos pais das vítimas de violência envolvidos em reivindicações por justiça no Rio Grande do Sul.

O filho de Eduardo e Regina foi assaltado após sair de um jogo de futebol sozinho, seus amigos iam fazer um churrasco, mas ele quis ir cedo para casa. Foi abordado, teve sua moto e pertences roubados e, segundo testemunhas, ao tentar fugir foi atingido e já no chão, com a arma apontada pra si, teria dito: “não me mate eu tenho família, tenho um filho”, mas mesmo assim um dos assaltantes atirou. Os assaltantes foram identificados e estão presos por outros crimes que cometeram – são os mesmos que atiraram em Diogo, filho de Alexandre, no dia seguinte. Eduardo e Alexandre se encontram sob ameaça recente de morte devido ao fato de eles estarem investigando os crimes que os culpados cometeram de modo a mantê-los mais tempo na prisão. Como dito, Eduardo e Alexandre se conheceram na delegacia e, segundo Eduardo, até se conhecerem Alexandre “tinha meu filho como bandido, pro delegado todo mundo que morria era bandido”. O júri do caso de Diego, filho de Eduardo e Regina, ainda não foi marcado, a luta dos familiares nesse momento é para que o júri seja marcado.

4.2.2.1 As causas

Antes de começar sua atuação política em virtude do caso do filho, Eduardo desempava atividades de trabalho comunitário, como escolinhas de futebol; e também escrevia peças de teatro sobre segurança no trabalho, que eram representadas por sua família representava nas empresas. Agora, Eduardo considera que estão atuando em duas frentes, ou, como disse: “pegamos como liderança” dois movimentos. Um deles é a Frente Parlamentar em Defesa das

Vítimas de Violência, o qual “tem a Keiko Ota lá em Brasília e a Zilá aqui”. E o outro é a ONG Brasil Sem Grades, da qual Eduardo faz parte da diretoria como familiar de vítima de violência.

Sobre a atuação nessas duas frentes, Regina afirma que

com a nossa dor, a gente primeiramente tentou buscar justiça e procurando a gente tentou juntar mais pessoas que também estavam sofrendo a dor de perder um filho (C.R.R. 12/01/2012)

É nesse processo que também passaram de católicos a evangélicos, na busca por alento para sua dor. Regina ainda conta que foram à Brasília porque “aqui não estávamos conseguindo nada”. Contam que foram contatados pela ONG Brasil Sem Grades, que lhes convidou para ir à Brasília. A ONG teria ficado sabendo do caso pela mídia, visto que Eduardo e Regina têm amigos na mídia e nunca deixaram o caso do filho cair no esquecimento.

4.2.2.2 Direitos Humanos e os Acusados

É interessante que Regina e Eduardo fazem de tudo para ter informações sobre o que os culpados fazem dentro do presídio. Regina descobriu pela internet que Jefinho, um dos acusados, estava se comunicando de dentro do presídio pelo Orkut com outros “criminosos”. Eduardo descobriu que Jefinho estava contrabandeando armas pra dentro do presídio através de sua namorada. Um preso, para o qual dão cestas básicas, e dois carcereiros seriam as fontes das informações. Deste modo, fica claro que a luta deles não é apenas para que as vítimas sejam reconhecidas e tenham seus direitos instituídos através da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência, por exemplo, mas também para que os presos permaneçam presos e sem “regalias” e para que assim a “justiça seja feita”. Muito da entrevista girou em torno do modo como eles têm conseguido “enfraquecer” e influenciar a vida dos acusados dentro da prisão.

Eduardo narra um episódio em que se sentiu ofendido moralmente pelo delegado da delegacia que cuidava do caso do seu filho, que teria mostrado sua arma a ele. Diante desse “desrespeito”, Eduardo teria ido à Secretaria de Segurança do Estado, aos “direitos humanos” da Assembleia Legislativa e teria conseguido que

o Deputado Marcon, mais dois promotores, a RBS, entre outros, fossem à delegacia no outro dia, às 14h. Estando todos lá – depois de o deputado Marcon passar na promotoria de Sapucaia, e Eduardo fazer a denúncia chegar até a governadora do Estado na época, Yeda Crusius – o delegado se retratou. Nesse episódio, Eduardo avalia que os “direitos humanos” ajudaram, mas que nada mudou depois disso. Ele parece esperar que houvesse uma intervenção mais efetiva.

Em outra situação, Eduardo esteve na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa para narrar as ameaças que vinha sofrendo e pedir ajuda, e teria ouvido lá que eles não poderiam fazer nada por ele. Isso deixou Eduardo decepcionado com os “direitos humanos”, de modo que concluiu que as vítimas não têm acesso aos “direitos humanos”.

As ameaças compõem tanto o cotidiano do casal que são tratadas com certa naturalidade, Eduardo diz: “hoje tu buscar justiça é ter que se resguardar”. Em outro momento, Regina diz que se Eduardo for morto ela não vai parar, e, diante da minha surpresa ao falarem disso com tanta naturalidade, Eduardo diz: “mas é, eu fiz ela me prometer que se eu morrer ela não vai parar”. Quanto à justiça, já que a citamos, Eduardo afirma que fazer justiça não é fazer vingança, mas é “eles ficarem lá [presos] todo o tempo necessário, tem que pagar pelos crimes que eles cometeram, pelos crimes, todos, não só o do meu filho”.

Em contrapartida a essa naturalidade com que falam da possibilidade de morte, Eduardo e Regina, assim como Rejane e Adão, casal também entrevistado para esta dissertação, também utilizam remédios psiquiátricos. Por exemplo, diante da necessidade de tomar remédios que é referida como causada pela dor da perda, sua nora utiliza nove remédios diferentes diariamente. Eduardo diz: “eu tomo quatro por dia, dependendo da situação 5, 6, isso para eu poder sobreviver”. Quando pergunto sobre sofrimento, se eles se consideram como pessoas que vivem com sofrimento, Eduardo refere sentir muita saudade, que passa muito tempo deprimido e que, quando pensa em fazer algo para tirar um pouco da “dor”, ele percebe que não consegue, que ele tem que achar uma forma de minimizá-la, mas que ela permanecerá com ele até o dia de sua morte.

Perguntados sobre o que eu não deveria deixar de escrever nessa dissertação, Regina salientou que as pessoas deveriam se engajar “pelo amor e não pela dor”, isto é, que devem se vincular às causas contra a violência e a criminalidade antes que perder um parente em uma situação como a deles. Ela diz:

“infelizmente eu fui pela dor”, e diz ainda: “eu não quero que outras mães passem pelo que eu estou passando”.

4.2.3 Adão Moreira da Silva e Rejane Herman da Silva

Assim como Eduardo e Regina, Adão e Rejane decidiram dar a entrevista juntos. A entrevista com eles foi bastante dirigida aos detalhes do caso, por que eles falaram mais sobre isso e também porque eles não têm uma participação propriamente dita junto a movimentos. Até então, haviam feito camisetas e uma caminhada, a qual é narrada no capítulo três dessa dissertação. De qualquer modo, a entrevista com eles foi proveitosa, pois demonstrou afinidade com o que foi identificado como modo de pensar dos familiares no Rio Grande do Sul, no que tange aos temas do sofrimento, da ação política, entre outros. Adão e Rejane me acolheram em sua casa na cidade de Novo Hamburgo, eles são um casal de classe média, ambos brancos e evangélicos.

Além de Cassiano, o filho que foi assassinado, eles têm outro filho de oito anos, chamado Cauê. Cauê permaneceu a entrevista toda conosco e em alguns momentos corrigia os pais ou adicionava alguns detalhes ao caso contado. Adão trabalha como mecânico em uma empresa, mas também é aposentado. Rejane está em benefício do INSS devido a um problema no ombro por esforços repetitivos há mais de dois anos, ela trabalha em uma empresa do ramo calçadista. O casal acha que demorou demais para fazer “sua” passeata, e que deveriam tê-la feito logo depois do ocorrido, mas de início decidiram não colocar o caso na mídia por envolver a polícia. “A gente se intimidou” diz Rejane, “ainda com o Cauê pequeno”.

4.2.3.1 O caso

Cassiano, 23 anos, saiu de casa no dia 18 de fevereiro de 2012 para levar a namorada para casa, ela iria dar água para os passarinhos, pois os pais estavam viajando. Ele deixou a namorada em casa e depois disso não se sabe o que ocorreu até o momento em que seu carro foi alvejado pela polícia e uma bala penetrou na

sua cabeça, matando-o. A polícia alega que ele teria “furado” a barreira policial e atirado contra a polícia. No exame residuográfico não foram identificados resíduos de pólvora em suas mãos. Há outros indícios de que a situação se desenrolou de forma diferente, os pais possuem algumas ideias de como pode ter ocorrido o fato, mas sem certezas estabelecidas ainda.

Há testemunhas que alegam terem visto mais duas pessoas sendo retiradas do carro, uma morta e outra viva, e que Cassiano fora tirado pelo banco do caroneiro, o que sugere que ele não estaria dirigindo. Uma bala que entrou por baixo do banco e que teria certamente atingido a perna do motorista também é referida pelos familiares como motivo para afirmar que Cassiano não dirigia o veículo, visto que ele não tinha nenhum tiro na perna. Adão diz:

[...] o que eles fizeram... poderiam ter dado [um tiro] no braço, na perna, menos na cabeça, a gente não viu, e enquanto não me provarem o contrário ele não tava sozinho e não tava dirigindo (A. M. S., 12/01/13).

Segundo a polícia, foram encontradas no carro drogas e uma arma. Os pais alegam que Cassiano não era afeito sequer à bebida e se esforçam na limpeza moral (LEITE apud VIANNA, 2012) da imagem de seu filho. Recentemente, Alexandre, também interlocutor desta pesquisa, teria dito ao casal que conhecera um homem em sua oficina que conheceu Cassiano. Além de garantir que Cassiano “não era dessas coisas”, afirma ter visto Cassiano no dia, chorando em um posto, pedindo para os assaltantes levarem seu carro, mas não ele – o que os assaltantes não levaram em consideração. Os pais da vítima estão esperançosos com essa nova testemunha, mas ela ainda não deu depoimento formal na delegacia. Desconfiam que namorada de Cassiano saiba de alguma coisa, pois consideram o comportamento dela após a morte de Cassiano muito estranho.

Ademais, contam que após a primeira conclusão do inquérito, o promotor mandou o processo de volta, pois a investigação estava incompleta. Adão diz que agora “estamos esperando por Justiça”. O interessante é que eles não esperam sentados por justiça, mas sim intervindo e exigindo que o caso ande corretamente. Como Cassiano deixou um carro que estava sendo financiado, para conseguir que as prestações sejam quitadas eles precisaram de uma série de exames que só a polícia tinha. Eles exigiram tais exames, e após um tempo, com a polícia alegando que os exames tinham desaparecido, ameaçaram colocar a mídia no caso. Após

essa ameaça, os exames teriam aparecido.

O tiro que matou Cassiano provavelmente partiu da arma de uma policial militar de 21 anos, o que foi deduzido por Alexandre, que foi visitar o casal em um domingo e olhou a documentação que eles possuem. Ainda segundo ele, ela não deveria estar utilizando aquele tipo de arma, pois já tinha sido suspensa por ter errado outra vez. O corpo foi tirado da cena do crime e levado ao hospital, mesmo já tendo sido detectado que estava sem vida, o que descaracterizou o local como cena de crime. Segundo o casal, eles acreditam que a polícia percebeu que cometeu um erro, e começou a se proteger ainda ali, por isso teriam escondido que haveria mais duas outras pessoas, e teriam enviado o corpo ao hospital, mesmo já tendo acionado a funerária. Os pais também não puderam ver o local do crime, pois os carros da polícia o cercavam, o que tornava impossível ver adequadamente. Os policiais também teriam mandado os moradores entrarem em suas casas, pois não haveria “nada pra eles verem ali”.

4.2.3.2 O esforço de limpeza moral

Essa pesquisa evidenciou que ter o filho morto pela polícia gera quase que automaticamente a probabilidade de contaminação moral, isto é, de acusação de que o filho poderia ser um bandido ou fez por merecer sua morte. O que não significa que não ocorra nos outros casos, como vimos no caso dos pais de Diego, Regina e Eduardo. A acusação de que Cassiano portava drogas e uma arma, é a face dessa alegação no caso aqui abordado. Em contrapartida, a mãe faz questão de afirmar que não poderia ser o filho que estivesse dirigindo porque “ele tinha muito cuidado com aquele carro dele, ele não dirigia daquele jeito”. O pai diz que o carro, durante a fuga, passou na frente da casa deles, e que se fosse Cassiano dirigindo ele ia parar em casa ou dar um jeito de bater o carro para se livrar dos assaltantes. Em certos momentos da entrevista, o filho é retratado pela mãe como uma “criança grande”, inocente.

Rejane diz ainda que Cassiano era muito cuidadoso com tudo, inclusive com o emprego, e Adão conta que a patroa dele teria ido até a polícia e perguntado: “o que vocês fizeram com o meu melhor funcionário?”. Após, relata cada detalhe de

como era o trabalho do filho na metalúrgica e de como era um funcionário distinto dos demais por sua dedicação à empresa. Adão conta também que seu irmão foi falar com os policiais militares e que estes teriam dito: “é, foi mais um vagabundo a menos aí com uma fixa extensa”. Ao que Adão responde indo à delegacia com Rejane pedir a fixa dele; “nossa a fixa limpa”, diz a mãe. Rejane ainda comenta: “eu sempre quero me referir ao Cassiano como um trabalhador”, e depois me conta o quanto o filho era dedicado ao trabalho desde seus 14 anos. Diz ainda que se eu saísse na rua e perguntasse aos vizinhos, um a um, quem era Cassiano, veria que ninguém na rua acredita no que fizeram com ele.

4.2.3.3 O inesperado

O casal não consegue conter sua indignação, segundo Adão:

Resumindo, foi covardia total o que fizeram com ele, nem com bandido, bandido mesmo não pode fazer o que eles fizeram com ele. Aqueles que realmente eram pra proteger, dar segurança foi os que fizeram essa barbaridade com ele (A. M. S., 12/01/13)

Todos tomam medicação na casa, até mesmo Cauê. Segundo Rejane, é medicação de noite pra dormir e de dia pra ficar acordada. Ainda diz que tem dias que está melhor, tem dias que está pior, tem dias que tem vontade de falar, outros dias só tem vontade de chorar. Rejane me conta da gravidez difícil que tivera, na qual teve que tomar mais de 100 injeções para segurar o bebê, e ainda que fizera acompanhamento paralelo com uma parteira. Ela conta com muito orgulho que foi uma luta, mas que foi até o final, tendo Cassiano, ela que queria tanto um menino. Rejane recorre muito ao seu lugar de mãe para falar do sofrimento que é ter perdido o filho e, até mesmo quando fala da policial que provavelmente tenha matado o seu filho, fala nesses termos “em pensar que uma mulher que nem eu tirou a vida dele, que um dia ela um dia vai ser mãe também”.

O casal diz: “não vamos descansar até esclarecer tudo”, mas que depois disso pretendem sair da casa onde moram. Desejam morar distante, devido às lembranças que a casa traz. Rejane chora ao lembrar que o filho passou por cada instante da construção daquela casa, sempre junto e ajudando nos afazeres,

concluiu que a vida “parece que perdeu a graça”. Outras pequenas coisas também acarretam sofrimento, como colocar os pratos na mesa. Rejane diz que várias vezes coloca quatro pratos e se entristece ao perceber que agora são apenas três. Rejane também me mostrou o quarto do filho, ela doou algumas calças dele, mas o resto mantém intacto: roupas, um pequeno cachorro de pelúcia, o computador. O acontecimento trágico aparece em suas narrativas como um divisor de águas: “nossa, o que era nossa vida antes e o que é hoje”, e Adão diz: “tudo em função do que aconteceu, agora é tudo diferente”.

4.2.4 Luiz Fernando Oderich

Oderich, como é geralmente chamado, tem uma trajetória bastante diferente dos outros entrevistados. Um dos fatores de diferenciação é que Oderich tinha uma atuação política anterior, por mais que no momento da morte de Max, seu filho, já não fosse mais ativo. Ele fora vereador em sua cidade, São Sebastião do Caí, no Rio Grande do Sul, dez anos antes da morte de Max, em 2002. Também foi presidente da associação comercial da cidade e fundou uma cooperativa habitacional que construiu 200 casas populares na cidade, entre outras atividades.

Porém, Oderich tinha parado sua atuação política em decorrência das necessidades de ter aberto sua própria empresa própria, até então, trabalhava na empresa da família. A morte do filho, no dia 17 de agosto de 2002, durante um assalto em um bairro nobre de Porto Alegre, dias antes de sua formatura, enquanto ia comprar um terno, foi um acontecimento que marcou sua vida de forma muito impactante. Segundo ele, não há notícia nenhuma que possa surpreendê-lo na vida depois de ter ouvido “seu filho morreu”. Sua atuação política recomeça após a morte de Max, mas, segundo Oderich, não foi algo calculado, foi acontecendo.

Primeiramente, ele e a esposa decidiram que queriam receber o diploma de Max, visto que ele estava muito ansioso para se formar. Foi feita então uma cerimônia dentro da formatura, mas após a mesma. Nessa cerimônia Oderich e sua esposa receberam o diploma e ele fez uma fala. Na igreja, durante a missa de sétimo dia, ele novamente faz uma fala. Segundo Oderich, sua fala foi a de que, por uma ação do Estado, na geração dele vivia com medo da ditadura atrás de grades

imaginárias, mas que a geração do filho vive numa época de grades de verdade. Vive, portanto, atrás das grades, só que dessa vez por uma omissão do Estado.

Foi numa coluna que escreveu para o jornal Zero Hora¹⁴ que utilizou pela primeira vez a expressão Brasil Sem Grades, que viria a ser o nome da ONG que ele fundaria dentro de mais ou menos dois meses. Oderich diz que fundou a organização pelo fluxo dos acontecimentos, que, como gostou da expressão por ele utilizada na coluna do jornal, comprou através da sua empresa um sítio na internet de domínio .org, criando o *site* www.brasilsemgrades.org. No entanto, pessoas que controlam os domínios na internet entraram em contato, dizendo que uma “.com” não poderia ser dona de uma “.org”. Foi assim que um dia Oderich reuniu alguns familiares, amigos e conhecidos e fundou a ONG Brasil Sem Grades, oficialmente iniciada em 02 de novembro de 2002, um dia de finados.

Ademais, uma série de acontecimentos, que ele interpreta como sinais, marcaram seu caminho, como quando encontrou uma das versões do livro que o filho estava escrevendo sobre administração, que continua uma frase de próprio punho: “um erro é um episódio do qual ainda não se tirou proveito”. Interpreta essa frase como um sinal, extraíndo o significado de que o erro seria a morte de seu filho, e ele poderia tirar proveito desse erro. Outro motivo seriam ligações que ele recebia de conhecidos e até de desconhecidos dizendo que ele deveria fazer alguma coisa. Todos esses fatores contaram para que a ONG Brasil Sem Grades, hoje uma ONG conhecida local e nacionalmente, fosse criada.

Sobre a inserção no Movimento de Familiares de Vítima de Violência ele conta que ele procurou por outras pessoas e que começou por outros estados. Como Oderich tinha viagens pra outros estados a trabalho, à noite aproveitava para marcar encontros com pessoas de outros movimentos. Foi assim que conheceu Cleyde: durante uma viagem ao Rio de Janeiro, decidiu procurar o casal que estava fazendo um abaixo assinado pra mudar itens do código penal. No entanto, ele vê um problema no movimento de familiares de vítimas, que é o fato de as pessoas usarem os espaços de diálogo como espaço de desabafo. Oderich acredita que a maioria das reuniões e encontros acabam em um vale de lágrimas. Defende, assim, que as reuniões sejam propositivas, avaliativas e de discussão de ações concretas, e não um espaço para esse tipo de fala.

¹⁴ Jornal da capital de grande circulação e pertencente ao grupo RBS.

Oderich é de uma família de empresários e desde criança contou com boas condições financeiras. Fez duas faculdades, de direito e de administração, e hoje tem uma empresa metalúrgica com 170 funcionários. Conta que o filho nasceu prematuro e que tinha 20% de chance de sobrevivência, e destaca que o filho persistiu. Luiz Fernando Oderich não toma medicamentos e se considera alguém que consegue superar o sofrimento.

4.3 Considerações finais sobre o capítulo

Neste capítulo, nos embrenhamos nas histórias dos personagens, as quais são marcadas muitas vezes por narrativas de dor, mostrando que há uma dor cotidiana com a qual é difícil conviver. Das tantas metáforas, desde a “ferida que não para de sangrar” passando por outra interlocutora que, durante o evento Um dia por ti, no Rio de Janeiro, disse que era como se tivessem lhe tirado um órgão vital. Na mesma linha, outro interlocutor, em entrevista para uma TV local¹⁵, disse que era como se tivesse um câncer que não curasse. Essas metáforas falam de uma maneira de viver o cotidiano com a dor da perda de seus filhos e parentes.

Há uma experiência relacional do sofrimento, isto é, o ato violento é colocado em relação com crenças religiosas, cenários de vida e modos de inserção social. Em que pese tal construção relacional para a experiência do acontecimento trágico, é perceptível que este é um evento crítico, no sentido de Veena Das (1995), na medida em que realiza uma demarcação nas experiências de vida das pessoas estudadas. Há, segundo os depoimentos a criação de uma motivação para a militância e o ativismo político em torno do testemunho da dor.

Tal testemunho é percebido como fundamental para uma espécie de positivação da experiência da morte, ao mesmo tempo em que configura a própria presença das pessoas mortas como agentes ativos na luta empreendida. As narrativas públicas da dor, entretanto, não conseguem aplacar a memória cotidiana do sofrimento. Há uma vivência singular da dor pelos atingidos que escapa a

¹⁵ Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=joY0ETxWgaQ&list=UUjMbLpXQDFG8jsZ0Myo1OuQ>,
acessado em 19/01/2013.

qualquer possibilidade de configuração da denúncia ou testemunho público.

É essa experiência, aqui acessada provisoriamente através de narrativas e subjetividades dos agentes estudados, que produz uma constante atenção e cuidado com as representações do sofrimento promovidas pela mídia, por advogados, e porque não, por estudos acadêmicos. É também tal vivência particular da dor que contribui para uma constante tensão colocada para os movimentos e pessoas estudadas nessa pesquisa: a singularização dos casos e sua inserção na produção de uma causa mais ampla de engajamento e luta.

5 Considerações Finais

Passamos, nessa dissertação, por uma pluralidade de histórias e situações que poderiam nos guiar a conclusões possíveis. No entanto, prefiro retomar algumas conclusões dos capítulos e apontar para novos caminhos possíveis de pesquisa para a continuidade da investigação ora empreendida.

No capítulo um, analisamos como a categoria vítima é utilizada em contextos específicos para designar a si mesmos ou a vítima diretamente atingida e o quanto isso está influenciado pelo tipo de crime que foi cometido. Também percebemos que algoz e vítima são construídos em relação, implicando diferentes construções mútuas. Foi possível perceber que há uma influência dessas diferentes construções nas formas como cada movimento ou familiar de vítima de violência se posiciona frente aos Direitos Humanos implicando certas políticas da vida, principalmente no que tange aos movimentos e familiares do Rio Grande do Sul. Percebemos que há uma hierarquização das vidas que merecem ser vividas em alguns desses movimentos, associações e frentes estudadas.

No segundo capítulo, analisamos a construção das denúncias públicas através da análise de eventos públicos, e de documentos no caso da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência do Rio de Janeiro. Analisamos como essas denúncias são realizadas a partir de Boltanski, o qual considera que, no modelo da denúncia pública, o denunciante deve mobilizar a maior parte da população possível, “todos que contam”, para se vincular à sua causa. O denunciante também deve convencer que sua causa é não só verdadeira como legítima de ser seguida. Vimos que essas denúncias são feitas muitas vezes através do corpo, utilizando-o como último recurso para reivindicação de direitos. Também vimos que, no Brasil, pelo menos no que tange aos movimentos de familiares de vítimas de violência, há uma tensão entre a linguagem do trauma e uma perspectiva mais relacional no sofrimento, na qual o sofrimento não é completamente individualizado, mas expandido para o bojo da família, vivido, assim, coletivamente.

O capítulo três nos traz a dimensão da subjetividade e da dor experienciada. Através de um diálogo breve com alguns autores, apresentamos trechos de entrevistas que focam no relato da dor e nas formas de inserção engajada. Procurei

enfocar as formas cotidianas de convivência com a dor nas narrativas dessa dor. O acontecimento é tido como um evento crítico (DAS, 1995). As pessoas têm a vida, a subjetividade e o corpo marcados pela experiência de violência.

Meu trabalho teve como objetivo focar a heterogeneidade das maneiras e sentidos de mobilização. É o aprofundamento desta direção argumentativa que me incentiva na continuidade dessa pesquisa, cujo foco serão as demandas judiciais elaboradas por familiares das vítimas de violência letal ao Estado, acusado de omissão de responsabilidade civil. Durante esta pesquisa de mestrado, fui me deparando com novos agentes que atravessaram o campo empírico em que eu estava envolvida: advogados de escritórios especializados em atender vítimas de violência letal, assistências jurídicas, ONGs que prestam assessoria para a formação do movimento logo após um ato trágico, processos civis (que demandam indenização por dano moral ou por omissão de responsabilidade civil por parte do Estado). Todos esses novos agentes, trazem junto com eles desafios com os quais pretendo lidar a partir de então. Não só o campo é inovador, como a abordagem metodológica que pretendo usar também é. Trata-se da etnografia dos documentos (VIANNA, 2002; RIFIOTIS, 2010; RILES, 2006).

Uma via que tais movimentos e associações têm encontrado para a resolução dos seus casos é empreender processos civis para além do processo penal decorrente da investigação policial do homicídio. Os familiares de vítimas de violência letal processam os suspeitos ou criminosos por dano moral pela morte e o Estado por omissão da responsabilidade civil. Observei essa prática no campo etnográfico durante esta pesquisa, e compreendo que ela merece um olhar etnográfico atento. Acredito que esse fenômeno se encontra em consonância com o que vem sendo chamado de “juridicização” ou “judicialização” das relações sociais (RIFIOTIS, 2008; DEBERT, 2006). Explico-me: questões que antes eram privadas, como despesas funerárias, dificuldades emocionais ou psicológicas, desorganização do orçamento familiar – em suma, dificuldades enfrentadas em decorrência da perda do familiar – estão entrando na alçada judicial como justificativas para requisitar indenizações. Podemos considerá-las como questões que eram resolvidas na ordem privada e que se tornam parte das obrigações do Estado, através de sua judicialização.

O entendimento de que o familiar da vítima, ou a “vítima invisível” – como termo êmico –, tem o direito de ser indenizado ou receber auxílio financeiro estatal é

um fato crescente. Percebe-se todo um esforço por parte dos movimentos e associação de familiares de vítimas de violência letal em demandar e pressionar pela criação de centros especializados que atendam aos familiares, promovendo auxílio psicológico e jurídico, o último para acesso a direitos, como o acompanhamento do processo penal e o empreendimento de processos civis, até mesmo contra o próprio Estado.

Outro ponto que considero interessante de ser desenvolvido diz respeito à explicitação, nos referidos processos, de julgamentos morais em torno do valor da vida. Foi possível perceber, na etnografia até então realizada junto aos movimentos, que os relatos de sofrimento carregam valorações acerca de que vidas valem ser vividas ou que vidas possuem menos valor. Nesse sentido procurei aprofundar o diálogo, aqui iniciado, com a proposta de Fassin (2006) de pensar a “substância” da vida. Estive atenta a esses relatos e discursos para refletir acerca do lugar que a vida ocupa nas demandas dos movimentos de familiares de vítimas de violência letal, e de qual era essa vida à qual se referiam. Como vimos ao longo deste trabalho de mestrado, a dor e o sofrimento tornam-se públicos através de mobilizações diversas; pretendo focar, na pesquisa de doutorado, nos processos civis e na participação ativa das vítimas nos processos penais. Assim como na pesquisa aqui empreendida, no que se refere às manifestações públicas em torno do sofrimento, tais processos civis e penais revelam formas de mobilização dos familiares de vítimas e sua relação com o próprio judiciário, as quais podem nos revelar questões etnográficas profícuas para revisitar debates clássicos e contemporâneos na antropologia, como o papel do Estado, do Direito e dos enunciados sobre direitos humanos na constituição e reconstituição da vida social.

Tal como foi também uma abordagem aqui presente no que se refere às manifestações públicas das vítimas de violência e seus familiares, será, certamente, um desafio compreender o modo como o Estado – a ser entendido como realidade etnográfica, isto é, como um espaço de práticas (DAS E POOLE, 2008) - é narrado e confrontado com os processos civis e penais.

A partir dos dados empíricos resultantes desta pesquisa, foi possível antever que os processos civis, no caso de pedido de indenização por omissão de responsabilidade civil do Estado, desencadeiam uma série de dinâmicas e conflitos no bojo da comunidade mais restrita na qual as famílias estão envolvidas, mas também na internet e na mídia (quando os casos sejam de notório conhecimento da

população). Quanto aos processos penais, os sujeitos, ao narrarem o Estado, suas responsabilidades, omissões, culpas, narram também o que são Direitos Humanos. Os processos podem revelar não apenas as narrativas acerca do Estado, mas também como o Estado é formado em realidade concreta, assim como sua dinâmica interna.

Tal como na pesquisa aqui empreendida, certamente, o meu projeto de doutorado trará questões inquietantes acadêmica e politicamente. Mais do que isso, entretanto, cabe destacar que estudos desse tipo também dão testemunho – embora provisória e irrisoriamente – às experiências da dor que acompanham a vida de sujeitos que, profundamente marcados pelas vivências de violência e dor, continuam lutando para tornar tais experiências, de algum modo, ativamente produtivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- ARAÚJO, Fábio Alves. *Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- ARAÚJO. Narrativa do Terror e do Sofrimento: Relato materno sobre o desaparecimento forçado do filho. *Revista Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 14. n. 2 p.333-344 jul/dez 2011.
- ARENDT. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.
- BIEHL, João. Antropologia do devir: psicofármacos - abandono social - desejo. *Revista de Antropologia*. São Paulo, vol. 51, 37 p, meses.2008.
- BIRMAN, Patrícia. Movimentos cívico-religiosos no Rio de Janeiro e algumas de seus impasses: o caso do Mural da Dor. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira. *Um mural para a dor: movimento cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 221-286
- BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BOLTANSKI, Luc; DARRE, Yann; SCHILTZ, Marie-Ange. La dénonciation. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris, n.51, p.3-40, mars 1984.
- BOLTANSKI, Luc. *El Amor y la Justicia como competencias*. Tres ensayos de sociología de la acción. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2000.
- CALDEIRA, T. Direitos Humanos ou “privilégios de bandidos”? Desventuras da democratização Brasileira. *Novos Estudos - CEBRAP*. S, n.30, p.162-174, jul. 1991.
- CASTRO, Claudia. *Gabriela sou da paz*. Rio de Janeiro: Litteris Ed., 2011
- DAS, Veena. *Critical Events*. An anthropological perspective on contemporary India. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*. Buenos Aires, n.27, p.19-52, jan/jul. 2008
- DEBERT, Guita Green. Delegacias de Defesa da Mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça? In: CORRÊA, Mariza; SOUZA; Érica (org.). *Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes da honra”*. Campinas: UNICAMP, 2006.
- FASSIN, Didier. *Gobernar por los Cuerpos, Políticas de Reconocimiento Hacia los Pobres y los Inmigrantes*. Educação. Porto Alegre, v.28, n.2, p. 201-226 , mai./ago.

2005.

_____. La biopolitique n'est pas une politique de la vie. *Sociologie et sociétés*, v.38, n.2, p. 35-48, 2006.

_____. Humanitarianism as a Politics of Life. *Public Culture*, v.3, n.19, p.499-520, 2007.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. *The Empire of Trauma*. An inquiry into the condition of victimhood. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2009.

FERREIRA, Jaqueline; SHUCH, Patrice (org.). *Direitos e Ajuda Humanitária: estudo sobre família, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2010.

FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 5, n.10, p.83-121, mai. 1999.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de Março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

JAMES, Erica Caple. *Democratic Insecurities*. Violence, Trauma and Intervention in Haiti. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2010.

JIMENO, M. Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. *Revista Mana*. Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.99-121, abr. 2010

LEITE, Márcia Pereira. As Mães em Movimento. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira. *Um mural para a dor: movimento cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp.141-190.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1998 [1922].

MELLO, K. S. S. Sofrimento e ressentimento: dimensões da descentralização de políticas públicas de segurança no Brasil. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v.2, p.24-46, 2010.

NEVES, Delma Pessanha. Políticas de Vitimização e Direitos Sociais Seletivos. In: FERREIRA, Jaqueline; SCHUCH, Patrice (org.). *Direitos e Ajuda Humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2010, p.77-104.

ODERICH, Luiz Fernando. *Sangue, suor e lágrimas* – Porto Alegre, RS: AGE, 2010.

_____. *O beijo gelado*. Cidade: Editora, 2005.

OTA, Keiko; OTA, Massataka. *Ives Ota: o mensageiro da paz*. Cidade: Editora, 1999.

PAIVA, Luís Fábio. *Os significados da morte: os discursos dos meios de comunicação sobre crimes que "abalaram" o Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PEIRANO, Mariza G. S. *A favor da etnografia*. Série Antropologia, 130. Brasília: DAN/UnB, 1992.

RABINOW, P. O biopoder hoje. In: BIEHL, J.G. (org.). *Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1999.

RIFIOTIS, Theophilos. Juridicialização das relações sociais e estratégias de

reconhecimento: repensando a “violência conjugal” e a “violência intrafamiliar”. *Revista Katál*. Florianópolis, v.11, n.2, p.236-255, jul./dez. 2008.

RIFIOTIS, T.; VENTURA, A.; CARDOSO, G. Reflexões críticas sobre a metodologia do estudo do fluxo de justiça criminal em casos de homicídios dolosos. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v.53, n° 2, p.689-714, jul/dez. 2010.

RILES, Annelise. *Documents: artifacts of modern knowledge*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.

SARTI, C. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, v.1, p.89-103, 2009.

_____. A vítima como figura contemporânea. *Cadernos do CRH*. Salvador, v.24, p.51-61, jan./abr. 2011.

SOARES, Barbara; MOURA, Tatiana; AFONSO, Carla. *Autos de Resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada*. Rio de Janeiro: 7letras, 2009.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. 2012. *Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados*. In: Reunião de Antropologia do Mercosul, 2012. Anais da 28ª Reunião de Antropologia do Mercosul. RAM, 2012.

_____. *Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VICTORA, Ceres Gomes. *Querem matar os “últimos Charruas”*: sofrimento social e ‘luta’ dos indígenas que vivem nas cidades. *Revista Antropológicas*, ano 15, v.22 n° 1, p.37-59, 2011.

WEBER, Florence. *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista Famíliares de Vírtimas de Violência

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Religião:

1. Envolvimento Político nos Movimentos

- 1 Tu já tinhas alguns envolvimento político, militante ou com causas antes de se manifestar em função do que aconteceu com o teu familiar?
- 2 Se sim, como foi que te envolveste no movimento de vítimas? Tu o chamas assim? Como foi essa passagem? Manténs a militância anterior?
- 3 Se não, como foi que começaste a te envolver nesse movimentos ou como fundou sua organização? Fale um pouco sobre tua trajetória nesse aspecto.
- 4 Como tua história de vida se cruza com esses movimentos?

2. História de vida

1. Me fale um pouco sobre sua biografia, sua história de vida, de onde tu és, o que teus pais faziam, com o que tu trabalhas, como formaste tua família.

1. Construção da Denúncia Pública

- Quais são as demandas do movimento do qual tu participas? Ou, após a perda do teu familiar, quais foram as questões pelas quais tu lutaste? Quais se mantiveram?
- Tens algum apoio de outras entidades?
- Quais foram as redes que tu acessaste? Quem te colocou nos movimentos?
- Porque sentiu necessidade de participar?

- Quanto tempo essas atividades ocupam da tua vida? Qual a rotina da tua mobilização?
- Há algum tipo de público que você percebe que tem empatia com essa causa?
- Quais as formas de fazer que a população se envolva na causa?
- Você percebe algum tipo de diferença entre os movimentos?

2. Narrativas do Estado

- Que tipo de recursos estatais vocês tem utilizado?
- Qual tem sido o papel do Estado frente às demandas que vocês têm colocado?
- Como você avalia o trabalho do Estado nesse sentido?
- Quais são os órgãos e as pessoas que têm se envolvido com os movimentos dos quais você participa?

3. Vítima como categoria política

- Essas questões que estamos conversando falam também de sofrimento, você se considera alguém que vive com sofrimento ou que sofreu muito?
- Como você costuma conviver com isso? Existe alguma coisa que tu fizeste/faz para lidar com o sofrimento?
- O que é vítima pra você?
- Qual o impacto do que aconteceu na tua vida e na dos teus familiares?

4. Outras

- Já teve outro episódio de violência na sua vida, fora esse do qual estamos falando?
- Como tu tiveste a ideia de escrever um livro?
- O que tu achas que deve ser escrito dessa história?
- Participas da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência no teu Estado?